

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Coisas de Família:

Análise Antropológica de Processos de Transmissão Familiar

Cesar Augusto Ferreira de Carvalho

**Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Ciências Sociais da
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro – UERJ como requisito à
obtenção do grau de Doutor em
Ciências Sociais.**

**ORIENTADORA:
Profa. Dra. Clarice Peixoto**

**RIO DE JANEIRO
2005**

Carvalho, Cesar Augusto F. de Carvalho (29. 05. 63)

COISAS DE FAMÍLIA: Análise Antropológica de Processos de Transmissão Familiar

Rio de Janeiro – UERJ, 2005.

Tese: Doutorado em Ciências Sociais. UERJ

I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

II. Transmissão – Família - Fotografia

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Coisas de Família:

Análise Antropológica de Processos de Transmissão Familiar

Cesar Augusto Ferreira de Carvalho

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Clarice Peixoto
(orientadora/ PPCIS – UERJ)

Profa. Dra. Cláudia Barcelos Rezende
(PPCIS/UERJ)

Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Duarte
(PPGAS/ Museu Nacional – UFRJ)

Profa. Dra. Maria Cláudia Coelho
(PPCIS / UERJ)

Profa. Dra. Myrian Lins de Barros
(ESS / UFRJ)

**RIO DE JANEIRO
AGOSTO / 2005**

Para Ruth, com amor.

Agradecimentos:

À profa. Clarice Peixoto, minha orientadora, pela forma como conduziu a relação de orientação ao longo desta pesquisa: seu constante entusiasmo e acolhimento para discutir os rumos deste trabalho e ajudar que ele acontecesse.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS/ UERJ, pelo apoio e dedicação ao trabalho. Refiro-me particularmente à secretária do programa, Cristiane, e aos professores com os quais tive contato ao cursar disciplinas com eles: Mirian Sepúlveda, Claudia Rezende, Maria Claudia Coelho e Clarice Peixoto. Devo mencionar ainda os Professores Otávio Velho e Luiz Fernando Duarte, com os quais tive aulas no Museu Nacional.

À CAPES pela concessão de minha bolsa de doutorado, durante o período do curso.

Ao CNPq por ter me concedido uma bolsa sanduíche de quatro meses em Portugal.

Ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, na pessoa da Profa, Anália Torres, tendo me recebido em Lisboa com a maior atenção. Gostaria também de agradecer às profas Maria das Dores Guerreiro e Antônia Pedroso de Lima.

Aos colegas de curso de maneira geral, pelo convívio estimulante que promoveram, e em particular à Isabel Ferreira e Acácia Batista.

Aos meus pais, Carlos e Maria, pelo suporte de todo tipo, inclusive financeiro, que me deram.

Aos meus demais familiares, pelas ajudas e carinhos de todas as horas, principalmente as mais difíceis. Minha irmã, Cristina, que teve uma participação especial no desenrolar desta pesquisa.

À minha mulher e colega, Ruth, pela leitura dos originais e pelas incontáveis sugestões.

Aos meus filhos, Pedro e Beatriz, pelo entendimento das dificuldades enfrentadas.

Aos amigos Guilherme e Márcia, Román e Goreth, Beth e Antônio e Jôse.

Finalmente, mas com todo entusiasmo, o meu muito obrigado aos meus informantes que anonimamente se prestaram a dividir comigo suas histórias de vida.

Resumo

A transmissão inter-geracional diz respeito à passagem de um patrimônio familiar que se constitui de modo complexo, visto envolver elementos de distintas ordens, agregando valor material e simbólico. Os bens materiais, compreendidos no espaço doméstico, prestam-se particularmente bem a expressar a forma como os integrantes do grupo familiar se relacionam, permitindo perceber seus sentimentos e interesses, conflitos e alianças. Todavia, as “coisas de família” também dizem respeito à dimensão não material, relacionando valores e padrões de ordenamento de mundo. Herda-se. Não uma única herança; não um único e simultâneo movimento de dar e receber. A herança a ser transmitida de uma geração a outra diz respeito a conjunto de elementos que reúnem desde o patrimônio genético até conhecimento nem sempre revelado, direta e explicitamente, constituindo a esfera do segredo e do indizível. As fotografias de família estão aqui sendo trabalhadas no sentido de buscar formas de alcançar tal universo de elementos fragmentados, relacionando memória e identidade familiar.

Abstract

Inter-generation transmission's refers to heritage of familiar possessions which involves complex elements of different types adding material and symbolic values. Material Domestic possessions are particularly important to express the way the family groups relate themselves allowing to identify feelings, interests, conflicts and alliances.

However “family things” refers to non material dimensions of as well to values and standards of world order. It is a kind of heritage. This is not only one tendency to give and receive. The heritage to be transmitted involves a group of elements pertaining to genetic origins and knowledge concerning the field of secret and not expressed. Family photographs are here presented to find forms to reach the universe of fragmented elements involving memory and familiar identity.

Índice

Introdução	10
Capítulo 1 – Reflexão Metodológica	14
Considerações iniciais	14
Descrição do universo de pesquisa	16
Considerando o fazer etnográfico	26
Enxerto hermenêutico numa antropologia familiar	33
Capítulo 2 – De que família estamos falando, afinal?	38
Questionamentos conceituais	38
O domínio da família mínima dentre muitos modelos possíveis	42
Um conceito em muitos: unidade doméstica, casa, casal, ciclo e relações familiares	45
Casa mediterrânea	50
Átomo (explosivo) de parentesco na família	54
A trama de indivíduos individualizados	58
TTG – Transmissão transgeracional	64
Uma consideração explicativa	65
Capítulo 3- Transmissão familiar	66
Herança e posição geracional	74
Heranças simbólicas	80
Coisas para guardar e lembrar	82
Memórias e transmissão	86
Segredos, interditos, mentiras	98
O segredo e sua revelação	102
Revelações em família	104
Representação acerca da idéia de transmissão genética no interior das famílias	108
Apropriação da genética	110
Predisposições herdadas	117
A representação da transmissão genética entre os Crespi	120
Vinculação à figura ancestral	122
Percepções acerca de semelhanças e diferenças	124
Capítulo 4 – Retratos e álbuns de família	126
Uma experiência (quase) intransferível	126
Teatralização e incorporação na fotografia	135
A fotografia como uma crônica familiar	137
O retrato como tratamento interpretativo	141
Molduras para ver	143
Conclusão	147
Referências Bibliográficas	149

Introdução

A transmissão intergeracional pressupõe a passagem de valores, bens e o que mais for de uma geração anterior àquela - ou àquelas - que lhe seguem. Isto implica uma ordem lógica e temporal, constituída entre um antes e um depois. As narrativas que estarão sendo trabalhadas a seguir foram coletadas e analisadas, tendo como foco a questão da transmissão.

Os resultados que ora apresento constituem exercício de reflexão sobre a transmissão entre gerações no interior de um mesmo grupo familiar. A referência à esfera patrimonial está focalizada, sem dúvida alguma. Entretanto, interessa-me pensar os múltiplos domínios desse processo: bens de distintas ordens, habilidades e atributos de personalidade, vínculos afetivos, segredos, semelhanças e diferenças em termos de vivências subjetivas e, até mesmo, atributos físicos, fisionômicos e genéticos.

Tal exercício permitiu que uma sistematização de leituras indicasse caminhos a serem percorridos na condução da investigação, produzindo questões e alimentando estratégias de busca para interpretações da realidade recortada, como os princípios epistemológicos e metodológicos tão bem sugerem. Trata-se da articulação que se propõe a dar diretrizes para o longo percurso que compreende o trabalho de investigação. Os desdobramentos da mesma, com a continuidade do levantamento de dados, permitiram que algumas formulações teóricas fossem confirmadas e que outras pudessem ser reformuladas, privilegiando o diálogo com outros pesquisadores que já tinham se voltado sobre o tema. O levantamento empírico se, por um lado, esteve desde o início orientado teoricamente, por outro, mostrou-se pujante o suficiente para demandar novas leituras e rumos originais nos caminhos investigativos. Daí a

importância e a riqueza do trabalho de campo e a atenção à construção do conhecimento, mesmo – e principalmente – quando voltados à realidade próxima, cotidiana, microscópica; aquela que diz respeito às relações imperceptíveis dos pequenos gestos, das ações inconscientes; as que, por exemplo, remetem aos vínculos entre os integrantes do grupo familiar (avós, pais e netos, marido e mulher, irmãos e irmãs, além daqueles laços entretidos com tantos outros integrantes da grade de parentes, consangüíneos e afins, para não mencionar os “não-parentes” ou os “meio-parentes”). Todos estes (e talvez alguns outros) circulem nas trocas que se produzem e reproduzem continuamente no espaço que imprecisamente costumamos chamar por “família” e que Bourdieu (1993) chega mesmo a se referir como uma “ficção bem fundada”. Levar essa “ficção” a sério e enveredar por contornos multifacetados no cotidiano concreto das relações - nada fictícias - dos integrantes de grupos familiares constitui desafio sociológico que assumo através da análise das histórias de vida que a seguir são expostas.

Nos depoimentos de meus informantes, discutem-se as relações mantidas em família. Meus interlocutores falam de suas vivências, recordando o que (e como) viveram. Contam suas experiências e eu os escuto, acompanhado de meu gravador. O foco dessa escuta se dirige à questão da transmissão intergeracional. Em três das famílias investigadas, consegui que meus entrevistados me mostrassem suas fotos de família e as conversas giraram em torno de pessoas, lugares e situações que foram sendo descortinados à minha frente. A respeito do uso da fotografia nesta pesquisa, cabe apontar que algumas lacunas na narrativa imagética podem ser observadas. Em um primeiro momento da investigação, estive voltado à compreensão geral das condições de inserção dos informantes, tanto na esfera doméstica, como na esfera pública de suas vidas, em que pese a ênfase conferida à primeira. Várias vezes constatei a não

correspondência entre a fala e a narrativa imagética. Em alguns casos (duas das cinco famílias investigadas) não tive acesso ao acervo fotográfico dos informantes. Todavia, nas famílias em que tal acesso se deu, os ganhos de informação e de aprofundamento investigativo foram significativos. Era como se as falas ganhassem concretude. Os personagens dos quais se falavam passavam a categoria de “homens de carne e osso”, ao menos em termos de representação imagética. As situações descritas ganhavam nitidez, podendo ser revisitadas por meio do olhar. O passado vinha à tona através de referências precisas, cheias de colorido (mesmo que se tratasse da sépia de fotos desbotadas).

Esta tese compreende quatro capítulos e uma conclusão. O primeiro desses capítulos está dividido basicamente em duas partes principais. Na primeira, procuro discutir as condições sociais da pesquisa, apresentando seus objetivos e a forma como trabalhei a partir da delimitação do universo investigado. Na segunda parte desse primeiro capítulo, busco desenvolver uma reflexão acerca do fazer etnográfico em geral e no que diz respeito aos caminhos percorridos na produção desta tese, em particular. Trata-se de pensar à luz do conhecimento hermenêutico o desenrolar da investigação realizada.

O segundo capítulo corresponde à discussão a respeito da noção de família. Dialoguei com autores que tivessem tratado do tema, buscando entender meus dados de campo. É grande a bibliografia sobre o assunto, mas procurei ater-me a autores que ao seu modo pudessem me ajudar a não substancializar tal noção, permitindo, ao contrário, tomar a idéia de família como um instrumento capaz de percepção crítica frente ao universo por mim investigado.

O capítulo 3 é onde discuto a questão da transmissão transgeracional dentro da família. Aqui procurei cobrir o que há de mais vasto nesse processo, que inclui desde

bens materiais e simbólicos até a representação de patrimônio genético. Procuo dar conta do entendimento do circuito de transmissão e recepção do patrimônio que se acumula ou se dissipa de uma geração a outra dentro do universo familiar.

No capítulo 4 busquei particularizar a discussão do capítulo anterior, tomando a transmissão das fotografias de família como centro privilegiado de análise. Trata-se de refletir sobre a importância da fotografia como suporte de memória e de construção de identidades familiares.

Capítulo 1

Reflexão Metodológica

Considerações iniciais

As pesquisas que englobam *estudos de caso*, modo de investigação antropológica por excelência, em especial as que privilegiam *a observação participante* como técnica de coleta de dados, permitem colocar em evidência situações enfrentadas por antropólogos que, até bem pouco tempo, eram consideradas como de menor importância. Estas questões permaneciam relegadas ao âmbito dos comentários acidentais, expressos nos diários de campo e nas conversas particulares dos pesquisadores com seus pares ou em notas de rodapé de seus textos; não raro o fato de se acharem completamente suprimidas nas discussões tidas como sérias¹.

As condições sociais da pesquisa - abrangendo os inúmeros problemas rotineiros e práticos da realização do trabalho de campo; os fatores responsáveis pelas escolhas na construção teórica do objeto investigado; interesses, aproximações e afastamentos configurados na relação com o objeto - são da maior relevância para a própria pesquisa, sendo sua explicitação fundamental. A partir do momento em que tais elementos são registrados, é possível refletir a seu respeito, com alguma chance de controle sobre seus desdobramentos metodológicos e epistemológicos.

¹ A enorme discussão acerca da publicação do diário de campo de Malinowski, (1997), conforme aparece nas Introduções feitas por Raymond Firth (1966 e 1988), ilustra com nitidez toda essa problemática que uma Antropologia Reflexiva leva às últimas consequências em termos da rentabilidade que a mesma garante no que diz respeito à compreensão da experiência etnográfica, a partir das posições assumidas pelos pesquisadores antes, durante e depois do trabalho de campo.

O objetivo desta pesquisa é o de investigar a constituição e a transmissão intergeracional do patrimônio familiar, focalizando nas memórias dos indivíduos entrevistados referências objetivas e materiais, relativas à experiência de viver entre aqueles percebidos como integrantes da família, a qual cada um deles pertence, na tentativa de assinalar o que é entendido como patrimônio nos respectivos grupos familiares.

Desenvolvo a hipótese de que a partilha, realizada após a morte dos ascendentes imediatos, nada mais é do que um episódio crucial da existência do grupo familiar, compondo parte de conjunto muito mais amplo que tem seus fundamentos, causas e meandros em um processo de longo prazo. Esse caráter denso da experiência familiar é o que me interessa, mas em sua imbricada vinculação a outros eventos, ao longo do tempo em que esta seqüência se desdobra, sem cair na tentadora sedução de isolar o episódio do conjunto mais amplo a que pertence.

A princípio, minha idéia inicial era trabalhar exclusivamente a questão das partilhas. Cheguei a cogitar a possibilidade de analisar a experiência da transmissão de patrimônio familiar e os conflitos gerados a partir desse evento em relação à minha família de origem materna. Tal idéia foi abandonada por uma série de razões, a principal delas dizendo respeito à impossibilidade de explicitar situações envolvendo parentes próximos, com os quais convivo estreita e cotidianamente. Em termos metodológicos, as dificuldades talvez pudessem ser superadas. Em termos pessoais, contudo, os desgastes seriam por demais intensos. Acompanhei o processo de partilhas, quando da morte de minha avó paterna (seu marido já havia morrido há anos e nem cheguei a conhecê-lo), sem maiores desdobramentos. Também participei do conjunto de situações que dizem respeito à divisão de bens, após a morte de meus avós maternos, com quem fui criado, morando na mesma casa. Um episódio bastante conturbado, iniciado há mais

de 15 anos, mas que até hoje ainda se faz presente. Impossível (por enquanto) pensar antropológicamente tal processo em sua singularidade. Todavia, seria ingênuo e até mesmo enganoso pretender negar este quadro pessoal que se acha por trás do meu interesse em realizar esta pesquisa.

Esta tese de doutoramento volta-se, portanto, a descrição e análise de situações familiares que dizem respeito à transmissão transgeracional, privilegiando a dimensão material como suporte e indicação da construção dos sentimentos no interior do grupo familiar. Julgo estar situada aí uma concentração de esferas justapostas que dizem respeito a conflitos e alianças entrecruzadas a todo momento. Pretendo alcançar níveis de inteligibilidade mais profundos para questões ao mesmo tempo fugidias e viscerais para “objeto” que genérica (e grosseiramente) chamamos “família”. Para tal, recorro à coleta de narrativas que digam respeito à forma como diferentes integrantes dos grupos familiares se reportam às suas experiências de viver em família, relacionando-se com seus pares neste espaço e representando tais práticas. O recurso à obtenção e análise de material fotográfico e histórico se coloca como estratégia no sentido de estimular, de modo catalizador, a emergência de representações acerca de tais vivências, intensas e múltiplas.

Descrição do universo de pesquisa

Os informantes que compõem o universo de investigação sobre o qual este trabalho está montado, dividem-se basicamente em cinco famílias pesquisadas, sendo três centrais. Tive a preocupação de entrevistar pelo menos dois integrantes de cada uma dessas famílias, em condições geracionais distintas (pai, filho / mãe, filha / tia, sobrinha) de tal forma que diferentes posições, questões e atitudes pudessem emergir

dos discursos gravados e das observações realizadas ao longo do trabalho de campo que incluiu observação participante, requisição por parte dos entrevistados para frequência de alguns de seus momentos cerimoniais, participação em situações corriqueiras, próprias de circunstâncias cotidianas.

Foram cinco as famílias investigadas e o que mais chama a atenção foi a forma como foram selecionados e participaram meus interlocutores, prontificando-se a dar seus depoimentos em entrevistas gravadas.

Com três famílias centrais, as entrevistas foram feitas com a figura materna e uma das filhas, sendo que em duas dessas famílias, além da mãe e da filha participaram ainda, em um dos casos, o pai e, no outro, o marido da filha entrevistada. Numa quarta família foram entrevistados pai e filho, tendo a mãe também sido ouvida em gravação. Na quinta família, houve uma situação diferente no que diz respeito à obtenção das entrevistas: conversei em momentos diversos com a matriarca dessa enorme família, com sua sobrinha e com um primo distante, tendo realizado entrevistas gravadas com todos estes. Ao longo do tempo da pesquisa, entretanto, conversei informalmente com muitos outros membros dos grupos familiares, apesar de tê-lo feito sem a preocupação ou a possibilidade de gravar essas conversas, o que representou uma situação de pesquisa no mínimo interessante, como de resto sempre aconteceu com as demais famílias entrevistadas, em relação as quais a entrevista gravada foi apenas um de muitos momentos de contato.

Uma sexta situação de entrevista gravada com membros de uma família distinta mostrou-se infrutífera de certo ponto de vista, pois só obtive, nesse caso, interlocutores entre integrantes da terceira geração do grupo familiar mais extenso. Com os pais, tios ou avós de meus informantes, nesta família de italianos comerciantes, não consegui

meios de dar prosseguimento à investigação, tendo portanto apenas a visão de uma das gerações do grupo familiar.

Penso ser interessante ressaltar que, por mais que eu me preocupasse em seguir, mais ou menos, os mesmos padrões de realização investigativa na pesquisa, os campos tiveram uma autonomia significativa. Por vezes, me parecia difícil adotar procedimentos de comparação entre os dados obtidos, haja vista a variação dos caminhos percorridos para chegar a um informante em particular e o modo de explorar a especificidade de seu universo de experiências. O que esteve sempre presente foram as preocupações de pesquisa, incluindo um mesmo roteiro de investigação, dando conta de questões muito próximas, mesmo que as situações investigadas nem sempre tenham conduzido para os mesmos cenários, o que me parece constituir um ganho de pesquisa, na medida que revela situações diversas, mesmo que ausentes num ou noutro espaço, pelas distâncias e lacunas produzidas quando comparadas umas as outras. Percebi histórias distintas e muitas vezes complementares para um mesmo tema, visto sob óticas não coincidentes. Isto me parece um problema de investigação que acabou, entretanto, se tornando um ganho incorporado no trabalho.

O que une todas as entrevistas, nas diferentes famílias contatadas? A questão dos conflitos intergeracionais e a transmissão existente entre os integrantes dos grupos entrevistados, incluindo, em maior ou menor medida (de acordo com as concepções de cada um), o seu ponto de vista acerca do patrimônio familiar disponível, em dispersão ou seja lá em que grau ele estivesse sendo considerado. Claro que existem outros fatores comuns, mas estes foram, a princípio, os que nortearam as entrevistas. O que mais perpassa as entrevistas feitas com os dezesseis informantes entrevistados? Posso dizer que os contatos foram todos eles produzidos a partir de encontros informais que partiram de redes de relações pessoais, tendo como resultado relacionamentos entre

amigos ou conhecidos que convivem há muito tempo ou que, não se conhecendo assim há tanto tempo (como aconteceu com metade dos entrevistados), tinham referências a respeito de quem os iria entrevistar. Minha atitude como entrevistador foi sempre muito fluida. Jamais “forcei barras”, fazendo perguntas que considerasse indiscretas ou impertinentes. Não me lembro de ter feito indagações desconcertantes ou que deixassem meus interlocutores melindrados. Isso me parece ter permitido uma situação de pesquisa extremamente vantajosa, pois a fruição da entrevista parece ter se assemelhado com a de conversas entre amigos, por mais que sempre tivessem ficado claras as razões das entrevistas e mesmo o fato delas estarem sendo gravadas. Perguntas mais incisivas talvez tivessem aprofundado alguns temas, talvez tivessem gerado ganho de informações sobre assuntos mais delicados, a respeito dos quais pouco se fala. Avaliei, todavia, que esse seria um ganho menor, quando pensado em termos de desenvoltura, confiança e tranquilidade para ir, voltar, parar e seguir por distintas (e mesmo opostas) direções a serem tomadas e, quem sabe, deixadas de lado por algum motivo. Perdeu o pesquisador, ganhou o amigo.

Se por um lado eu percebi logo de início a impossibilidade de trabalhar com integrantes de minha própria família, por outro lado, lidar com grupos familiares completamente desconhecidos também me parecia infrutífero, haja visto os objetivos da pesquisa centrados numa temática que exigia um grau significativo de proximidade e intimidade, permitindo que os entrevistados falassem com segurança de seus problemas familiares e da gestão de seus sentimentos em relação a situações consideradas por eles (e por mim) como bastante delicadas.

Na primeira família contatada, o grande desafio foi ter uma amiga de muitos anos como informante e, a partir dessa relativa metamorfose, proceder aos trâmites, digamos, esperados de uma pesquisa “tradicional”, seja lá o que isso queira dizer. Brigitte

(socióloga e terapeuta, 44 anos) fez a mediação com sua mãe, Elga (dona de casa, 78 anos), que se constituiu numa informante importante, até porque fiz junto a ela minhas primeiras incursões propriamente como pesquisador imbuído de sua “atribuição investigativa”. Conversei ainda, no âmbito do fazer antropológico próprio desta pesquisa com o pai de Brigitte, Ismael (funcionário público aposentado, 80 anos) que apesar de sua enorme boa vontade, por motivos de saúde, foi “poupado” de maiores inquirições. Uma quarta pessoa dessa família ingressou na esfera da investigação: o irmão mais velho de Brigitte que é dentista e que reside em Portugal, onde manteve contato telefônico com ele, durante minha bolsa de estudos nesse país. Não chegamos a nos encontrar por circunstâncias as mais diversas, mas acabamos estando juntos na casa de Elga por ocasião de almoço para o qual eu, minha mulher e filhos fomos convidados. Por razões caricaturais que remetem à história da origem da família extensa chamei, carinhosa e provocativamente, esta família como “família alemã”. Elga me franqueou seus álbuns e fotos avulsas e isso deu margem a intermináveis momentos de reflexão a respeito do uso da fotografia em meu trabalho.

Na segunda família com a qual tomei contato, a família de Marta (professora, 50 anos) e de Madalena (dona de casa, 70 anos), a “proximidade afetiva” foi ainda maior, por assim dizer, visto tratar-se de uma relação com maior densidade de envolvimento ao longo do tempo e envolver outros integrantes de minha família extensa. Meu pai havia sido colega do primeiro marido de Madalena. Meus dois irmãos foram amigos de seus filhos, sendo que minha irmã e Marta se enquadram por assim dizer na categoria de “melhores amigas”. Eu quando criança vivia na casa desses vizinhos de quarteirão. Depois de certo tempo, os vínculos se distenderam, mas, assim que Marta e Madalena souberam de meu projeto de pesquisa, elas se prontificaram a participar. Fui convidado para uma grande celebração comemorativa por ocasião dos 70 anos de Madalena,

quando estive formalmente com todo o seu clã de parentes e amigos, próximos e muito próximos. Cheguei a me relacionar de forma bastante informal com Marta e Geremias, seu marido, conhecendo-lhes os três filhos, principalmente o mais novo que estuda na mesma escola de meus próprios filhos. Conheci a filha mais velha do irmão de Marta, Rita, jovem estudante de direito muito ligada à avó. Gostaria de ter tido contato mais estreito com o irmão de Marta, João, que por circunstâncias que fugiram as nossas vontades, deixamos de nos aproximar e uma entrevista gravada com ele acabou não se realizando. Madalena desmontou e, generosamente, comentou imagem à imagem, o painel de fotos que seus filhos e netos lhe ofertaram por ocasião de sua festa de aniversário.

A terceira família em questão foi a de Bárbara (paisagista, 52 anos) e Matilde Crespi (dona de casa, 73 anos), uma família de origem italiana que me trouxe uma história a respeito da constituição e desmonte de sua fábrica de massas, fundada pelos sogros de Matilde. Filha e mãe respectivamente remontaram suas memórias ao longo de suas trajetórias biográficas e através destas me foi possível reconstituir em linhas gerais a complexidade e riqueza do entrecruzamento das histórias familiares e das trajetórias empresariais em jogo. O marido de Bárbara, Décio (arquiteto, 54 anos), fez questão de participar da pesquisa, fornecendo-me um outro ponto de vista a respeito dos acontecimentos discutidos que muito me ajudou. Mais uma vez, devo mencionar a participação de minha irmã, cuja mediação frente a tais informantes foi de enorme valia, visto ser ela amiga próxima e vizinha do casal entrevistado. Bárbara me mostrou e forneceu algumas de suas fotos, aquelas que estariam em seu poder. Imagino que Matilde tenha um acervo bem mais completo de fotografias e em nossa entrevista eu lhe indaguei a respeito das mesmas. Ela ficou de me dar uma resposta a esse respeito, algo

que por impossibilidades não apenas suas, mas também minhas, até o fim da pesquisa não ocorreu.

Para essas três famílias, as considerações de Hendry (1992) e de Abu-Lughod (1988 e 1993) me parecem pertinentes em principalmente dois sentidos. No caso da primeira família, meu vínculo de amizade progressivo com Brigitte e as implicações que isso teve para o desenvolvimento do trabalho remetem diretamente às considerações de Hendry. A autora, ao comentar a situação relativa à mudança de status de uma amiga em informante, problematiza uma das questões centrais de seu trabalho acerca de redes de sociabilidade. Para Hendry o que se coloca é a passagem da condição de sua amiga em assistente de pesquisa, o que chega a ameaçar a relação de amizade entre elas. Para mim, a situação teve outros contornos. Brigitte jamais deixou de ocupar o papel de amiga, mesmo que tenha me ajudado a acompanhar a entrevista que fiz com sua mãe. Sendo assim, não se quebrou a simetria de posições entre ela e eu. No caso da pesquisa de Hendry, evidencia-se a tensão ocorrida nessa transformação de amiga à assistente. Os vínculos de amizade pressupõem uma relação entre iguais, enquanto que a relação de trabalho implica a instauração de assimetria entre os envolvidos. A situação que pode parecer a princípio como algo menor - relativo aos percalços da investigação - situa o leitor no centro da discussão e se constitui em chave de entrada privilegiada para que este compreenda o objeto investigado.

Quanto à mediação realizada por minha irmã junto a seus amigos, as considerações de Abu-Lughod ao descrever a atuação de seu pai, garantindo sua entrada no interior do campo por ela trabalhado, me parecem relevantes. Minha irmã teve um papel de destaque pelo modo como contribuiu no andamento da pesquisa. No caso da autora, sua presença - como mulher jovem, estrangeira e desacompanhada - constituía uma ameaça bastante reveladora dos padrões altamente hierarquizados em seu universo

de estudo. Seu pai foi o mediador indicado para fazer sua entrada no universo de pesquisa. Em meu caso, como se tratavam de famílias com as quais havia uma relação anterior de amizade ou conhecimento, tive de estar atento a outros aspectos. Em primeiro lugar, precisei constantemente de explicitar minha condição de pesquisador, algo que nunca prevaleceu em lugar da identidade de amigo ou conhecido. Depois havia uma relação de confiança. Porém uma coisa é você falar de sua vida para um pesquisador estranho, alguém que talvez você nunca mais vá ver, outra coisa é falar de aspectos bastante íntimos com alguém com quem você convive com certa regularidade. Claro que a confiança nesse caso é um elemento fundamental, mas tem também seus problemas. Ganhos e perdas nunca andam sós. Entretanto, avalio que uma pesquisa como esta só pode ser desenvolvida devido à relação pesquisador/ informante: uma relação lastreada por vínculos de conhecimentos preexistentes, marcados pela confiança. Favoreci-me, conseqüentemete, da relação de amizade que eles tinham com minha irmã, chegando até eles numa posição privilegiada. A confiança em minha mediadora era repassada para mim que não era nenhum estranho para eles. Eles confiavam em mim para confidenciar parte do mundo íntimo de suas vidas familiares e domésticas.²

A quarta família investigada constitui aquela com a qual minha relação pessoal foi a mais discreta. Por meio de um contato com nossa “dentista de família”, Amanda, fiquei sabendo da história de seus sogros, professores fundadores da escola onde meus filhos estudam. A história de ambos era interessante. Amanda se prontificou a fazer as apresentações e assim passei a ter contato com o Prof. Hernandez e sua esposa, Joana. Ele, professor de música ainda atuante na escola (era ali o professor mais antigo) e ela,

²Tais considerações baseiam-se em Pollak acerca das situações de entrevista e negociação. Afirma o autor: “a confiança do sobrevivente entrevistado na pessoa que tinha estabelecido contato era transferida ao pesquisador e, uma vez a entrevista aceita, a demanda de uma narrativa sobre a vida e não somente sobre a deportação era igualmente bem recebida” (2000: 199)

uma educadora aposentada que, após deixar o magistério, entre outras coisas, passou a se dedicar às artes plásticas. A investigação fez com que eu acabasse chegando ao marido de Amanda, Cleber, filho de Prof. Hernandez e Joana. Cleber me recebeu para uma entrevista formal, pouco tempo antes da celebração de seu casamento com Amanda, vivendo juntos há uns bons dez anos e já com quatro filhos. Talvez como “biógrafo oficial”, eu tenha sido um dos poucos convidados para o casamento, fora do grupo familiar mais extenso. Havia no salão onde a festa ocorrera um mural com muitas fotos do casal, mas não só. Também fotos das famílias de origem dos noivos. Tanto Amanda como Joana se prontificaram a me passar cópias dessas fotografias, o que acabou não acontecendo.

A quinta família no rol do universo pesquisado foi, antropológica e pessoalmente, aquela que me exigiu mais demandas investigativas e também envolveu uma participação pessoal mais delicada, apesar de ter tido um rendimento limitado para este trabalho. Trata-se de uma família com a qual minha própria parentela materna vem mantendo, ao longo de mais de sessenta anos, uma estreita relação. Meu avô por parte de mãe foi amigo e sócio do fundador desse grupo. Há uma relação de amizade histórica entre as duas famílias, o que, em se tratando de relacionamento mantido ao longo de muitos anos, acaba envolvendo não apenas amizade, mas também certa dose de competição e mesmo algum conflito. Um irmão de minha mãe desfez seu casamento para viver com uma das herdeiras dessa família, o que na ocasião da separação e do rearranjo matrimonial (há mais de 25 anos) gerou grande mal estar entre os integrantes de ambas as famílias – nucleares e extensas - dos envolvidos. Por outro lado, minha própria irmã, há mais de 30 anos, namorou um neto do patriarca do grupo. Isso para caracterizar alguns exemplos que pontuam o grau de entrelaçamentos reais e potenciais a ligar as duas famílias extensas.

Consegui uma entrevista gravada a partir da mediação de minha mãe com a única filha ainda viva do patriarca do grupo. Clotilde, já com mais de 80 anos, me concedeu uma rápida entrevista gravada em sua casa, onde na ocasião estava se recuperando de problemas diversos de saúde. Consegui ainda uma entrevista com uma sobrinha dessa senhora, Aline (professora, por volta dos 50 anos), amiga pessoal de minha irmã que participou da entrevista com tal informante. Aline, vivendo com seus dois filhos, fala, entre outros assuntos, de seu relacionamento com a mãe, Maria Alcina (dona de casa, por volta dos 70 anos). Esta é viúva do irmão mais velho de Clotilde. Obtive ainda uma entrevista com um primo de Maria Alcina em condições bastante peculiares, pois foi a única feita em Portugal, durante a vigência de minha bolsa de estudos. Esse primo é genealogista e fez interessantes considerações acerca dos vínculos de nobreza da família de Maria Alcina, o que contrasta sobremaneira com a condição social da família de origem de seu falecido marido.

Para além dessas três entrevistas gravadas, tive oportunidade de conhecer e conversar por boas horas com grande parte do clã principal, por ocasião de um momento insólito: Clotilde esteve internada num hospital da cidade, com sérias complicações de saúde, e na mesma ocasião um parente meu também esteve hospitalizado. Por acaso, fiquei conhecendo boa parte do grupo familiar. Por curioso que pareça, por mais que existissem esses vínculos de relacionamento entre as famílias, eu próprio não tinha conhecimento pessoal dos integrantes do grupo, o que acabou se verificando por conta desse episódio. Durante as horas de espera pelos corredores do hospital, algumas fotografias foram mostradas, no sentido de atualizar (no meu caso apresentar) as figuras mais afastadas da família de Clotilde. Na entrevista que havia me concedido, ela não me mostrou fotos e aquelas que eu próprio lhe apresentara porque

nelas aparecia o seu pai ainda jovem, junto com meu avô, em ocasião de convívio mútuo, foram alvo de pouco interesse por parte da senhora.³

A última família mencionada é justamente aquela a respeito da qual fiz alusão por conta da ausência de continuidade na investigação, dado que os integrantes do grupo familiar de origem italiana pertencentes às gerações mais antigas haviam recusado minha entrada. Avalio que isto tenha ocorrido em virtude das condições de pesquisa. A entrevista inicial (e única) foi com um antigo aluno de faculdade, que junto à prima, concedeu uma entrevista formal. Ela também trabalhava no supermercado da família. Depois desse primeiro contato, procurei retomar o vínculo com os jovens, mas esses se mostravam arredios, talvez por temerem a reação dos pais e tios que não aceitaram a transmissão de informações sobre a família e sobre o negócio. Eram três irmãos, todos italianos já radicados há muitos anos no país, mas o fato de terem na ocasião passado por problemas na composição da firma pode ter significado motivo de temor quanto à continuidade das “conversas”, principalmente tendo-me como pivô instigador dos assuntos, isto é, um professor que chegava até eles por meio dos integrantes mais novos – e mais inexperientes - do grupo.

Considerando o fazer etnográfico

O que poderia parecer destituído de importância etnográfica, na verdade, manifesta um universo subjacente que se acha situado para além do mero detalhe e que se constitui em pista de enorme importância no desdobramento da investigação. Trabalhar com estas cinco famílias da forma como o fiz, faz-me pensar no ofício artesanal que mescla procedimentos distintos e complementares na elaboração de um

³ Embora esta família tenha sido muito próxima da minha família materna, os vínculos que as unem vêm se distendendo há muito tempo, a ponto de eu mesmo não conhecer pessoalmente grande parte de seus integrantes. Isto ocorre porque sendo eu o filho mais novo, de outra geração, não compartilhei das muitas relações estabelecidas no passado.

produto final. Em grande parte trabalhei como etnógrafo, procurando dar conta de detalhes que tem validade se pensados em termos de aprofundamento empírico. Em parte trabalhei como investigador social, procurando fazer comparações e realizar articulações num plano de maior grau de abstração. Isso tem a ver com a preocupação que perpassa todo esse trabalho e que diz respeito ao fato dele ter se originado de uma experiência pessoal, envolvendo minha própria família de origem. Assumi com todas as vantagens e desvantagens a condição intermediária entre o próximo e o distante; entre o familiar (no caso literal) e o estranho; entre a parte (o mais particular) e o todo (aquela dimensão que se reveste de caráter mais universal). Se a princípio a proposta era a de investigar minha própria família de origem, a decisão de descartar tal idéia me levou a trabalhar com famílias próximas onde a condição de “amigo” estivesse dada desde o início e com evidente caracterização.⁴

A condição primordial da pesquisa é a de ser uma interação social. Pesquisador e agentes sociais investigados encontram-se imbricados (ao menos na esfera do trabalho proposto). Portanto, acham-se, em maior ou menor grau, envolvidos, segundo as disposições e possibilidades de parte a parte. Não há, pois, como negar um alto grau de tensão na relação, visto que esta se acha submetida à artificialidade do contato pesquisador-pesquisado. Mesmo que a relação se desse de forma independente da pesquisa (e, talvez, por isso mesmo), o fato dela ocorrer produz efeitos consideráveis, a princípio inexistentes. Aqui, o exemplo fornecido por Hendry mais uma vez é de grande valia. O fato de investigar em famílias bastante próximas, junto a informantes para os quais a condição anterior à de investigador era a principal, não diminui em nada a artificialidade do encontro. Ao contrário, ela é ainda maior, posto que encoberta e anuancada de mil e uma formas. Este foi um dos problemas que enfrentei.

⁴ Para o aprofundamento da questão, pensando os diferentes sentidos das relações da amizade, segundo os contextos nos quais tais relações se estabelecem, remeto o leitor ao trabalho de Rezende (2002)

A investigação como jogo interativo envolve o que Berreman (1980) - a partir de clara inspiração goffmaniana - chama de controle de impressões entre etnógrafo e agentes sociais investigados. De lado a lado, trata-se de revelar, ocultar e deixar passar dados sobre cada um dos pólos envolvidos na relação, de acordo com seus interesses em construir imagens que lhes sejam vantajosas ou que estes julguem ser esperadas, uns pelos outros, em que pese a parcialidade desta consideração, na medida em que nunca é possível o domínio total das impressões. A interação ocorre em processo de contínua construção de identidades. O etnógrafo procura cada vez mais obter elementos da “região interior” de seus informantes e estes, por seu lado, estarão se apresentando de certas maneiras – e não de outras – durante a vigência da relação, o que não significa que haja nem continuidade, nem permanência, nos termos assumidos. Sujeito e objeto da relação aparecem como atores a representar papéis, cujos *scripts* passam ou retêm informações negociadas em todos os planos, mesmo quando se trata da relação de amigos e conhecidos. Note-se que não estamos forçosamente diante de disfarces, mentiras e falsificações do real, mesmo que eles possam estar presentes, como o trabalho de Silva (1993) tão bem demonstra. As situações de pesquisa produzem máscaras sociais portadas pelos participantes nestas situações. Cada máscara (não necessariamente disfarce) tem seus próprios significados no interior de uma lógica que “... *na verdade os revela muito mais do que os oculta.*” (Geertz, 1978: 314). Minha própria experiência me faz, por outro lado, refletir a respeito de uma dimensão ética que impôs a necessidade de suprimir dados que como amigo ou mero conhecido estão disponíveis, mas que a relação de pesquisa, com o uso dos recursos “formais” de investigação (como a entrevista gravada) não fornecem.

Estava em jogo a confiança sobre mim depositada na condição de amigo ou conhecido, assim como pesava o fato de que eu contava com mediações significativas.

Na esfera das relações domésticas são importantes as figuras femininas. Minha mãe, minha irmã e Brigitte foram personagens fundamentais para a abertura que consegui diante de meus informantes. Uma investigação como esta, cujo cerne está centrado em problemáticas marcadas pela intimidade, não poderia ser levada adiante de outra forma. Tomo como exemplo o fato de alguns de meus informantes terem me confiado suas fotos sem maiores restrições, algo que só se explica se levamos em conta esse sentimento de proximidade e confiança.

No elaborado jogo de construção de identidades (em especial aquela de pesquisador), a mediação constitui elemento central no “estar lá” do trabalho antropológico. As mediações são determinantes na obtenção dos resultados esperados. Podem ocorrer interferências inadequadas, caminhos indesejados, identificações problemáticas que representam perdas dificilmente recuperáveis, quando as mediações enredam o pesquisador em direções não desejadas, ou, ao contrário, podem significar abertura e acesso ao mundo de experiências vividas pelos agentes sociais investigados, na medida que os contatos estabelecidos ocorram a partir da chancela de integrantes do grupo que permitem as aproximações e distanciamentos almejados. São inúmeras as situações possíveis, cabendo ao pesquisador valer-se de sua sensibilidade para “compor” suas estratégias de investigação. Distância e proximidade se articulam de modo não linear à abertura e ao fechamento de dados por conta da composição complexa da identidade de pesquisador, particularmente (como é o caso) quando esse pesquisador é também amigo, ex-vizinho, conhecido na escola dos filhos, irmão de amigo, amigo de família ou tantas outras identidades que se montam e desmontam segundo as diferentes situações sociais.

A descrição de Berreman (1980) da substituição de seus mediadores é exemplar no sentido de ilustrar os diferentes caminhos que a pesquisa poderá tomar em função

das escolhas feitas. Não está em pauta apenas a entrada ou saída de figuras-chave de interlocução. O episódio surpreendente da briga de galos descrita por Geertz (1974) revela que não apenas as pessoas com as quais se toma contato, mas também a forma como este se dá fazem diferença no rumo tomado pelo trabalho de campo.

O etnógrafo acaba sendo alocado em algum lugar do esquema de interpretação nativo: posição que dê sentido à sua vinda e permanência em campo. Uma ou várias categorias são destinadas a ele e isto não impedirá que sua presença deixe de ser ininterruptamente questionada, ao longo de toda a inter-relação. No início da investigação (como ocorre em toda e qualquer relação), a fragilidade e a insegurança fazem com que os envolvidos apenas disponham de elementos diferenciados e escassos acerca do “outro”. Os termos da relação ainda estão sendo definidos, com uma forte marca de indiferença, distância e reserva que restringe os comportamentos ao espaço da formalidade, altamente controlada. Os dados necessários à pesquisa gravitam em torno da figura do “informante” que pode tão simplesmente recusar-se a passá-las ao etnógrafo, até que um dia “...ele decide (...) que você [etnógrafo] é real. De alguma forma você conseguiu cruzar uma fronteira ...e todo o aspecto de sua relação muda drasticamente ...” (Geertz, 1978: 279). O pesquisador deixa o mundo spectral no qual se encontrava e passa a existir no *mundo dos vivos*, com os quais os relacionamentos se constituem. Nem sempre isto se dá desse modo. Em meu caso particular, ao longo de minha investigação, experimentei por vezes sentimentos bastante distintos: excesso de confiança, zelo excepcional, ausência de restrições por parte de alguns entrevistados - interlocutores com os quais a figura de “o outro” não se “acoplava” perfeitamente.

Em várias situações de pesquisa, a condição de amigo ou mesmo de conhecido fazia com que eu me encontrasse envolvido emocionalmente no cenário da investigação, tendo uma identidade que não a de pesquisador. Desde o início, as informações que

meus interlocutores tinham a meu respeito eram suficientes para garantir uma relação de confiança e de informalidade. Preocupava-me também a idéia de estar “abusando” da boa vontade de meus informantes por conta de nossas relações anteriores às da pesquisa.

Estes são alguns dos aspectos do fazer etnográfico. Para Geertz, muitas são as atividades de investigação desempenhadas pelo pesquisador voltadas à compreensão de relações de parentesco, estruturas políticas e de ocupação do espaço geográfico (algumas coincidentes, outras justapostas, mas em graus diferenciados⁵); regras de socialização e de sociabilidade; maneiras de produzir e satisfazer necessidades materiais e simbólicas; formas de perceber, classificar e hierarquizar o mundo e o Homem nele inserido (ser-no-mundo). Trata-se de uma infinidade de aspectos que expressam a complexidade da vida coletiva, seus sentidos, continuidades e descontinuidade, sempre em gestação, vigência e mudança. A tentativa empreendida pela investigação etnográfica (“*uma descrição densa*”?) constitui investida “... *intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, ...*” (idem: 39)

Não se trata apenas de fatores relacionados à pesquisa no momento em que esta se dá no interior de aldeia distante, entre “selvagens” ou “estranhos”, nos arredores de vilas e povoados estrangeiros (o “estar lá” de que nos fala Geertz) ou até mesmo entre grupos étnicos minoritários, maiorias subjugadas ou grupos periféricos em nossa própria sociedade (uma outra forma de “estar lá”, sem sair da própria sociedade). Qualquer que seja o “outro”, ele estará distante e essa alteridade constitui obstáculo à aproximação e à fusão que permitam a possibilidade de sua compreensão. Mas e quando a alteridade não se corporifica completamente? E quando, ao contrário, “você” faz parte do cenário de sua própria investigação? Quando os limites entre o “nós” e o “eles” teimam em

⁵ Particularmente a este respeito, vale lembrar as considerações do autor no artigo “Form and Variation in Balinese Village Structure”.

desafiar o estabelecimento de posições dado pelas classificações, das mais simples às mais completas, pois, afinal de contas, é possível sempre estar na fronteira entre ser parente e ser inimigo; não rara a situação em que se é ambos ao mesmo tempo ou nenhum dos dois.

Mas, há um momento em que o olhar indagador sobre esse “objeto” (constituído para além do sujeito desse olhar) volta ao “estar aqui”. Todas aquelas informações - próprias de quem viveu meses a fio em universos “exóticos” ou também “familiares” ao extremo - serão transformadas em dados, numa tentativa de sistematização interpretativa. Produzem-se teorias gerais, esboços demográficos, mapas de localização geográfica, observações sobre as estruturas de parentesco e regras matrimoniais. Na volúpia etnográfica, o objetivo de compreender é implacável. Justifica-se, em nome do conhecimento, a complexidade do trabalho interpretativo como tentativa de chegar ao inalcançável mundo que repousa nas “*costas do elefante sobre tartarugas sobrepostas*”, como revela a história indiana de que também nos fala Geertz. A sensação de incompletude é arrasadora: algo sempre parece escapar, por mais próxima que ela pareça estar, como é o caso de uma investigação como esta, praticamente feita “em casa” ou ainda “em família”.

Excerto hermenêutico numa antropologia familiar

A razão cartesiana que propõe tratados elaborados em termos de leis, sistemas e estruturas objetivas é percebida como uma grande abstração, dando lugar a uma razão interpretativa, na qual os padrões referenciais não são mais os do “tribunal da razão”. A linguagem comum ocupa o espaço assumido pelas categorias da razão objetiva, nos moldes que o pensamento filosófico europeu pós-iluminista cunhou. Os “jogos de

linguagem” – tal como Wittgenstein os concebe - (Apel, 1980) travados entre atores e mundos distintos parecem não deixar lugar às gramáticas universais, tão rígidas e tão pretensiosas do discurso antropológico.

Nessa razão interpretativa, que cunha novas propostas de trabalho no interior da disciplina, com a busca hermenêutica dos significados possíveis entre o conjunto de significados negociados intersubjetivamente pelos atores sociais, a pretensão é a de conquistar uma antropologia que parta do Homem para chegar a humanidade que reside no homem-de-carne-e-osso, particular e concreto: todos os homens, o homem todo – razão, emoção, expressão incorporada de experiências de viver. Uma antropognosiologia que, não negando o conhecimento científico (*episteme*), incorpore-o a outras formas de conhecimento. Busca-se aumentar a porosidade dos “jogos de linguagem” da ciência, livrando-a de sua absolutização enganadora, durante tanto tempo percebida como única forma de manifestar o entendimento sobre o “outro” e sobre si mesmo.⁶

O que está em jogo é o pleno exercício da auto-reflexão compartilhada. Um saber coletivo, cujo dever ético assinale a obrigação permanente de sustentar o diálogo como modo de viabilizar a possibilidade de uma competência comunicativa livre de distorções, no interior de uma comunidade de comunicação ilimitada, ou seja, não circunscrita aos próprios pares, mas sim uma comunidade de comunicação que incorpore diferentes grupos sociais, inclusive - e sobretudo - os que até bem pouco tempo situavam-se em posição marginal, sendo desconsiderados ou simplesmente tomados em termos dos modelos dominantes.⁷ Todavia, não menos problemática é a reflexão que se faz “com o nariz colado à tela” – expressão que procura problematizar o

⁶ Algumas considerações elucidativas acerca da Hermenêutica e de sua importância a respeito do processo interpretativo e de apreensão do sentido como foco central podem ser encontradas em Dilthey, 1976.

⁷ Para o aprofundamento da discussão da questão ética na antropologia, cabe mencionar o artigo “O saber, a ética e a ação social” de Cardoso de Oliveira, 1990.

tipo de abordagem que minha investigação levanta. Trata-se do estranhamento do familiar, ou seja, a desnaturalização do que está próximo, com o qual dialogamos regularmente. Minha investigação me fez várias vezes refletir acerca de situações nas quais eu me achava demasiadamente envolvido, tendo, portanto, que procurar o distanciamento necessário à preservação da condição de pesquisador.

No contexto da razão interpretativa, os paradigmas da ordem e da razão científicas, ainda ancoradas no modelo fornecido pelas ciências naturais, são problematizados a partir do enxerto hermenêutico na antropologia, permitindo repensar a própria disciplina, o fazer etnográfico, suas características, objetivos, práticas e conseqüências. A observação participante, o encontro com o “outro” e a própria figura do “outro” ganham novos contornos. A dimensão dialógica da troca, da negociação, se coloca na medida em que deixa de se situar para além do próprio sujeito de produção de conhecimento; aliás, uma figura que terá – também ela – seu estatuto teórico discutido, pois, afinal: “quem conhece quem e como?”⁸ O mesmo enxerto hermenêutico também deve ser pensado ao colocar o “outro” numa posição assim tão “envolvida” ou “englobada”, por assim dizer.

A prática antropológica, em função da consolidação da disciplina em um cenário dominado por situações coloniais e imperialistas, revelou-se marcada por forte polarização assimétrica. De um lado, o pesquisador, supostamente dotado de instrumentos necessários à apreensão do mundo do pesquisado, este transformado em objeto de estudo. Do outro lado, o próprio pesquisado - destituído da possibilidade de falar a respeito de si – re-inserido em uma nova posição: a de ator ativo, politicamente situado. A diferença entre um e outro, até então tomada como justificativa legitimadora do olhar exterior conduziu a uma alteridade que se cristalizara, impedindo que se

⁸ O artigo de Roth, “Ethnography without tears”, de 1989, é de muita clareza ao abordar as questões centrais relativas ao trabalho do etnógrafo e suas implicações.

estabelecesse a troca entre as partes. Estas, apesar de distintas (talvez até mesmo por esta razão), comungam de características comuns e de uma existência a ser compartilhada. O encontro é também a possibilidade do fluir comunicativo que se assenta no falar de si e no permitir que o outro também fale: algo que só poderá ocorrer em termos da respeitabilidade de posições e com a perspectiva da “fusão de horizontes” (Gadamer, 1977) que se interpenetrem mutuamente, a partir da empatia, da identificação, da solidariedade. Em sentido inverso, é necessário pensar a “disfusão” daquilo que possa estar a princípio indiferenciado, dada a proximidade existente. Nesse sentido, vale a pena pensar a condição do pesquisador que se auto investiga ou que circula por espaços muito próximos daqueles ocupados por ele próprio. Não são menores os problemas quando a simetria está em jogo ou quando uma espécie de alteridade às avessas se coloca como condição necessária à investigação.

Tal postura – colocando em questão a autoridade etnográfica – não se caracteriza pela negação da dimensão científica na antropologia, essa *Ciência do Homem* em busca de sua própria identidade. Dada sua capacidade de crítica e auto-crítica, trata-se de um saber mais prudente e sábio que se vale do fazer e pensar científico, mas que assinala a superioridade da dimensão da *Fronesis* (sabedoria). O mundo dominado apenas pelo *Logos* perde seu sustentáculo: outros universos, baseados em valores alicerçantes distintos (o da *Poesis*, por exemplo) se revelam. A antropologia, que sempre estranhou (e buscou) o “outro”, passa a estranhar a si mesma como forma de saber. A dimensão dialógica transforma a interlocução em negociação, alterando a relação pesquisador-pesquisado. A ruptura epistemológica entre sujeito e objeto deixa de assumir o caráter até então vigente e uma relação baseada na mediação negociada entre as partes demonstra cada vez mais vigor. A estrutura narrativa dos textos produzidos reflete as alterações pretendidas. Em primeiro lugar, a intersubjetividade é garantida e trabalhada

como forma de expressão significativa, fazendo com que o real-autoral ganhe contornos nítidos. A figura do pesquisador-escritor aparece com nitidez: sua presença no texto além de apontar sua atuação em campo, deve ainda qualificar as posições teóricas assumidas no próprio texto. As informações negociadas na interação estabelecida em campo (mas não apenas) libertam as MONOgrafias (trabalhos produzidos por uma única pessoa com um ponto de vista singular, pretendido como único possível) das normas pré-determinadas de uma autoria solitária, monolítica, autorizada monopolisticamente e, portanto, autoritária. O texto, refletindo as preocupações com uma interpretação profunda, é polifônico, multi-vocal. Os “informantes” - colocados na posição de interlocutores – são também parceiros na autoria do texto; logo, na prática, co-autores, mesmo que essa co-autoria se dê em termos diferenciados, sem ocultar o fato de que existe um autor central, cujas responsabilidades continuam expressas, mesmo que se trate de um trabalho atento à multi-vocalidade.⁹ Mesmo que se trate de pensar as variações de um mesmo idioma e da heterogeneidade do que a princípio parece o mesmo. Afinal o familiar pode não ser assim tão conhecido!

Os trabalhos produzidos perdem a aparência de catálogos que listam dados precisos – mesmo que infundáveis – na tentativa de esgotar as interpretações sobre seus objetos. Revelam-se como experimentos que, longe de se caracterizar pela univocidade e pela procura de significados inequívocos a respeito dessas totalidades criadas pelo pesquisador-inventor, nunca se acham acabados, haja visto o caráter multi-dimensional da produção.

A leitura densa e plural intentada pelo antropólogo registra a tentativa de buscar também na escrita o fluir máximo da comunicação entre um sujeito (que é ao mesmo tempo objeto de sua reflexão) e de um objeto (criticamente constituído e dialeticamente

⁹ O artigo de Steven Sagren (1988), “Rhetoric and the Authority of Ethnograph”, é bastante interessante do ponto de vista de uma tentativa de apontar uma certa oposição à subversão da autoridade objetivadora, o que poderia ser entendido como uma defesa da autoridade tradicional na produção antropológica.

voltado sobre si próprio, recusando sua condição de mero objeto, ao reivindicar posição atuante no falar - e pensar – sobre si).

A fronteira entre esse tipo de interpretação e o texto literário é bastante tênue, mas existe e não pode deixar de ser percebida, sob pena de se perder o caráter específico da antropologia como área de saber que não o da literatura, no qual ficção e realidade se confundem. São enormes as dificuldades no lidar com múltiplas presenças, vozes e imagens: as dos agentes sociais estudados, as do autor e de seus interlocutores no mundo acadêmico; a presença silenciosa do leitor no texto lido, para o qual ele se dirige. Trata-se de desafio a ser enfrentado e o fato de se tomar consciência dessa dificuldade parece constituir um ganho nada desprezível, quando comparado à atitude de negação do problema autoral assumida no passado.

O “tribunal da razão”, no entanto, mantém-se. Uma razão domesticada, é verdade, mas ainda presente. Uma razão que transcende a seus antigos postulados. Um pensar que não é apenas intelecto pois é também sentir, perceber, intuir e viver em muitas direções.

Capítulo 2

De que família estamos falando, afinal?

Questionamentos conceituais

Mas de que família se fala quando se trata da questão da transmissão intra-familiar? Com que conceitos sociológicos estamos operando e como estes podem nos servir a compreender os usos correntes que o senso comum lhes dá? Como essa concepção de família em geral se atualiza nas representações e práticas de meus informantes? Aqui as considerações de Bourdieu (1993) ajudam a pensar as definições de família como cenários móveis de constituição de categorias e representações que cumprem funções específicas e que têm conseqüências determinantes, como aquelas apontadas no que se refere ao uso feito por instituições estatais e pela sociedade civil organizada, com a assunção de verdades naturalizáveis a seu respeito, sinalizando a possibilidade de atuação sobre a realidade e sua legitimação. Bourdieu fala da família como uma “ficção bem fundada”.

O autor afirma: *“Se é verdadeiro que a família não é mais que uma palavra, é verdadeiro também que se trata de uma palavra de ordem, ou melhor, uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Pode-se dizer sem contradição que ao mesmo tempo as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que não seja o da construção social e que elas existem realmente, desde que sejam coletivamente reconhecidas.”* E acrescenta mais adiante: *“...é um princípio de visão e de divisão comum, um nomos que temos todos em nosso espírito porque nos foi*

inculcado através de um trabalho de socialização operado em um universo que foi ele mesmo realmente organizado segundo a divisão em famílias. Este princípio de construção é um elemento constitutivo de nosso habitus, uma estrutura mental...” Para, então, assinalar: *“Se diz, que as prenoções do senso comum e as folk categories da sociologia espontânea, que se deve, em bom método, colocar a princípio em questão, podendo como aqui, ser bem fundado porque elas contribuem a fazer (constituir) a realidade que elas evocam. Quando se trata do mundo social, as palavras fazem as coisas porque se faz o consenso sobre a existência e o senso das coisas, o senso comum, a doxa aceita por todos como sendo de si.”* (Bourdieu,1993:33)¹⁰ – **grifos do autor** -

Em termos de busca de definições – da qual o autor se valerá para produzir sua reflexão crítica a respeito – destaco a consideração inicial, com a qual abre seu artigo: *“A definição dominante, legítima, de família normal (...) repousa sobre uma constelação de palavras: casa, domínio doméstico (maisonnée), house, home, household, que, sob a aparência de a descrever, constrói de fato a realidade social. Segundo tal definição, a família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança (o casamento), seja pela filiação, seja, mais excepcionalmente, pela adoção (parentesco) e vivendo sobre um mesmo teto (coabitação).”* (idem, 1993: 1)¹¹

Hoje nas sociedades ocidentais modernas, de maneira geral, há a tendência de pensar e agir de acordo com uma idéia de família gestada e implementada ao longo do século XVIII, principalmente com a emergência do modelo centrado na noção de indivíduo, conforme demonstra, por exemplo, o trabalho de Ariès (1978). Família passa a ser entendida como conjunto de indivíduos reunidos por laços contratuais e de sangue. Acham-se delimitadas as relações conjugais, geralmente constituídas por algum tipo de contrato matrimonial entre um homem e uma mulher, assumindo os papéis de marido e

¹⁰ Livre tradução e grifos do autor.

¹¹ Livre tradução do original em francês.

de esposa. Acrescente-se a este laço contratual (e como desdobramento do mesmo) a geração de filhos, o que faz com que a relação matrimonial se estenda por meio da incorporação de novos personagens neste cenário, antes marcado apenas pela conjugalidade. A partir da ocorrência de relações de filiação, há o engendramento dos papéis de pai, mãe, filho e – no caso de mais de um filho – o papel de irmão. Diferentemente do que ocorria até o século XVIII, não domina mais uma estrutura de família ampliada, na qual a indiferenciação de funções e posições permitia a ampla circulação de avós, tios, cunhados e outros tantos parentes que compunham o conjunto extenso e fluido de personagens não individualizados desse modelo de família.

Nas famílias de classe média alta e de elite local por mim estudadas, apesar da referência dominante à noção de “indivíduo” e de todo o conjunto de representações e práticas associadas a mesma nestas famílias, vigora uma forte vinculação entre as gerações, fazendo com que o modelo de família mínima tenha aí contornos muito específicos. Há forte coesão no interior da família extensa, considerável sentimento de solidariedade entre as gerações, circulação de bens, serviços e personagens entre as unidades mínimas constituídas.

Em relação aos Crespi, por exemplo, entre as décadas de 40 e início da de 60, os irmãos já casados e com filhos viviam sob o mesmo teto e sob as determinações dos pais fundadores da fábrica, o que dava margem a muitas disputas e desavenças, até que as unidades mínimas se desdobraram, cada filho indo morar em sua própria unidade doméstica.

A família de Madalena (dona de casa, 70 anos), nesse aspecto, em função do retorno do filho à casa da mãe depois de sua separação e o fato dos netos terem sido criados por ela também ilustra a limitação de pensar a vigência de uma estrutura familiar restrita ao modelo de “família nuclear”. Mesmo a família de Elga (dona de

casa, 78 anos), na qual tal nuclearização ocorre de forma mais definida, a circulação entre irmãos, filhos e netos permite complexificar as relações aí estabelecidas. Em ambas as situações, as casas dos avós se abrem para receber definitiva ou temporariamente integrantes da família extensa.

O artigo de Martine Fournier (1998), procedendo a uma “cartografia de formas familiares”, alerta para o fato de que, mesmo antes das transformações liberal-burguesas que marcam profundamente o período, a Europa já registrava, em termos de estrutura familiar, outras formas de composição, atentando para o que o historiador André Burguière chama de “o mito da família extensa”.¹² Destaca a autora: *“Durante muito tempo, historiadores e sociólogos compartilharam a idéia de que a família nuclear progressivamente substituiu os grupos domésticos mais numerosos para se adaptar às transformações exigidas pela industrialização, urbanização e ação ‘modernizante’ do Estado. [...] Após duas décadas, historiadores, demógrafos e sociólogos combatem esta visão evolucionista. Na França, os trabalhos de demografia histórica, a partir dos despojos sistemáticos dos registros paroquiais (...) colocaram em evidência uma larga dominância de famílias nucleares nos Tempos Modernos (séculos XVI, XVII e XVIII). Por sua parte, os historiadores ingleses, ..., se apoiando sobre fontes ainda mais retroagidas no tempo, (...) mostraram que a família reduzida dominou uma grande parte da Europa desde a Idade Média”* (Fournier, 1998: 43). Conclui a autora: *“Não será, portanto, pela industrialização que se reduzirá o tamanho das casas (ménages). Com efeito, existiu, ao longo dos períodos, uma diversidade de modelos familiares, estendidos ou restritos.”*(idem) E, citando Zonabend, Fournier registra: *“Será falso crer que uma forma tenha precedido a outra, implicando que as transformações sociais e*

¹² A esse respeito Peixoto assinala: “Muitos filhos divorciados retornam à casa dos pais solicitando um apoio – financeiro ou moral – para educar seus filhos. Esta é uma prática comum no Brasil, pois, ..., as políticas familiares são restritas e o sistema público escolar é ineficaz, (...) Os avós vêm sempre socorrer seus filhos, retomando assim uma segunda carreira parenta. Cuidar ou educar os netos é uma tarefa das avós. (Peixoto; 2004: 77)

econômicas de nosso tempo tenham automaticamente provocado um encolhimento familiar” (Zonabend apud Fournier, 1998:43)

O Domínio da família mínima dentre muitos modelos possíveis

O modelo de “família mínima” passa a dominar nas sociedades modernas, dizendo respeito àquele constituído, apenas e basicamente, por um pai, uma mãe e seus filhos, investidos da condição de indivíduos, portadores de direitos e deveres. Prevalece a concepção de família que se constitui em função de parâmetros biomédicos e morais e que, conforme assinalam autores como Donzelot (1980) e Foucault (1977), fazem desse grupo uma unidade de controle de poder e desejos, naturalizado em razão dos marcos que uma biologia nascente, com significativa conveniência, então proporciona. Essa família nuclear como padrão ideal se revela como uma realidade inquestionável. Ela se encontra geneticamente explicada e medicalizada, dados os avanços científicos do período. Seus integrantes, investidos da condição de cidadãos, se acham submetidos ao poder do Estado, sendo regulados e institucionalizados por ele. Há ainda um domínio adicional que faz dessa família auto-contida e centrada espaço formador de trabalhadores e empreendedores livres para produzir e consumir, segundo a lógica de um mercado que os “sataniza”, de acordo com a metáfora empregada por Polany (1980), para dar conta das mudanças que produzem tantas e tão surpreendentes novidades para esse homem moderno e – nos termos daquilo que aqui me interessa – integrante de uma família tão singular, apesar da existência de distintos modelos.

Quanto à relativização do modelo de família mínima, Bourdieu chama atenção das mudanças que hoje evidenciam a impossibilidade de tomá-lo como referência única e universal, salientando que: “... *a família nuclear é, na maior parte das sociedades*

modernas, uma experiência minoritária em relação aos casais que vivem juntos sem se casarem, às famílias monoparentais, aos casais casados vivendo separados, etc. As novas formas de vínculos familiares que se inventam sob nossos olhos lembram que esta família, a que somos levados a considerar como natural, já que ela se apresenta com a evidência de sempre assim ter sido, é uma invenção recente (como mostram os trabalhos de Ariès e de Anderson sobre a gênese do privado ou de Shorter sobre a invenção do sentimento familiar) e talvez predestinada a um rápido desaparecimento”. (Bourdieu , 1993: 32) ¹³

Boa parte da literatura antropológica, em busca de compreensão às inúmeras possibilidades encontradas pelo ser humano em suas relações com o outro, com o mundo e consigo próprio, voltou-se à tentativa de dar conta de descrição e análise das formas pelas quais o homem lida com o fato de que sua sobrevivência, como ser humano, depende de sua reprodução biológica e social. Se a experiência da reprodução humana se coloca como imperativo necessário e universal (no momento, até que se demonstrem fórmulas outras que não a da conjugalidade entre um genitor e uma genetriz), tal experiência não implica uma única e mesma forma de organizá-la. Ao contrário, múltiplas são as soluções encontradas até agora para a experiência humana da reprodução, o que significa variação aparentemente infinita para a composição das relações familiares que decorrem dessa “exigência”.¹⁴

Falar sobre família é, portanto, referir-se a uma complexidade de arranjos que beiram o inesgotável, no que tange às variações de organização¹⁵. Ao mesmo tempo, falar de família mínima, restrita ou nuclear é reportar-se apenas a episódio recente e

¹³ Livre tradução do original em francês.

¹⁴ A esse respeito os trabalhos que problematizam as chamadas “novas tecnologias de reprodução assistida” apresentam colocações pertinentes às reflexões acerca dos limites entre os domínios da clássica oposição natureza e cultura. Como ilustração, remeto o leitor aos trabalhos, por exemplo, de Vargas (1999), Salem (1997), Strathern (1995) e Robin (1993).

¹⁵ À guisa de ilustração, quanto a essa diversidade e também no que respeita os limites possíveis permitidos pela mesma, me parece sugestiva a contribuição de Hua (1998), ao descrever a forma como um determinado grupo nos recônditos extremos da China se organiza sem a figura do pai e do marido.

limitado da história humana. Se essa experiência envolve a relação do homem com o domínio de sua natureza orgânica, genética ou biológica, isto não significa que a esfera do familiar está dada de uma vez por todas; natural ou naturalizável. O esforço que pesquisadores têm feito é o de justamente se aproximar desse objeto, revelando-lhe as múltiplas facetas. Ao fazê-lo, relativizam os modelos conhecidos (e naturalizados) de organizar o parentesco, por meio de alianças, trocas matrimoniais e todas aquelas imbricadas engrenagens que se encontram reunidas na estrutura e organização da vida familiar. Alguns dos estudos que se voltaram às chamadas “sociedades camponesas” encarregaram-se de assinalar a relevância teórica do conceito “família”, no que diz respeito à investigação das relações sociais aí identificadas. Também em sociedades complexas o mesmo se verifica. Minha investigação revela que a história das famílias estudadas é uma história de múltiplos arranjos. Às separações conjugais se fazem seguir por formas de suporte material e emocional entre os pais e filhos recém-separados; netos sendo criados como filhos; relação de apoio e concorrência entre afins, etc. Peixoto (2000 e 2004) trata do fenômeno do retorno dos filhos divorciados à casa de origem, explicando as causas da volta ao mercado de trabalho de muitos aposentados.

Um conceito em muitos: unidade doméstica, casa, casal, ciclo e relações familiares...

Autores como Thomas e Znaniecki (1974) constituem referências fundamentais, com suas considerações questionadoras da existência de modelos estruturais fixos, assinalando a existência de diferentes tipos de família, mesmo entre grupos camponeses. Observa-se a recusa aos modelos reducionistas, fazendo com que os autores pensem outras categorias de investigação como, por exemplo, a de “grupo doméstico”. Já não se

trata não somente de falar de “família” como entidade abstrata, mas sim de identificar “unidades de produção”, destacando-lhes suas regras constitutivas e operacionais.

Noção também bastante rentável, do ponto de vista da realização da análise, é a de “ciclo de desenvolvimento doméstico”, o que sugere uma perspectiva não substantiva e imobilizadora, com a incorporação de plasticidade analítica, dando conta das mudanças ao longo do tempo e que uma visão petrificante de família não abarcaria. As relações sociais estabelecidas no interior desse espaço de socialização, produção e consumo – dentre outras – não são auto-contidas, visto que demandam um olhar que se volta em várias direções, articulando o núcleo doméstico com muitos outros, assim como impõe, frente à noção de família, a referência a outras instituições que com esta se articulam de modo indissociável: Estado, mercado, sistema jurídico-religioso, etc. A contribuição de Geertz (1967), ao incorporar os dados de campo no sentido de lançar luz ao conceito de “comunidade”, sugere uma referência comparativa, em termos de tratamento conceitual, que, a ser levada a sério frente ao conceito de “família”, poderia resultar bons frutos. Grosso modo, o autor pensa a existência de comunidades justapostas e imbricadas de forma extremamente fluida e porosa, segundo os distintos olhares que sobre elas incidem. Nesse sentido, também a idéia de família, não substantivada, nos permite avançar teoricamente, potencializando aquilo que nossos próprios dados empíricos são capazes de nos oferecer à reflexão.

As várias dimensões relacionais no interior do grupo, no caso da família de Elga, podem ser percebidas em razão da relação entre os irmãos, após as segundas núpcias do pai. A entrada em cena de uma madrasta e de sua filha obriga que novos pactos se constituam, fazendo com que ocorram aproximações entre os irmãos. Os recortes relacionais são múltiplos e variam ao longo do tempo com reordenamentos sistemáticos. Elga ao casar vai morar com o pai na casa do mesmo. Nessa ocasião o pai estava viúvo

e Elga assume a administração da casa, tomando conta dos irmãos mais novos. Entretanto o pai se casa outra vez, fazendo com que a entrada de uma nova mulher mudasse o jogo de forças domésticas a tal ponto que Elga, marido e filhos são compelidos a se mudar. A madrasta reivindicava seu espaço em seus novos “domínios”. A família toma novos contornos.

Arensberg e Kimball (1968), por sua vez, destacam a família como unidade produtiva, pensando em termos sociológicos as práticas econômicas, nas quais está inserida. Os eventos da vida familiar; as reciprocidades e obrigações; os termos de parentesco; a divisão do trabalho em função de sexo, idade e status de seus membros; a complementariedade das tarefas realizadas; a hierarquia de posições em relação a qual a autoridade paterna e materna se exerce; a aprendizagem de papéis e a determinação dos ciclos de trabalho na organização da unidade doméstica compreendem aspectos priorizados pelos autores.

A rentabilidade do emprego da noção de “unidade doméstica” é observada, ilustrativamente, na maneira como Martine Segalen (1980), se vale da categoria “*ménage*” para colocar em evidência situações e vivências experimentadas pelo próprio grupo em sua dinâmica interna, articulando as idéias de casa, casal, família e economia doméstica. Ao destacar a densidade dos aspectos “internos” ao grupo, a autora problematiza a idéia de continuidade associada ao desenvolvimento do ciclo familiar. Este é pensado em função das relações (e das redefinições sistemáticas) que se apresentam àqueles que se encontram sob um mesmo teto (a casa). Em *Sociologia da Família* (Segalen, 1996), com uma nítida marca de vinculação à escola durkheimiana, a qual pertence, a autora desenvolve ampla exposição, dialogando com os principais estudiosos do tema, especialmente na França, apesar das fortes remissões ao trabalho de Parsons e outros autores anglo-saxões. Suas colocações privilegiam uma proposta de

análise de grande envergadura, ao discutir modelos a partir dos quais se pode pensar a transformação da família ao longo do tempo. A autora se reporta a estudos de parentesco, mobilidade social, herança e memória, compreendendo chaves de abordagem geral para a discussão genérica do tema.

A família Crespi se presta a ilustrar a justaposição de noções e de funções que se acham presentes entre os domínios do doméstico e do profissional. O grupo se compõe à medida que a unidade de produção se constitui (a fábrica de macarrão) e agrega distintas dimensões na fusão dessas “unidades mínimas” compreendidas em torno de três irmãos que constituem suas próprias famílias, mas que permanecem ligados à família tronco, inclusive em razão dos vínculos comerciais. A história da família de Bárbara Crespi permite pensar os imbricados vínculos entre organização familiar e a composição de empreendimento comercial, com seus desdobramentos ao longo do tempo. Bárbara tem cinquenta e poucos anos, casada com Décio, arquiteto, mãe de dois filhos. O pai de Bárbara, Ângelo, falecido em 1990, era filho de italianos e, junto aos pais e a outros dois irmãos, começa e vê crescer a fábrica de massas. Bárbara, ainda criança, chegou a viver no local onde funcionou essa fábrica. Ela conta que os avós vieram da Itália sem grandes recursos, mas que logo enriqueceram. Havia uma partição do trabalho familiar que fazia com que cada um dos filhos cumprisse uma função. O tio mais novo, Vitor, junto à avó de Bárbara, se encarregava da produção. O pai dela – o filho do meio- ficara responsável pelas vendas e o tio mais velho, Carlos, permanecera numa posição especial: fora criado para ser o intelectual da família e, para tal, se dedicava à advocacia.

Junto à fábrica foram construídos apartamentos para o pai e os tios de Bárbara, morando próximos aos avós. Isso significava fator de coesão, por um lado, mas também

cenário bastante propício ao acirramento de conflitos internos, especialmente após o casamento de cada um desses três irmãos e da constituição de suas famílias nucleares.

“Dali eu casei, fui morar onde tinha a fábrica e tinha os apartamentos em cima, para meu marido poder ficar perto do trabalho. Tudo bem. Minha sogra queria unir a família. Então, fez esses apartamentos, esses quatro, um para cada filho. Sobraria um porque eram três homens. A filha mulher já tinha casado, estava no Rio. Então, ela queria os três filhos juntos porque a fábrica era embaixo, era mais prático. Trabalhar e já ter a casa; já ali. Estar praticamente dentro de casa. Então, moramos ali.” (Matilde)

A mãe de Bárbara, Matilde, hoje com mais de setenta anos, se refere a esse período como um momento de dificuldades e problemas. Sua descrição do início da vida conjugal remete à mesma preocupação em enfatizar os sacrifícios, aos quais minha interlocutora se submete em nome do projeto de enriquecimento familiar que ela adota como seu. Nesse contexto, a solidariedade a ligar, por exemplo, as esposas dos irmãos que se ajudam na comunhão de equipamentos domésticos, constitui importante elemento de referência. Note-se abaixo a relevância que a posse de eletrodomésticos ocupa na reconstituição de uma trajetória pensada em torno dos valorizados símbolos de enriquecimento, desde os primeiros anos de casados até a atualidade, quando as dificuldades materiais, já ultrapassadas, representam fator de orgulho pessoal à entrevistada:

“Eu quando casei, ainda não estava totalmente pronto o apartamento, mas mudamos assim mesmo. Puxamos a luz lá de uma outra casa, não lembro de onde para ter luz. E não tinha geladeira. Que hoje ninguém casa sem geladeira. Eu não tive geladeira, mas tudo bem. Tinha minha cunhada do lado. Essa cunhada do meu lado já tinha geladeira. Estava casada há algum tempo, já tinha três filhos na época. Então, eu usava para as coisas necessárias. Eu usava a geladeira dela. Tudo bem. Mas hoje eu tenho quatro, se quiser (risos). No momento tenho três. Se precisar comprar mais uma, eu posso comprar, mas não tive geladeira, quando casei. Nem aspirador de pó. Enceradeira, eu tinha porque ganhei no casamento. Liquidificador, era moda. Tinha acabado de ser lançado. Em 1951, ninguém tinha liquidificador. Era novidade.” (Matilde)

O cotidiano da vida na fábrica para a informante é lembrado nos aspectos descritos como os mais árduos. Ela se reporta ao incômodo de ter que conviver com o barulho das máquinas. Mesmo nos finais de semana, havia pouco descanso e tranquilidade, dada a balbúrdia de um bairro com nítidas características comerciais. Quando do casamento, a família do cunhado mais velho, Carlos, já habitava o prédio de apartamentos localizado na planta da fábrica. Mais tarde, o cunhado mais novo, Vitor, igualmente irá residir ali com a esposa, Aída, com quem Matilde terá um relacionamento turbulento. Visto que os sogros também se achavam próximos (eles viviam num outro prédio, nas imediações), tal convívio mantido a partir da imposição de uma proximidade forçada, favorecia intenso controle interno, o que fazia com que os conflitos se adensassem. Matilde ressalta a tentativa de criar mecanismos geradores de alguma privacidade num cenário assim tão totalizante. Apesar dessas tentativas, o prosseguimento do depoimento deixa evidente o quão difícil foi para ela a continuidade desse inter-relacionamento. Seremos informados que os conflitos familiares conduzem ao rompimento das relações estabelecidas entre os envolvidos, não apenas na esfera dos vínculos comerciais, mas também no âmbito das relações afetivas. Observe-se, entretanto, que a informante mantém seu intento de recriar sua própria história, com alguma autonomia, dando relevo especial à trajetória seguida pelos membros do grupo, no qual ela se inclui, participando, ativa e diretamente de sua organização, buscando manifestar seu sucesso material.

“Eu ficava na minha casa; eles ficavam na casa deles. Eu não era de ir para a casa de ninguém. Nem eles também não iam na minha casa, entendeu? Nós não éramos de estar um na casa do outro porque Ângelo (o marido) saía de manhã, voltava à noite. Vitor (o cunhado) ia lá para a fábrica. Eu os via assim, na escada, na hora de descer, na hora de sair; lá na fábrica. Que às vezes meu marido estava demorando, antes dos meus filhos nascerem, eu ia para a fábrica, esperar meu marido, lá na fábrica. Até ajudava a contar dinheiro, quando ele chegava. Separar as notinhas, que vinham com aquele bolo de dinheiro. Eu ajudava a separar e tal. Então, a Aída às vezes, depois que casou... - que a Aída

casou uns três ou quatro anos depois de mim - ...também descia, também ajudava o que podia. E era assim, só assim. Nosso convívio era assim.” (Matilde)

Entretanto, os cuidados em criar espaços mínimos de autonomia doméstica para cada um dos núcleos constituídos em função do casamento dos três irmãos mostram-se insuficientes, frente à enorme força representada pelo centramento nos interesses da família tronco. Sabemos da divisão interna de atividades entre os irmãos. As mulheres acompanham de perto a trajetória de seus respectivos maridos – os três irmãos Crespi - e vivem na esfera das relações pessoais conflitos que interferem no ordenamento e continuidade do empreendimento como um todo.

Casa mediterrânea

A menção e análise do espaço físico ocupado pelo grupo familiar aparecem ainda em Bourdieu (1970), ao destacar as oposições estruturais referentes aos elementos constitutivos do interior da casa – espaço físico e social privilegiado -, indicando seus princípios ordenadores e remetendo-os aos demais fatores que presidem os domínios da vida social de seus ocupantes. Em outros momentos de sua produção (Bourdieu, 1962 e 1972), as considerações formuladas sobre o sistema de valores e sobre as regras de conduta, a orientar o comportamento de homens e mulheres no interior da sociedade Kabile, permitem estender as conclusões do autor para além dos limites domésticos. Família, nome, hierarquia, acordos intra e inter grupo, direito e patrimônio, regras e princípios matrimoniais pontuam - por exemplo - a caracterização que Bourdieu (1962) faz do campesinato francês, dada a dificuldade de manutenção de sua condição de excelência camponesa por meio do controle sobre o patrimônio familiar.

A discussão a respeito da honra, em contexto marcado pela patronagem, constitui elemento central da investigação feita por Campbell (1974) a respeito de comunidade

tradicional de pastores gregos, destacando os elementos que norteiam a formação de seus padrões regulares de comportamento, bem como a orientação de sentimentos estruturalmente imbricados nas práticas cotidianas, quer estejam envolvidos os cuidados com o gado, quer sejam reportados os procedimentos sutis de conseguir uma esposa, se relacionar com a família (afins) e, simultaneamente, manter os vínculos com o grupo doméstico de origem.

O drama do pastor de carneiros sarakatsani descrito por Campbell (*idem*) se prende aos compromissos de honra, quanto à família de origem e às obrigações contraídas após o casamento (dentre as muitas situações relativas à condição de filho, marido e pai), sugerindo que as análises correntes envolvem um campo teórico e empírico bastante delicado, dada a complexidade das situações envolvidas.

Cabe assinalar que a bibliografia que trata de sociedades tradicionais, principalmente mediterrânea, está aqui sendo utilizada na medida em que ela traz a baila aspectos fundamentais da dinâmica e funcionamento do universo familiar, mesmo que haja enorme distância com as situações empíricas por mim estudadas, em que pese o fato de se tratar de famílias de origem latina. No contexto de sociedades complexas contemporâneas, seria enganosa uma comparação mecânica e direta. São situações distintas, mas há, todavia, elementos comuns. Os autores citados ajudam a pensar o universo investigado.

O depoimento de Matilde fornece inúmeros elementos que permitem reconstituir parte da dinâmica da família, na qual ela é introduzida pelo casamento. O período do namoro com o filho dos donos da fábrica e os primeiros anos de vida conjugal são descritos por ela, deixando em evidência a imbricação entre as relações afetivas e o ordenamento das práticas existentes no interior do grupo. A questão da concorrência entre o marido de Matilde, Ângelo, e seu irmão mais novo, Vitor, assim como a

imposição de modelos rígidos de controle a partir dos sogros (especialmente por parte da sogra, a *nona*) permitem entender em parte as causas de conflitos posteriores ao casamento e a esse primeiro momento do ciclo doméstico, caracterizando uma tensão familiar que, ao longo de muitos anos, só se intensificou:

Eu comecei a namorar com 18 anos. Conheci meu marido, Ângelo Crespi, descendente de italianos, na época não era rico, não tinha assim..., na época estava começando também a vida. O pai dele estava começando a vida, trabalhava muito. Saía até no caminhão, quando o chofer do caminhão não ia. Ia ele, no caminhão, dirigindo caminhão, ia vender macarrão, fazia as duas coisas.

Então, dali eles foram subindo. Quando eu casei, minha sogra disse assim: «você não vai poder ter empregada porque nós estamos fazendo a fábrica nova; estamos gastando muito dinheiro.» Eu disse assim: «Não tem problema. Eu estou acostumada a trabalhar. Vamos trabalhar! Vamos em frente para vencer!» Daí, graças a Deus, nós fomos subindo, subindo, que eram três irmãos. Meu sogro, batalhador, também, ainda, né? Depois, ele foi até comendador. Ganhou comenda. Comendador...” (Matilde)

A ênfase do discurso continua situada na lógica do trabalho como fator explicativo do progresso material experimentado. Matilde se integra à família do marido e isso se dá com a tácita aceitação das regras impostas pela sogra que, desde o início, se encarrega de diretamente explicitá-las à jovem nora. É sugestivo que a informante se reporte a tal episódio, falando da sogra e não de uma prévia negociação ou mesmo de uma imposição feita a partir de seu então futuro marido. A remissão dada à ascensão social se verifica, colocando em destaque à figura do sogro que, por meio do estatuto de comendador, consegue ver coroado de êxito o esforço de distinção e, ao fazê-lo, não apenas chama atenção para si, mas para todo o clã. Matilde, ao adotar a família do marido como sua (ela assume o pertencimento ao grupo), assinala o lugar que ocupa no mesmo, junto aos Crespi, e, em função desse mecanismo social produtor da distinção, ela também se vale da engrenagem familiar do marido como mecanismo de auto-promoção.

Matilde, ao discutir a problemática do cunhadismo, revela também o conflito entre as famílias afins. Ela e a cunhada se desentendem porque se estabelece o conflito em torno de padrões divergentes quanto aquilo que “melhor conviria” a cumprir frente às regras de uma moralidade adequada no interior do grupo. Como o consenso não se apresenta, disputas de distintas ordens se originam, gerando o conflito aberto entre as partes envolvidas.

“Todas as vezes que eu saía – ia à casa da minha mãe – que naquela época a gente usava muito o bonde, não é? No que eu atravessava a rua para pegar o bonde, ela (a cunhada) estava na janela, lá em cima me olhando. «O que que é isso, gente?» (indagava-se a informante). Controlando. Porque quando eu saía, eu tinha o hábito de dizer assim: «Oh, Lica – Lica era minha empregada – eu vou sair, eihh. Eu vou sair. Vou lá na casa de mamãe.» Enquanto as crianças estavam no jardim de infância, eu dava uma olhada lá na casa da minha mãe. Então, ela (a cunhada) escutava eu me despedir da empregada, porque era janela com janela, em cima. Eu não sei se era para ver como eu ia vestida. Não sei se era para ver se eu ia realmente para a casa da minha mãe; eu não sei. Eu comecei a ficar chateada com aquilo. Aí eu disse para o Ângelo: «Ângelo, está acontecendo isso, isso e isso». «Bom, você me diz onde você vai, eu confio em você. Não tem nada que estar te vigiando. Deixa para lá.» Ah, mas um dia eu não pude. Eu comecei a fazer a experiência. Não dizia mais nada para a empregada. Ah, eu não tive talvez. Ah, eu comecei a falar, fui para a frente dela (a cunhada), falei, falei, falei.... «É mais decente você botar um detetive atrás de mim. Por que você não paga um detetive?»

Ela começou a falar mal da minha família. Aí eu disse: «Olha, quem é você para falar da minha família? O seu pai fez isso, isso e isso. O seu pai levou um tiro não foi porque ele foi na igreja rezar, não. Levou um tiro pelas sujeiras que ele fez.» Ele tinha o seguinte. Tinha um senhor que alugou a casa para ele. Ele foi morar numa casa. Alugou a casa e em vez de morar lá, ele fez um meretrício lá: casa de mulheres para ganhar dinheiro, com as mulheres. Ele e um tio da Aída (cunhada), irmão da mãe da Aída. Aí, o senhorio pediu que ele saísse, que tirasse... As mulheres estavam fazendo mal a ele, fazendo mal ao prédio. O imóvel ia ficar... Aí, ele (o pai da cunhada): «Que não ia tirar, não ia tirar...» O senhorio deu um tiro nele. Ele levou um tiro - o pai da Aída - por causa disso. Aí, eu disse a ela: «Olha, teu pai... Meu pai nunca fez isso. Meu pai é um homem honesto! Um homem sério. Agora seu pai fez isso e isso. Botou mulheres». Aí, ele tirou as mulheres depois desse tiro, meteu a família lá dentro. Disse que os homens iam bater lá: «Não é mais aqui, não!!!»

Daí começou uma inimizade porque ela estava me vigiando e depois ela começou a falar da minha família... Aí eu não gostei porque não tinha nada para falar da minha família, felizmente. Que meu pai, às vezes, tinha umas briguinhas com minha mãe. De vez em quando saía umas briguinhas. Ela dizia: «Meu pai e minha mãe nunca brigaram. Nunca brigaram! Seu pai vive brigando com sua mãe!» Aí, eu digo assim: «Pode brigar, mas dentro de casa.» Porque ela sabia de tudo.

Eu botei os podres dela para fora. Aí começou uma separação que até hoje..., eu tenho uns senõezinhos com ela. Eu falo com ela, tudo bem, mas ela para lá, eu para cá. Eu falo com ela porque tem que lidar... porque na fábrica, o inventário ainda não acabou. Problema de fábrica. Realmente nós temos que nos falar. Falava com ela, mas entre dentes. Ela falava entre dentes e eu falava entre dentes. Estritamente o necessário. Que ela era metida a importante. Ela queria estar sempre por cima, mais do que eu.” (Matilde)

Toda a longa narrativa revela a disputa entre as cunhadas, trazendo à tona situações potencialmente delicadas em suas respectivas famílias de origem. Cada uma delas busca desmerecer a outra, tentando descrevê-las como destituídas de atributos morais capazes de justificar sua plena integração à família de seus maridos, a qual estão ligadas pelo casamento. Constitui-se, portanto, um vínculo familiar dado por contrato, tornando-as parte da família tronco. Matilde, procurando se desvencilhar do controle exercido pela cunhada, ao vigiar seus movimentos externos ao espaço doméstico, lança mão de acusações, particularmente em relação à conduta do pai de sua cunhada-rival. Independente da pertinência da acusação, o que desponta como elemento de maior relevância é a existência de mecanismos acusatórios que se destinam a desacreditar aquela que também entrou pela via do casamento no núcleo da família agregadora, os Crespi, impedindo que o exercício do controle pretendido se realize. Tal procedimento tem importância no momento em que se avança no testemunho dado por Matilde, quanto à vigência de uma dinâmica familiar de disputas anteriores e que se estendem no tempo por várias décadas, determinando, inclusive, os rumos do empreendimento comercial na atualidade.

Átomo (explosivo) de parentesco na família

Se os trabalhos produzidos permitem problematizar o conceito de família, este não poderia deixar de ser utilizado sem a reflexão sistemática que se reporta às teorias de parentesco. No interior desta discussão específica se encontra o fulcro central das

relações sociais: a existência da própria vida coletiva, com a imposição da relação entre ego e alter, na qual se acham inúmeras mediações. O átomo de parentesco de Lévi-Strauss (1976) permite compreender a forma como opera a dinâmica da vida social em sua complexidade. Trata-se de colocar em foco a essência das relações que tiram os agentes sociais de seu auto-centramento, impelindo-os na direção de outros agentes sociais. Trata-se de pensar a forma como se dá o mecanismo de transformação de estranhos em parentes, através da troca, da incorporação pela via do contrato matrimonial. Fundamentalmente está em jogo a necessidade de proceder à troca de mulheres com a busca prescrita de parceiras fora do círculo de relações interditas. O tabu do incesto faz com que, justamente, a partir do mecanismo de interdição, haja a necessidade da troca para fora. Um integrante de determinado grupo cede uma mulher, com a qual não poderia manter relações sexuais, na perspectiva de, em troca, receber uma outra com a qual possa se relacionar. Por meio da troca se dá o dispositivo de alianças, fazendo com que indivíduos até então estranhos – potencialmente inimigos – tornem-se, por conta dos vínculos matrimoniais, aliados que, juntos, passam a agir em causas e interesses (até certo ponto) comuns.

Para surpresa até mesmo de Bárbara, que até o momento da reconstituição feita pela mãe parecia desconhecer o conteúdo mais profundo de suas declarações, fica-se sabendo que Matilde aventa a possibilidade do cunhado (marido de Aída) ter se interessado afetivamente por ela antes do casamento de Matilde com o pai de Bárbara, algo que jamais teria sido explicitado, mas que representava um fator sempre latente de desconforto entre as partes envolvidas.

Bourdieu (1976), ao explicar as razões do casamento com a prima paralela na sociedade Kabyle, chama atenção para o fato de que ela é a mulher imediatamente mais próxima, não classificada como parente, com a qual o nativo poderia se relacionar, sem

se expor às ameaças inimigas de grupo totalmente estranho ao seu¹⁶. Tal jogo de escolhas matrimoniais também é abordado por Campbell (idem) que discute as estratégias das uniões, visando a preservação da honra familiar por meio do rígido controle moral sobre o comportamento feminino, especialmente da esposa que, antes do casamento, nada mais era do que uma estranha. Está presente a tensão permanente entre parentes, aqueles pertencentes ao “próprio povo” (com os quais o indivíduo compartilha intensamente sua existência social) e “os outros”, estranhos (opositores e rivais mantidos à distância). O casamento permite o cruzamento de fronteira altamente controlada.¹⁷ O estabelecimento de alianças seguras tem papel fundamental numa sociedade como essa marcada por extrema competitividade.

Viveiros de Castro (2000), a partir de estudo sobre a sociedade amazônica, sugere outros termos para pensar o parentesco que não aqueles dados pelos laços consangüíneos. O parentesco biológico acha-se essencializado, tomado como fator relativo ao compartilhar de uma mesma propriedade bio-genética: “um mesmo sangue”. Parente, ao menos de acordo com a concepção ocidental dominante - supostamente universalizante - é aquele com o qual se estabelecem vínculos de consangüinidade, isto é, o compartilhar de uma mesma e única substância vital, encontrada na “natureza” que se herda, independentemente de escolhas ou vontades. O autor propõe,

¹⁶ “Aquele que se casa na própria família pode estar seguro, diz-se muitas vezes, que a mulher se esforçará por salva-guardar-lhe a honra, guardar segredo dos conflitos familiares – e não irá queixar-se aos seus parentes. (...) O casamento com uma estranha é temido como uma intrusão; abre uma brecha na barreira de proteção de que se cerca a intimidade familiar.” (Bourdieu, 1972: 184). A honra, acima de tudo, faz do homem kabile um ser atento ao extremo às regras de comportamento moral e doméstico. Ele é alguém que, afinal “também tem bigode”, o que – mal comparando – em nosso contexto cultural representaria dizer: “alguém que tem barba na cara”.

¹⁷ Vale remeter o leitor às inúmeras análises dos rituais de casamento que dão conta das prescrições, proibições e todos os cuidados existentes nas celebrações, antes, durante e imediatamente após o casamento, colocando em evidência justamente a existência de tais fronteiras. Dentre os muitos autores que fizeram tal tipo de descrição e análise de celebrações matrimoniais, o próprio Campbell constitui um bom exemplo. Chamo atenção para a riqueza dos dados etnográficos apresentados pelo autor, especialmente no que diz respeito aos contatos pré-matrimoniais entre as famílias dos noivos, à festa de casamento e todo o detalhamento quanto aos movimentos dos protagonistas do evento, de seus pares e convidados, assim como para a descrição do autor acerca da precária condição da jovem esposa diante principalmente da figura da sogra nos primeiros anos de vida conjugal.

contrastivamente, ênfase nas relações estabelecidas entre afins, ou seja, entre indivíduos relacionados pelo contrato: os “*in law*”. Prevalece o vocabulário do cunhadismo. Os homens não se casam para conseguir uma esposa e sim para ter cunhados com quem se relacionar. O parentesco se constitui, portanto, em função desse fato, o que muda completamente o sentido da relação de parentesco, tal como ela é vivida no ocidente moderno.

Tais considerações nos permitem pensar, na trilha aberta por autor como Schneider (1968), as críticas aos rígidos genogramas que aprisionam os indivíduos à estrutura exclusivamente pautada no parentesco biológico. O autor produz suas considerações, demonstrando a necessidade de levar em conta um esquema que se abra à incorporação de domínio culturalmente elaborado, incluindo, por exemplo, as relações construídas em outras bases que não aquelas exclusivamente biológicas como a adoção, as substituições ou outros tantos procedimentos de construção de relações parentais, necessariamente não percebidas como tal.

A trama de indivíduos individualizados

De Singly (1993), em seu esboço geral de demarcação das tendências de comportamento familiar contemporâneo, tendo o contexto francês como referência, aponta os principais fatores de mudança, especialmente após a década de 1960. O sociólogo parte da idéia de “família conjugal” para assinalar o aumento de autonomia dessa “nova” família que emerge das intensas mudanças ocorridas no período, contrastando-a àquela em que há prevalência da parentela, com o enraizamento de vínculos que ligam seus membros ao grupo familiar mais extenso.¹⁸

¹⁸ Uma remissão direta e explícita à expressão de Durkheim, ao formular a oposição entre a noção de solidariedade mecânica e orgânica, com a supremacia da segunda sobre a primeira. A idéia de família

Para De Singly, o padrão de relacionamento familiar forjado e expresso, principalmente após 1968 – data tomada como paradigmática -, destaca-se pelo relativo isolamento da família baseada no casal (daí, a recorrência à expressão de Durkheim), numa posição auto-centrada, mas não auto-limitada, visto que, para além da relação entre os cônjuges, se coloca como prioridade subjacente a criação dos filhos, o que também não elimina a presença dos agentes e instituições de outras ordens, principalmente aquelas que dizem respeito à intervenção estatal. Mais do que a ênfase na constituição e vivência dos vínculos entre marido e mulher, pais e filhos, o que está em pauta é a valorização crescente da noção de indivíduo que, mesmo situado na trama das relações conjugais e parentais, ocupa espaço axial nessa teia familiar, como, por assim dizer, ser autônomo: senhor de seus projetos, administrador de seus desejos e estrategista de seus interesses.¹⁹

Tomando mais uma vez o exemplo dos Crespi, observa-se que com o sucesso do negócio, os filhos passam a morar fora do espaço da fábrica, dando vazão ao desejo de autonomização de cada um. Todavia, isto só ocorre a partir de uma supervisão – e da aprovação - desempenhada pelo casal fundador que permanece acompanhando de perto os passos de seus filhos. Antes de possuírem suas moradias, os filhos são orientados a investirem na construção de prédios que possam ser alugados, constituindo fonte de renda suplementar àquela obtida com a fábrica, na qual os três até aquele momento participam como sócios, junto aos pais. O tempo e, em certo sentido, o próprio êxito do empreendimento se encarregaram de diminuir o estímulo dos sócios em crescer. Carlos,

conjugal está para a de solidariedade mecânica assim como a noção de família mínima está para a de solidariedade orgânica.

¹⁹ Nota o autor: “Hoje, a ‘família feliz’ é menos atrativa; o que importa é que o indivíduo seja feliz. Contrariamente a certas utopias de 1968 ou a certos textos feministas que desejariam destruir a família burguesa e a família patriarcal, a família não desapareceu, na medida em que os indivíduos crêem que ela constitua um de seus meios ideais para serem felizes, por se realizarem a si mesmos. O ‘eu’ que prevalece sobre o ‘nós’, mas o primeiro não demanda o desaparecimento do grupo conjugal, nem o grupo familiar; justamente o contrário” (De Singly, 1993: 89) – livre tradução do original em francês -

o mais velho, acaba por se afastar. Os velhos fundadores morrem e restam à frente do negócio Vitor e Ângelo, cujo empenho, na visão de Matilde e de Bárbara, era cada vez menor. Uma vez mais, as dimensões pessoal e familiar se confundem com as decisões tomadas pelos empreendedores, interferindo no destino da empresa.

Bárbara comenta que tanto o pai como o tio já estavam mais velhos e cansados do trabalho realizado ao longo de tanto tempo, desde a infância e adolescência de ambos. Eles começam, então, a se preocupar em aproveitar mais intensamente a riqueza acumulada, abrindo mão do controle intenso que até aquela ocasião eles exerciam sobre o negócio; especialmente como ocorria quando seus pais ainda estavam vivos e à frente das principais decisões. Bárbara caracteriza tal momento como o de maior crescimento da fábrica e o início de problemas que levaram ao seu posterior fechamento: ausência, talvez, de um projeto de gestão mais amadurecido, além de administração pouco eficiente que levou à acumulação de dívidas, particularmente aquelas relativas a inúmeros impostos devidos.

A relação entre os dois irmãos (o pai e o tio da informante) sempre foi tensa, não tendo deixado de ocorrer episódios presenciados pelos parentes e por funcionários marcados até mesmo por ameaças concretas de morte, com cada um dos irmãos se valendo da tentativa de constrangimento físico e moral frente ao outro, por meio da demonstração de força através do uso de armas de fogo. A tais brigas, seguiam-se pedidos de desculpa e efusivas manifestação dos mais puros sentimentos de afeto fraternal. Amor e ódio, lado a lado; emoções à flor da pele. Bárbara, que esteve diretamente envolvida, pois exerceu atividade administrativa, convivendo cotidianamente com o tio e com o pai no exercício diário de suas funções dentro da fábrica, avalia tal quadro, chamando atenção para o fato das relações familiares serem determinantes dos desdobramentos ocorridos.

“Então, eles ficaram muito bem. Teve um período que eles estavam muito bem de vida. Muito bem mesmo. Aí o que aconteceu? Eles começaram a largar o negócio. Aí você morreu, né? Começaram a abandonar a engrenagem, o desenvolvimento daquilo. Então, quando eles ficaram com muita grana, eles relaxaram. E cada um arranhou sua amante - amantes com casas montadas - e foi aquela história toda.” (Bárbara)

De Singly, contrastivamente, aponta que na atualidade há a supremacia dos afetos (referidos à satisfação de necessidades subjetivas, nas quais os projetos pessoais se sustentam) face às regras normativas e os constrangimentos fixados institucionalmente. A tônica é a da negociação, da construção dos sentimentos, e não a dos conflitos abertos que impeçam a plena realização dos integrantes desse conjunto singular. De Singly (1996) opõe, por exemplo, as idéias de “eu íntimo” e “eu estatutário”, contrastando a esfera das relações do indivíduo marcada pelo exercício de algo que lhe é pessoal e autêntico, desvinculado de papéis sociais, status e normas, por um lado, e, por outro, uma dimensão normativa do *self*, fazendo com que esse indivíduo esteja ligado a outros indivíduos por meio de elos que o universo das relações sociais lhe impõe, com determinações oriundas das pressões externas (e coletivas) sobre o espaço interno desse “indivíduo individualizado”.²⁰

O fulcro da análise situa-se na identificação da *“família [que] se transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos”* (De Singly, 2000: 15), com a dominância de relações monetarizadas sobre as patrimoniais, assinalando o decréscimo da transmissão por meio de herança e, inversamente, a valorização dos ideais meritórios. *“É a família que chamo de ‘individualista e relacional’... [e que] se distingue da precedente pelo peso maior dado ao processo de individualização”*. (idem)

²⁰ Como ilustração para o desenvolvimento da formulação, envolvendo as idéias de ‘eu íntimo’ e ‘eu estatutário’, o autor se reporta à personagem do filme ‘Pontes de Madison’: uma mulher de meia idade, Francesca, impactada pela chegada de um estranho em relação ao qual ela se interessa afetivamente. Na esfera do ‘eu íntimo’, a personagem cogita abandonar sua família e viver uma aventura amorosa com o galante estranho. Na esfera do ‘eu estatutário’, todas as regras e demandas da condição de ‘esposa feliz’, mãe e mulher de família se voltam sobre ela, impondo-lhe que se esqueça de seus impulsos aventureiros e se mantenha presa às convenções que vigoraram até aquele momento.

Para essa “*família moderna 2*”²¹, trata-se do pleno universo do ser autônomo, marcado pela liberdade de escolhas, pela ausência de pressão doméstica e de tudo quanto possa inibir a manifestação de seu “eu” na busca de realização integral: o triunfo da privatização da vida privada e de um individualismo (hedonista, talvez) levado às últimas conseqüências.²²

A micro-análise do ciclo conjugal e da objetivação familiar realizada por Kaufmann (2001) revela o cuidado atento para com o tratamento de hábitos conjugais e do exercício da sexualidade. Os encontros - manifestações da dimensão relacional entre os indivíduos - e sua construção identitária - a partir da primazia das relações de pessoa a pessoa - permitem mapear o que o autor chama de “tipificações recíprocas”, estabelecendo classificações codificadoras de atitudes e balizas possíveis. Um jogo de descobertas e desdobramentos que - trabalhadas à la Goffman - chamam atenção para as regras de interação e os sistemas de hábitos, implicando comportamentos herdados e expectativas que se cumprem ou são frustradas.²³ A partir daí dá-se a continuação das investidas de descoberta (paulatinamente realizadas), ou movimentos contrários (no sentido de sua paralisação e retomada em outras direções). Está posta em operação uma dinâmica que, absolutamente, não se acha definida de uma vez por todas. A delimitação de papéis domésticos e sua regularização permitem o estabelecimento de rotinas incorporadas, tanto no que diz respeito aos parceiros, como em relação aos objetos que, ao serem incorporados nos automatismos de seus portadores, “[*estendem*] *assim a superfície do corpo socializado*” (Kaufmann, 2001:127). Aqui a referência explícita a

²¹ O contraste se faz em relação a uma “família moderna 1” em que os indivíduos já estão presentes como tal, mas que ainda se acham comprometidos com seus elos de ligação ao grupo.

²² Em que pese o fato de se tratar de uma análise relativa ao contexto francês, penso que o autor pretende traçar padrões interpretativos mais amplos que se apliquem como modelo pelo menos ao que, grosso modo, poderia ser identificado como “ocidente”. Sua percepção de especificidades relativas a diferentes estratos da sociedade francesa (grupos dominantes e camadas populares) não diminui o peso dado à busca de tendências gerais a caracterizar o universo das relações familiares contemporâneas.

²³ Ver expresso, por exemplo, em “Representações do eu na vida cotidiana” (apesar da ausência de referência direta).

Norbert Elias (1990) permite refletir a respeito da desconstrução das noções de corpo e de objeto, antevendo suas implicações, quanto à rotinização dos gestos e à acumulação dos objetos, por exemplo, nos encontros amorosos e nos relacionamentos cotidianos que se verificam no espaço da intimidade.²⁴

Afirma Kaufmann: *“Corpo e objeto só se tornaram duas entidades separadas na representação constitutiva da modernidade ocidental. É preciso aprender a olhá-lo de outra maneira, sem um a priori classificatório. O objeto nem sempre foi tão exterior ao corpo como parece, e o próprio corpo pode ser tomado como objeto. O corpo dos outros e o da própria pessoa. Não é raro, entretanto, que o indivíduo seja levado a manipular parte de seu corpo, em geral relacionando-o com outros objetos, produtos ou instrumentos (...).”* E conclui: *“O indivíduo utiliza seu próprio corpo como objeto para ampliar e adensar o espaço social estruturado pelos hábitos e todos os demais esquemas infraconscientes que guiam sua ação cotidiana.”* (Kaufmann, 2001: 126).

Interessa perceber a importância desse olhar atento à construção de objetos socializados e de corpos socializáveis, presentes no elaborado “malabarismo” de produção dos relacionamentos que, se para o autor está centrado na relação homem-mulher, nem por isso nos impede de sugerir desdobramentos instigantes, quando se trata de levar adiante a proposta de análise para outros campos do universo interativo: familiar, por exemplo. Para este último domínio estaria presente a interação, sincrônica e diacrônica, entre pais e filhos, avós e netos, e assim por diante (como será visto no capítulo que se segue). Penso o instigante desafio de levar às últimas conseqüências a

²⁴ O autor se vale de situações ilustrativas como o de um encontro entre jovens amantes num bar ou no motel em que cada gesto desse “conjunto de regras de etiqueta” interfere na condução dos desdobramentos possíveis. Kaufmann, ao buscar compreender as “tramas conjugais”, se depara com o infinito (e ínfimo) mundo das sutilezas que envolvem, por exemplo, as descobertas dos primeiros momentos do encontro com outrem e os desconfortos que estes podem gerar, chegando a ameaçar a continuidade dos encontros em curso e das relações subjacentes. Tais desconfortos estão expressos nos corpos (gestos bruscos, odores, etc.) e nos objetos que se mostram como extensão desses corpos (coisas mexidas pelo outro, sujeiras, desordem, etc.)

seguinte afirmação: “A família pode ser analisada sob o ângulo de uma progressiva objetivação” (idem: 127)

Na descrição dos impulsos, dos desejos de movimento e de incorporação ou recusa dos objetos acionados nos cenários familiares investigados, há a percepção de que não se trata de exterioridade e frieza diante de objetos e corpos anônimos. Ao contrário, a chave para a compreensão desse processo é o de familiarização. A relação aqui estabelecida não é apenas a de contigüidade. “Como o objeto é portador de uma memória social, ao interiorizar esquemas implícitos, o indivíduo recupera e inscreve em si mesmo uma parte do passado da sociedade. (...) O indivíduo continua a alimentar essa memória, através da sedimentação de novos esquemas, exteriorização-objetivação que provém então de sua história pessoal. (...) ‘As coisas personalizadas não se despreendem da pessoa que delas se apropriou, mas estendem sua superfície e garantem sua manutenção.’(Thévenot) A distribuição ao redor de si toma a forma de novos esquemas, registrando nos familiares objetivados e nos objetos familiarizados não mais uma parte da memória social, mas da memória do próprio indivíduo. As duas memórias se misturam indistintamente para definir um quadro de condutas unificado. Assim se constrói progressivamente um espaço de familiaridade.” (idem: 129) - Grifo meu. –

TTG - Transmissão transgeracional

A partir da psicanálise, encontramos menção a segredos e mistérios que recebemos inconscientemente de nossos antepassados. De acordo com Kaës (2001), Freud nos apresenta as idéias de faltas, culpas, pulsões, desejos etc. e somos convidados a considerar os mecanismos psíquicos presentes no processo de transmissão transgeracional que opera no âmbito familiar. Ele afirma literalmente: “O indivíduo efetivamente conduz uma dupla existência: uma onde ele tem em si próprio seu fim e

outra como membro de uma cadeia a qual ele está sujeito contra sua vontade ou ao menos sem a sua participação” (Freud apud Kaës, 2001: 47). Freud se reporta as noções de “comunidade de fantasmas inconscientes” e de transmissão intersubjetiva que ocorre com a identificação do agente em relação ao desejo e aos sintomas dos outros. Em “Totem e Tabu”- texto com forte preocupação em dialogar com a produção antropológica do período (o texto é de 1912) -, o tabu é tomado como o código não escrito mais antigo da humanidade. Desejado e proibido, ele é transmitido pelo aparelho cultural e social que assegura sua continuidade de geração em geração. “*A carta sempre chega a seu destinatário*” – é uma expressão discutida por Lacan que reporta a idéia de que nada pode ser abolido; um segredo não pode ser ocultado, sem que venha a aparecer algumas gerações à frente, quer na forma de enigma, quer como impensado, ou ainda como signo mesmo do que não pode ser transmitido na ordem simbólica: o não dito. Em “Moises e a religião nomoteísta”, de 1939, Freud fala explicitamente de uma “herança arcaica” para se reportar à idéia de traços recebidos de gerações anteriores. É a deixa para que o autor introduza seus conceitos de castração e culpa, iconicamente representados pelo tão discutido “complexo de Édipo” que se reproduz e atualiza de uma geração a outra. Um traço de lembrança filogenética que se reporta a uma família pré-histórica, na qual o pai ancestral realmente privava seus filhos de seus órgãos genitais, ao considerá-los rivais perigosos diante da esposa.

Uma consideração explicativa

É claro que não pretendo investigar heranças assim tão arcaicas, nem em termos de uma temporalidade extensa, nem em termos de camadas tão enraizadas na psique humana. Meu interesse é o de dar conta de discussão que se manifesta cotidianamente naquilo com o qual nos identificamos como atores existenciais e sociais que somos.

Temos uma identidade familiar e social e isso está situado numa ordem de continuidade que nos transcende. Em outras palavras: herdamos. De forma alguma essa herança está dada, nem muito menos se realiza sem maiores conflitos, livre de constrangimentos, ambigüidades, idas e retrocessos. Sentimentos contrastivos; ações também não menos conflitivas; representações as mais variadas; práticas aparentemente confusas e nem sempre visíveis. Tudo isso diz respeito à herança; às formas que diferentes grupos encontraram para lidar com ela. Enquanto as novas tecnologias reprodutivas não autorizarem a possibilidade de produção da vida sem recorrência direta ao legado pelo menos genético de um pai e de uma mãe (que por sua vez também tiveram um pai e uma mãe) estaremos fadados a nos defrontar com toda essa demanda de relações familiares e de transmissões, diretas e indiretas, orgânicas e emocionais, materiais e simbólicas: “coisas de família”.

Capítulo 3

Transmissão familiar

Parto da idéia de que os bens materiais, administrados no espaço doméstico, especialmente aqueles que são mantidos, retidos e acumulados por seu valor material e simbólico, prestam-se particularmente bem a expressar a forma como os integrantes do grupo familiar, presos por laços de sangue (parentesco) ou por vínculos contratuais (afinidade), se relacionam, permitindo perceber seus sentimentos e interesses, conflitos e alianças, relações entretidas entre estes atores sociais, com eles mesmos e com aqueles que os cercam.

Através de seus bens, os integrantes das famílias investigadas se vinculam a seus ascendentes e descendentes, compondo intrincada tejedura de vínculos afetivos, econômicos e de poder. Por meio daquilo que possuem, que um dia tiveram ou que irão ter e transmitir aos que os sucedem nessa cadeia intergeracional, penso ser possível refletir a respeito dos comportamentos assumidos. O patrimônio de bens, acumulado ou dilapidado ao longo do tempo, permite acionar esferas da existência intra-familiar que muito dificilmente seriam alcançadas sem a remissão a este domínio específico de longo tempo. Aquilo que meus interlocutores têm ou tiveram (e principalmente como o fazem) sinaliza as múltiplas possibilidades de comportamento e identidade que eles assumem, conscientemente ou não, nas relações construídas e atualizadas cotidianamente na esfera do mundo privado e, a partir deste, no cenário público, no qual se inserem.

Estou especialmente interessado em entender a forma como as coisas transmitidas de uma geração a outra refletem as interações que se encontram por trás daquilo que é herdado; do modo como se herda; quando e em que situações específicas isto se dá.

Quero pensar a sócio-gênese da herança a partir dos depoimentos feitos por “homens de carne e osso”, com suas representações e práticas concretas, nos termos sugeridos por Marcel Mauss (1974), ao afirmar o princípio de vinculação de pessoas e coisas nas trocas realizadas; isto é, a partir do princípio de reciprocidade, no movimento de dar, receber e retribuir. O mecanismo da troca dentro da esfera familiar e de uma geração a outra coloca em evidência o modo pelo qual meus informantes e seus parentes se relacionam através das coisas que passam (ou eventualmente irão passar e ficar) por suas mãos: um relacionamento horizontal, já que diz respeito, por exemplo, à relação dentro da fratria (antes mesmo do momento da partilha de bens), e também um relacionamento vertical, visto que a transmissão se dá em seqüência temporal, articulando pelo menos duas gerações (freqüentemente três), e fazendo com que uma dimensão relacional de maior envergadura esteja presente. A transmissão do patrimônio familiar impõe uma diacronia que se acha presente - pelo menos - entre aquele que dá e aquele que recebe; situados em tempos distintos, separando os atos de dar, receber e retribuir que compõem o processo de transmissão.

Em meu trabalho, estou a todo momento lidando com discursos a respeito da morte ou de sua possibilidade. Contudo, venho cada vez mais me dando conta de que, através dos mortos, fala-se, na verdade, das relações entre os vivos e daquilo que estes fazem a partir da incorporação do que lhes foi passado, direta ou indiretamente. Parece estar em jogo, como aponta Kaës (2001), o que Goethe sugere quando afirma em Fausto: *“Aquilo que você herdou de seus pais, adquira-o, a fim de o possuir”*. A afirmação é sugestiva, pois alude à oposição entre o que é doado, atribuído (dado por alguém, achando-se manifesta a idéia de transmissão passiva) e aquilo que é adquirido (algo que supõe esforço próprio e, portanto, o domínio de ação ativa; uma conquista).

O que se recebe só de fato é seu no momento em que é incorporado; trazido para o domínio de quem o recebeu. Bourdieu (1989) usa a expressão: “*O morto apodera-se do vivo*” – numa alusão à fórmula jurídica consagrada em direito civil, quanto ao benefício do herdeiro legítimo ao tomar posse da herança deixada pelo testador.

O exemplo do nome - particularmente do nome de família - talvez possa ser ilustrativo. Herda-se um nome, uma posição. Mas de nada esta vale se ameaçada por procedimento não compatível com uma atitude condizente em relação ao que se espera de seu portador. A clientela dos pacientes que foram do pai médico ou do avô advogado se dissiparia no instante exato em que o filho ou o neto, herdeiros, se mostrassem incompetentes ou não merecedores da confiança antecipadamente depositada sobre eles.

A herança diz respeito à transmissão e esta envolve distintas dimensões e circuitos não necessariamente coincidentes. A transmissão de bens é a mais evidente, mas diz respeito a bens considerados de múltiplas formas. Os imóveis, terrenos, ações ou dívidas recebidos e submetidos, nas sociedades complexas, à lógica do sistema jurídico não se confundem, a princípio, com jóias, obras de arte, títulos, receitas de culinária doméstica, uso de fórmulas mágicas, dons artísticos e esportivos, atributos pessoais, habilidades, traços de personalidade; enfim, elementos que não são igualmente distribuídos, mesmo que alguns detenham valor material significativo (como é o caso de jóias e obras de arte), podendo ser dispostos segundo racionalidades outras como a do desejo ou a dos interesses subjetivos.²⁵

²⁵ Para uma leitura comparativa sobre transmissões afetivas e materiais, envolvendo a relação entre avós e netos no Brasil e na França, remeto o leitor ao artigo de Peixoto (2000). A autora, à luz de transformações recentes na estrutura de organização e funcionamento da família, discute a individualização dos afetos, apontando para as proximidades e distâncias existentes nas relações entre as gerações. Assinala a autora: “Transmissões materiais, transmissões afetivas e apoios diversos formam o circuito das solidariedades e das transmissões entre as gerações e constituem elementos de base da reprodução familiar. Os avós são o apoio com que netos podem contar, ainda que não compartilhem concepções de vida semelhantes.” (Peixoto, 2000:110). Para o aprofundamento analítico das relações entre avós e netos em contexto de mudança entre camadas médias urbanas no Brasil, o trabalho de Lins de Barros (1987) constitui importante referência.

Herdar: qual o sentido e quais os domínios que estão imbricados nesse complexo processo? Na busca de respostas a esta questão fundamental, a que se acrescentam outras tantas, Gotman (1988) investiga as práticas concretas de transmissão, colocando em evidência os enunciados ideológicos dos protagonistas envolvidos, na tentativa de compreender as razões do desejo de legar algo às gerações que se sucedem. O que poderia parecer óbvio e esperado nesse processo sucessoral ganha contornos maiores, na medida que nem tudo pode ser transmitido e, em sendo, não o será necessariamente de modo equitativo, já que várias dimensões da subjetividade, individual e do grupo, estão em jogo.

Gotman ressalta que na França contemporânea, perto de 70 % da população é, de fato ou em termos potenciais, constituída por herdeiros. Como se trata de uma riqueza providencial e não meritória, algo que corresponde à esfera do “atribuído” e não à do “conquistado”, constitui-se um espaço tabu, a respeito do qual pouco se fala, sendo escamoteado e mesmo negado vigorosamente. Há grande silêncio em torno do assunto e a autora se propõe a “*abrir a caixa preta da herança*”. (Gotman, 1988: 2)

Coloca-se, portanto, a questão da herança como elemento que denuncia a família, pois traz à tona seus mecanismos mais viscerais, já que dizem respeito à sua produção e reprodução, imediata e ao longo do tempo. Gotman chama atenção, ainda, para a idéia de que a herança ameaça a idealização afetiva que se pretende desvinculada dos fatores materiais, opondo amor e dinheiro. Daí, em parte, a razão da evitação e negação do tema.

Se por um lado, a herança se apresenta como sistema de obrigações, para o qual converge a pressuposição de interdependência entre seus integrantes, por outro, ela expressa um conjunto de fatos normativos, em relação aos quais não opera apenas a simples aplicação do direito - de um código escrito -, mas que implica a realização de

verdadeiras estratégias familiares fundantes, com a interiorização de convenções morais que se estendem para além dos limites da esfera privada. Operam enraizamentos profundos no modo como os membros da família, na condição de indivíduos, organizam sua cosmovisão e atuam no mundo. Aponta a autora: *“As práticas de transmissão constituem também um jogo social particular à medida que elas se efetuam em benefício do grupo de parentesco e sob sua lei. A herança é a sanção de adesão familiar. É a segunda razão de conflitos dentro da família, sendo quase seu sinônimo. A luta pela herança é, ..., não somente a luta por uma parte da herança, mas também por um lugar na família (...), luta por qualificação familiar”* (idem: 7).

Para além da mera esfera formal e material da herança, se coloca o valor sentimental de móveis, documentos, peças de decoração e utilitários, objetos pessoais e muitos outros a transmitir, cujo valor não pode ser negligenciado, sendo mesmo o cerne da investigação que a autora leva a cabo. Ela questiona como os membros da família se juntam e jogam uns com os outros, perguntando: *“Quem herda de quem?”* Suas respostas sugerem um estatuto às coisas que não apenas aquele de mercadorias, mas também como cristalizações simbólicas dos vínculos ao grupo, sendo a sua propriedade fator de atribuição e apropriação. *“A herança constitui um evento totalizante, localizada no tempo, dramatizada em razão de sua proximidade com a morte. Um episódio a partir do qual a história familiar se desenrola, um evento onde as relações afetivas e simbólicas estão no seu mais alto nível de tensão e de idealização. Um momento-chave também para seus projetos de transmissão que se formulam agora mais explicitamente. Mesmo que em crise, a herança tem um valor heurístico maior. Ela cristaliza as relações de transmissão entre testamentários e doadores de dois e mais, freqüentemente três gerações. As contas são definitivamente saldadas com os parentes, ao passo que*

outras se abrem com os colaterais e os filhos, doravante sob a linhagem de partida. A herança é um fim, mas também um começo.” (idem: 9)

Malinowski (1984) deve, em parte, sua consagração à descrição do sistema trobriandez de trocas cerimoniais, desvendando as minúcias de mecanismo social altamente intrigante de fazer circular colares e braceletes que existem para levar nativos de diferentes tribos a se relacionarem uns com os outros. Tais objetos existem para ser trocados; não para serem possuídos. As considerações do autor estimulam-nos a pensar as inúmeras particularidades envolvidas no processo de transmissão intra-familiar: a diferença, por exemplo, entre o que é igualmente dividido entre os membros da fratria e o que, em seu interior, depende da condição de gênero ou da posição de nascimento. Ou ainda o que se recebe ao longo do convívio com os pais e, de outra ordem, o que só é transmitido aos filhos após a morte dos mesmos. Bens em contraste com patrimônio não material. Aquilo que se recebe e que pode ser dissipado, consumido livremente, ou, ao contrário, o que não poderia deixar de ser mantido no interior da esfera de circulação e entesouramento do grupo familiar, sob pena da perda de prestígio ou, até mesmo, desonra aos integrantes da família.

A questão da herança igualitária, que parece óbvia na sociedade moderna e ocidental, é discutida em vários autores. Bourdieu (1962) chama atenção para este fato em seu texto sobre o celibato como fator estratégico de manutenção da condição camponesa por excelência, na França, assim como Vernier (1991) que, ao tratar da lógica social dos sentimentos em Karpathos, uma ilha grega, avança ainda mais. O autor se reporta à transmissão regida por um sistema de determinações rígidas que chega a fixar, pela ordem do nascimento, as semelhanças físicas, incluindo ainda o nome recebido, os traços de personalidade e, no caso do que mais importava em termos locais, o acesso à terra. Conseqüentemente, coloca-se a possibilidade do herdeiro continuar o

destino que lhe era determinado, casando-se e gerando filhos que, por sua vez, também se encarregariam de reproduzir a trajetória da família. O autor identifica ainda critérios de inclusão e de exclusão: aos herdeiros, tudo; aos “deserdados”, a opção de se assalariar e imigrar. O que está em pauta é o destino, socialmente processado e imposto, do qual dificilmente tais atores podem se desvencilhar.

Também Gotman (1988) dedica boa parte de seu trabalho à análise da divisão patrimonial, colocando em confronto critérios igualitários e não igualitários. Quanto aos últimos, discutem-se os procedimentos que garantiriam a manutenção da liberdade testamental, na qual os pais conservam o poder de proceder à divisão diferenciada do patrimônio. A autora elabora um capítulo voltado a esse debate, tomado como cenário privilegiado de observação o período que se seguiu à revolução francesa, o que lhe permite acompanhar os desdobramentos das disputas jurídicas e ideológicas entre pensadores conservadores e favoráveis a mudanças que se opunham à manutenção dos privilégios instituídos sob a égide do Antigo Regime. São descritos os combates ideológicos e de oratória em torno das noções de direito de sucessão, vontade do morto, legitimidade da propriedade e da herança.

A mesma tônica de abordagem se acha consignada no artigo de Mortain (2002) que também reflete a respeito da forma como circulam objetos e estabelecem-se vínculos entre parentes, distinguindo práticas formais e informais de transmissão entre as gerações. Aqui, além da referência à herança pós-morte, são também contemplados os mecanismos que se acham conjuminados na circulação de presentes e serviços entre parentes, sejam eles consangüíneos ou afins. Coloca-se a questão de similitudes e diferenças que se prendem aos termos, a partir dos quais tais trocas se dão – e com elas, os vínculos que se forjam – entre doadores e receptores. Ressalta-se a natureza dos objetos trocados ou transmitidos, relacionando-se tal natureza ao circuito percorrido por

estes objetos e pelos atores aí situados. (Trata-se de um estojo de maquiagem ou de medalhas de guerra, por exemplo?). É a partir de tais associações que melhor se pode buscar a compreensão da teia de significação constituída, tomando os fatores de diferenciação como pistas relevantes. Em que registro se está operando ao pensar a transmissão desses objetos? O autor menciona o financeiro, o funcional e um registro relativo à memória. O que me parece fundamental na abordagem é o avanço quanto à sensibilidade detalhada e minuciosa a relacionar o princípio de vinculação de coisas a pessoas de forma extremamente precisa e, ao mesmo tempo, difusa. Os pequenos detalhes fazem muita diferença, pois envolvem a condição de gênero²⁶, etária, geracional²⁷, inserção na grade genealógica, com atributos subjetivos que indicam afinidades das mais variadas ordens, sem contar os momentos específicos em que as trocas se dão, com recusas, aceitação, esperas e tantos outros procedimentos que fazem lembrar as minúcias das regras trobriandezas ou as de corte.

Afirma Mortain: *“Os objetos não podem geralmente ser divididos: dar uma coisa a um interdiz de o fazer em relação a qualquer outro. À exceção de raros objetos reprodutíveis (fotos), a transmissão de um objeto de família se faz necessariamente em detrimento de um não recebedor. Seu atributo é, em princípio senão na prática, inteiramente às custas do doador. [...] o destinatário não pode solicitar um objeto a não ser de maneira bastante excepcional e não deve, sobretudo, ser suposto de se interessar por seu valor mercantil: isto poderá colocar em perigo seu valor memorial e afetivo e perverter o sentido da dádiva”*. (Mortain, 2002: 18).

A respeito das supostas divisões igualitárias, Mortain se reporta à estratégia de divisão que considera os interesses particulares de cada um dos envolvidos, segundo os

²⁶ Este é um aspecto apontado por Peixoto (2000), ao se referir ao circuito masculino de transferência de objetos (por exemplo, a passagem de avô a neto de medalhas ou de objetos pessoais como um relógio) ou feminino (de avô à neta, com a doação/transmissão, por exemplo, de bijuterias ou do livro de receitas).

²⁷ A respeito da noção de geração, remeto o leitor ao artigo de Muxel (1993) e de Azéma (1993).

acordos possíveis ou ainda uma divisão baseada na constituição de lotes, sorteados. Acaba por destacar: “*O princípio, largamente admitido, portanto, da igualdade entre os filhos diante das dádivas, segue de perto a vontade fixada de preservar a coesão do grupo familiar, porque toda a suspeita de tratamento injusto é motivo possível de conflito. Na prática (...) a diversidade de critérios aplicados aos objetos e a existência de precedências implícitas fazem com que esta igualdade não tenha solução simples.*”²⁸ (idem: 19)

Se é quase consenso entre pesquisadores que trabalham a questão da memória como tema de investigação que os bens familiares a serem transmitidos acham-se investidos de significação, pondera-se, entretanto, que não se trata de um processo destituído de enorme tensão e de conflitos. Tem-se, por conseguinte, a ocorrência de uma vasta pluralidade de formas, a partir das quais esse território da memória familiar pode ser ocupado, percebido, produzido e reproduzido. Zonabend (1993), enfatiza ser “*a família, em nossa sociedade, um lugar de memória*”, reportando-se à idéia de que através dos mecanismos de transmissão patrimonial, o grupo familiar realiza o que ela denomina de “*ilusão de controlar o tempo. O tempo que mede as genealogias, ao longo das quais se retomam os mesmos nomes de batismo, é um tempo circular onde passado, presente e futuro estão conjugados. Um tempo perene onde as gerações, de pais para pais, se perpetuam.*” (Zonabend, 1993: 55)

A autora analisa essa inscrição familiar no espaço e no tempo com a adoção de comportamentos quase ritualizados de ancoragem, na qual os objetos funcionam como suporte de memória. Conclui enfatizando que cada família detém seu repertório de lembranças, constituído pelos mais variados objetos. Ela se refere especificamente aos móveis de família e às fotografias, administrados internamente em razão dos destinos

²⁸ Livre tradução do original em francês.

que cada um desses objetos toma, dada a ordenação que as famílias procuram promover. Seja lá como for operado internamente esse mecanismo de distribuição / recepção dos objetos de família, possuindo distintos poderes, interesses ou cargas de cobrança, o que me parece assinalável nas observações da autora é o aspecto de conversão do domínio material para o simbólico e vice-versa, chamando atenção para os bens de família como cristalização da memória familiar.

Esta proposição levanta algumas questões: Por que da existência de tais objetos familiares? Qual o significado dessas lembranças coisificadas? Como elas se constituem e como são transmitidas?

Herança e posição geracional

No caso de entrevistadas como Elga (dona de casa, 78 anos) e Brigitte (socióloga e terapeuta, 44 anos), suas atitudes, assim como os significados que elas atribuem aos bens familiares mencionados, têm a ver com as posições geracionais que cada uma delas detém. Acrescente-se o fato de que as vivências concretas e subjetivas experimentadas por ambas no curso de suas diferentes trajetórias biográficas – para além do fato de serem mãe e filha - fazem com que os posicionamentos assumidos não sejam coincidentes; muito ao contrário.

Brigitte expressa, a respeito da guarda desses bens, uma relativa recusa em acumular aquilo que para ela é excessivo e destituído de valor. Neste sentido, questiona e até mesmo reprova a atitude da mãe, em sua tendência a acumular um patrimônio de pequenos objetos que ela, Brigitte, considera que já deveriam ter sido descartados há muito tempo. Indica, mesmo que em tom de brincadeira, que a transmissão desses bens estaria ameaçada se dependesse de sua própria vontade.

“Nossa! Sabe aquele pratinho quebrado que foi da irmã (de Elga) quando teve o primeiro filho? Está lá! Rachado, mas está lá. Eu não tenho isso e nem quero. Não tenho pratinho rachado de ninguém. [...] Inclusive eu digo para mamãe: ‘Você trata de dar essas porcarias que você tem porque, quando você morrer, só vai dar trabalho.’ Ela ri à beça com isso. Porque eu falo num tom de ironia. ‘Eu vou chegar aqui e jogar essa merda toda fora. Esse pratinho rachado, não vai ter valor nenhum, mamãe. Então, se desapega enquanto você está viva. Porque a hora que você morrer, essa merda vai toda para o lixo.’ Ela fica desesperada.”(Brigite)

As razões para o apego de Elga a seus pertences, não apenas familiares, mas também pessoais, segundo a filha, se relacionam à sua própria história de vida que está marcada por situações de privações materiais (e emocionais) consideráveis, ou seja, a existência de vazios, lacunas e faltas que tais objetos, de certa maneira, preenchem. Brigitte chama atenção da mãe que tais experiências prendem-se a um passado que apenas como vestígio continua a se perpetuar em sua história. O que Brigitte de algum modo faz é dizer que o apego que a mãe manifesta às coisas é uma vinculação ao passado que precisaria ser deixada para trás.²⁹

“A minha mãe, eu digo para ela que ela tem uma síndrome de pobreza. Porque, o que acontece? Esse apego todo à coisa velha; até roupa dela que não cabe mais, ela guarda. Eu digo: ‘Mãe, você não precisa mais; você já foi dura. Hoje você não é mais. Desfaz-se, faz circular’.”

Ela recupera um diálogo imaginário com a mãe, no qual reitera sua avaliação de que grande parte dos bens guardados é destituída de importância, tendo como resposta de Elga a remissão a eventos familiares que lhe foram significativos. Nesse momento, Brigitte recapitula o ato de sua mãe lhe dar um bem de família (um aparelho de jantar de porcelana) que agrega valor material e simbólico. Brigitte se recrimina em parte por não ter correspondido à expectativa da mãe, quanto à forma de agradecimento, frente à dádiva, da qual foi beneficiada.

²⁹Na resenha comentada do filme *Hiroshima, mon amour*, procurei com mais vagar desenvolver a questão da articulação entre as noções de lembrança, esquecimento e trauma, social e individual. Remeto o leitor interessado no aprofundamento do tema a esse texto: Carvalho (2002)

“Eu dizia: ‘Mamãe, joga essa porcaria fora!’ Ela falava: ‘Foi seu tio que trouxe quando ele pilotou o primeiro avião...’, sabe essas coisas? E depois disso tudo, como eu sempre me senti muito rejeitada pela minha mãe... Depois..., teve uma coisa muito interessante que ela me deu um jogo de porcelana dela, porcelana inglesa, que ela ganhou justamente desse tio. Eu imagino a importância dessa porcelana. Porque eu não me lembro dela usar.[...] Eu sei que tem um valor muito grande. Só que eu sou até pobre nesse sentido para dar valor a isso.[...] Ela deve até ter ficado um pouco decepcionada com a minha cara. Eu na hora não valorizei o tanto que ela esperava. Depois, eu parei para pensar e me toquei. ‘Caramba, ela me deu a por-ce-la-na!’ Ela guardava aquilo.” (Brigite)

Duas atitudes polarizadas parecem, pelo contraste que revelam, bastante relevantes, em que pese o fato de representarem apenas situações extremas de um feixe maior de possibilidades, que se acha anuancado e nem sempre é coerente. Uma primeira atitude, aquela aparentemente expressa por Brigitte, poderia acenar para a idéia da recusa à conservação do patrimônio de família, desvalorizando-o. Todavia, há a preocupação por parte da própria Brigitte em guardar itens específicos do acervo de sua família de origem, que lhe tocam pessoalmente, em função de propriedades simbólicas que alguns objetos condensam, sendo indicativo o seu empenho em conseguir do pai uma escultura que para minha interlocutora tem grande valor, a respeito da qual falarei a seguir. A revisão de sua reação frente à oferta da porcelana que a mãe lhe fez ou mesmo o interesse em ter algumas fotografias de infância, sem contar a disposição em participar de pesquisa como esta, revela seu empenho na guarda e transmissão das histórias familiares. O que a narrativa da informante sugere é que o esforço investido por ela em receber, por exemplo, a dádiva do pai e a extrema atenção em relação aos detalhes dessas histórias de sua família relativizam a atitude (expressa num primeiro momento) de não se preocupar com “*as porcarias*” guardadas pela mãe e até mesmo incentivá-la a livrar-se delas. Deste modo, pode-se entender o trecho abaixo:

“Eu repensei da minha primeira fala que talvez não esteja muito claro: ‘para que guardar essa bagulhada...’ Mas não é qualquer bagulhada. Eu sou apaixonada por isso que a gente fez agora [conversar a respeito de questões familiares]. Eu acho que talvez uma grande coisa que eu estou me deparando, agora... eu estou

vendo o quanto é importante... Que não é qualquer herança, mas como que a gente ao entrar em contato com isso... Na verdade, como é que você pára para pensar. Essa herança espiritual de meu pai...”(Brigite)

Em sentido inverso, Elga expressa a preocupação com a conservação de suas lembranças, sendo paradigmática sua atenção para com as fotografias. Ademais, seu relato de vida revela que as considerações da filha, em certa medida, pecam pelo exagero, ao ter-se conhecimento que no decorrer dos últimos anos, em função das mudanças de casa, Elga foi obrigada a desfazer-se de parte de seus guardados. A própria iniciativa de dar a filha o valorizado aparelho de porcelana indica que seu apego não é absoluto.

Longe de serem excludentes, as representações e práticas de mãe e filha acham-se inseridas num contexto familiar único, em que pese o fato de serem vividos a partir de perspectivas distintas. As narrativas se entrecruzam, mesmo que os lugares a partir dos quais uma e outra se encontram sejam diferentes e evidenciem tomadas de posição também distintas, mesmo que próximas em alguns aspectos, já que se trata de uma mesma base de experiências familiares. A apropriação, todavia, é singular e conduz a atitudes significativamente particulares. Aí me parece situada a riqueza dos depoimentos obtidos. Não esqueçamos que a interlocução não se dá apenas em relação ao pesquisador. Elas falam entre si e também com elas próprias e com as diferentes pessoas que elas foram ao longo de seus percursos existenciais. Elas fazem suas auto-representações, comparam-se mutuamente: aproximam-se e distanciam-se. Simultaneamente, outros atores – alguns inclusive mortos - são chamados a participar e o fazem por meio das referências aos casos ocorridos em diferentes momentos de uma história familiar submersa, anuançada e até mesmo atenuada pelos esquecimentos: alguns reais, outros necessários para que os “fantasmas” possam descansar em paz e que os objetos de família transmitidos ao longo de várias gerações possam continuar a

existir, deslocando-se (ou sendo deslocados) também em paz, apesar dos conflitos inevitáveis que sempre se dão.

Heranças simbólicas

Em que pesem as críticas formuladas por Brigitte à atitude permissiva dos pais, frente a parentes mais distantes e, conseqüentemente, o descontrole das finanças familiares em sua infância e adolescência, causa relativa das privações a que ela e seus irmãos foram submetidos, isto não a impede de ressaltar positivamente a participação do pai em círculos ligados à atividade espírita e à maçonaria. A filha valoriza a preocupação dele quanto à aquisição de conhecimento e de vivência cotidiana espiritualizada, da qual ela se coloca como discípula e herdeira. É contundente seu depoimento a respeito do tema, por conta da doação de objeto familiar (a escultura de uma águia) que, tendo significado específico na maçonaria, representa aspecto simbólico altamente valorizado por ela:

“Foi o conhecimento espiritual que sempre me atraiu em papai. [...] Essa águia tinha um significado enorme para ele. [...] Quando ele bateu o olho, entendeu o significado da águia furando o próprio papo. Era de uma determinada região da França[...] É a época da revolução francesa. A história da maçonaria se cruza. Isso despertou em mim uma fantasia. Aí foi a única coisa que eu pedi a meu pai, descaradamente, que ele me desse essa águia. Na verdade, eu sabia que ele guardou para meu irmão mais velho que se chama Oruan, o arquiteto do templo de Salomão. Ele[o pai] percebe isso, senão não teria me dado essa águia. Ele me deu, deixando bem claro o seguinte: ‘Não era para você; era para o seu irmão. Como ele não seguiu nada espiritual e você foi a única, toma!’ Logo a mais nova, caçula rebelde, ganhar a águia. Talvez... Eu corri atrás. Eu pedi; não esperei, não. Antes que alguém pegasse essa águia; fizesse qualquer negócio dela.... X é muito ávido por coisas materiais. Se soubesse o valor que isso teria... Eu a vida toda sempre corri por fora.” (Brigitte)

O relato acima permite colocar em evidência aquilo que Mortain (2002) registra em seu artigo a respeito da transmissão do patrimônio familiar de acordo com identificações e conveniências existentes, inclusive em termos da prática não igualitária

que se constitui como antecipação (doação) anterior à herança pós-morte, compreendendo um circuito de dons que ocorre ao longo do tempo, vinculando parentes entre si através dos objetos transmitidos. Cabe perceber que o grande patrimônio constitui uma herança igualitária que é, a princípio, formal e juridicamente dividida. Contrastivamente, o pequeno patrimônio não é igualitário. Ele compreende uma circulação que se dá ao longo da vida e não após a morte dos ascendentes. Trata-se de objetos materiais que condensam valores afetivos. Os preferidos, os eleitos, são contemplados. É por meio deste pequeno patrimônio que se estabelece a diferença entre os membros de uma mesma família.³⁰

O que Mortain não assinala (pelo menos não de modo explícito) e que a situação descrita por Brigitte deixa clara é a realização da dádiva a partir de uma demanda por parte do receptor. Há também no depoimento a indicação relativa ao jogo transmissional como uma tensão permanente entre os participantes. Além da identificação da informante com o objeto (o que justifica e legitima o seu pedido), há também o seu medo de que esta transmissão fosse feita para um outro beneficiário, alguém que não valorizasse o bem por seu valor simbólico, mas apenas – segundo a entrevistada – por seu valor material. Um último aspecto a esse respeito se refere a algo que me parece não completamente desenvolvido nas análises produzidas e que toca na questão das múltiplas possibilidades de construção e desconstrução dos termos pelos quais a herança é gestada antes mesmo dela ocorrer, em razão da morte dos doadores. O herdeiro preparado para receber determinado bem, representando expectativa da qual está investido, acaba destituído desta posição, sendo um substituto encontrado para ocupar seu lugar. Brigitte revela com clareza que não lhe caberia a princípio o recebimento da peça que ela reivindica, já que esta estava destinada ao irmão mais

³⁰ A designação “grande e pequeno patrimônio” está sendo empregada por mim como recurso analítico. Não se trata nem de termos nativos nem de conceitos empregados nos autores aqui referidos.

velho que, por ordem de nascimento e pelo próprio nome (investido de significado simbólico), seria seu beneficiário “natural”.

Aqui, são fundamentais, pelo contraste que elas assinalam, as considerações de Vernier (1991) sobre a rigidez e determinação do processo de transmissão numa sociedade tradicional (inclusive de atitudes comportamentais e de traços genéticos, para além da transmissão do nome e de sua significação comprometida com o destino que ela impõe a seu portador). Os desdobramentos observados permitem pensar as sobredeterminações que ocorrem, fazendo com que inúmeros fatores estejam conjuminados para que o processo de transmissão seja levado adiante em sua complexidade, inclusive possibilitando revisões, alterações de última hora e um conjunto de situações e procedimentos que destacam a relativa maleabilidade e fluidez do processo. Em outras palavras: apesar da estrutura de condicionamentos para o processo transmissional (incluindo aí a herança propriamente dita), esta estrutura não se acha totalmente definida e apresenta-se, pois, como um jogo sempre em aberto, permitindo redefinições importantes, manipuladas segundo uma lógica circunstancial que corresponde às posições ocupadas pelos indivíduos nesse jogo, simultaneamente fixo e negociado.

É importante alertar para a enorme diferença entre sociedades tradicionais, marcadas por forte hierarquia entre seus integrantes e sociedades modernas, marcadas pelo exercício de uma prática, pretensamente, igualitária. A forma como o patrimônio familiar é concebido e gestado em cada uma dessas sociedades varia de forma significativa. A comparação vale como meio, a partir do qual se pode compreender melhor a dinâmica de cada uma, assim como suas linhas de continuidade e descontinuidade.

Coisas para guardar e lembrar

Bárbara (paisagista, 52 anos) se refere, em diferentes momentos da entrevista, aquilo que ela recebeu (ou deliberadamente se apropriou): objetos e bens de família que se encontram em seu poder. Ela, neste aspecto, se reporta à dimensão não material destes objetos que está relacionada à densidade das inter-relações familiares, entretidas no passado e na atualidade. É notória a marca de sua vivência familiar de origem, envolvendo sua relação com os pais, com o irmão (e também com a cunhada), numa direção, e com a geração dos avós e dos filhos, em outra, além dos vínculos familiares estabelecidos por ela com os parentes do marido.

Bárbara mostra apenas fotografias dos Crespi, sua família de origem paterna, e uma ou outra da avó Edília já mais velha (avó materna). Suas recordações do legado familiar não a fazem manifestar uma atitude de entusiasmo quanto à guarda do patrimônio recebido e por receber. O foco está situado na fábrica de macarrão e, dada a experiência conflituosa vivida em relação a mesma (até porque recente, já que a fábrica foi vendida há menos de 10 anos), o que foi guardado remete a essa dimensão desgastante da venda do prédio e do equipamento nele situado.

“Quando eles fecharam a fábrica, eu guardei muita coisa. Isso aqui (móveis da sala de jantar) era deles, estava jogado lá. Peguei, mandei reformar e trouxe tudo para cá. Tem o lustre da casa da minha avó portuguesa (avó materna) que está lá no meu quarto. Eu adoro guardar. De vovó Edília, eu peguei alguma coisa de jóia dela. Tem um anelzinho que ela vivia no dedo, eu peguei e o lustre que era da casa dela, eu peguei também. Eu adoro.” (Bárbara)

Apesar de sua afirmação, minha interlocutora chega a expressar o desejo de não conservar objetos antigos: *“por mim, eu vendia tudo para um brechó”*. Além do jogo de mesa e cadeiras da sala de jantar que ela recuperou das antigas instalações da fábrica, já que “jogadas”, como salientado no trecho acima, poucos sinais dessa memória familiar estão presentes no modo como ela compõe o espaço de sua casa. Bárbara chega a

ressaltar que é o marido – muito mais do que ela – que se ocupa em compor a “arquitetura interior” da casa, preocupando-se com antiguidades obtidas junto a sua própria família de origem e através de aquisições. Ela parece não se identificar com tal preocupação, posto que após o casamento e ao longo dos últimos 20 anos, procurou se desvencilhar do peso que a herança da família paterna representou (e talvez ainda represente) para ela. Nesse sentido, a remissão àquilo que ela procurou, de fato, reter tem a ver com a afetividade associada à figura da “avó portuguesa”, avó materna com quem coabitou, mantendo estreitos laços.

A fábrica de macarrão, após a morte dos fundadores (avós paternos de Bárbara) e a saída do irmão mais velho (tio de Bárbara), ficou como herança para o pai de Bárbara e o seu tio mais novo. O fechamento do empreendimento foi, portanto, discutido entre esses dois irmãos (e depois da morte de ambos por seus herdeiros). No discurso dos três entrevistados (Bárbara, seu marido e sua mãe, Matilde), há unanimidade quanto à valorização da fábrica que, como firma, não foi vendida, mas apenas fechada e desfeitas as instalações. A possibilidade de reabri-la aparecia como uma ação inexecutável, sendo vista com muito pesar a necessidade de ter fechado o negócio. Porém, Bárbara e, principalmente, sua mãe fazem menção a um patrimônio mais amplo que desde a morte do avô paterno de Bárbara, “o comendador”, já havia sido partilhado por testamento, sem maiores problemas entre os herdeiros.

No depoimento transcrito a seguir, a mãe de Bárbara, Matilde, se refere ao testamento do sogro e a forma como este foi executado. Vale perceber a descrição da informante quanto à divisão das jóias de sua sogra, caracterizando uma transmissão feminina, ou seja, de mãe para filha, mesmo que tenha sido o comendador aquele que se encarrega de o fazer, com o cuidado de contemplar as noras com “*boas peças*” do conjunto em questão. Ela se empenha em enfatizar que, em vida, os sogros procuravam

ser equânimes ao presentear seus filhos e netos, o mesmo se verificando na preocupação em deixar expresso em testamento a divisão do patrimônio, também respeitando uma divisão equilibrada entre os filhos.

“Minha sogra era muito certinha. Se ela dava um presente para minha cunhada, dava para mim, dava para Lili (cunhada). Se dava para minha filha, dava para filha da Aída (outra cunhada), dava para filha da Lili. Não tinha restrição. Nesse ponto, ela era uma pessoa era 100% e meu sogro também. Quando minha sogra morreu, ele dividiu as jóias da minha sogra. Quer dizer minha cunhada (irmã do marido) ficou com quase tudo, mas ele me deu uma jóia boa para mim, uma jóia boa para Lili e para Aída. Recordação da mulher dele. A filha já morreu mas ficou com a maior parte das jóias. Está certo, mas ele deu um anel de brilhante para mim, muito bonito, bom. Deu um broche para Lili e deu uns brincos para Aída. Mais ou menos o mesmo valor, entendeu? Era muito assim. Ele deixou, por exemplo, no testamento que ele fez, ele dividiu tudo mais ou menos no mesmo valor, para mim, mesmo valor para Carlos, mesmo valor para Aída.” (Matilde)

A atitude ativa e controlada de Matilde contrasta com a de Bárbara e de seu genro, Décio, seja na construção e apresentação de suas casas, seja na postura de corpo que assumem. Há a diferença etária a separá-los, mas não apenas. Matilde é sem dúvida uma mulher que ainda lida, direta e conscientemente, com a manipulação de sua aparência pública, preocupando-se com detalhes que lhe garantam a preservação da condição de distinção social. Contrastivamente, Bárbara (e por extensão também o marido), mesmo circulando nos mesmos espaços sociais que Matilde e, sem jamais negar sua posição de classe, adotam uma atitude muito mais relaxada e flexível. Está em questão os estilos adotados e seus sinais demarcadores. Apesar das aproximações realizadas no curso dos últimos anos, há ainda no ar uma tensão latente.

Memórias e transmissão

A atmosfera geral do apartamento de Madalena (dona de casa, 70 anos) me sugeria algo sobre a sua dinâmica familiar: seus bens, o relacionamento com parentes e

afins, o modo como as relações e as coisas foram (e são) transmitidas, experimentadas como portadoras de sentido (e em que medida), para os membros do grupo onde estão inseridas. Os móveis não eram apenas um conjunto de cadeiras, mesas, sofás, poltronas, aparadores. Os quadros, emolduramentos da realidade, estavam pendurados nas paredes com a convergência de olhos de diferentes gerações. Havia também as louças, copos, talheres, toalhas, todo tipo de bibelôs e peças decorativas, além das fotografias, algumas em álbuns, outras em porta-retratos, além das avulsas, guardadas em caixas e sacos plásticos. A pairar sobre esse universo de bens materiais das mais variadas procedências e de usos igualmente distintos, diga-se de passagem, sem que ficasse a desagradável impressão de bazar marroquino ou de museu sem recursos, achavam-se, por assim dizer, entre o rico mundo profano e o universo celestial, um conjunto de santos que impressionam pela antiguidade e beleza.

Madalena, depois de algum tempo, me falava de seus “tesouros” familiares. Junto com a história das coisas, vinham as pessoas. Junto às pessoas: sentimentos, atitudes e situações que remetiam às mais variadas expressões da realidade para uma vida familiar intensa. O que mais me atraía é que essa era a questão: independente do que havia reunido naquela sala (mas não só), o fato é que se percebia uma intenção, quase pedagógica, de guardar - e eventualmente exhibir – tudo aquilo. Histórias poderiam ser refeitas em mensagens dispostas e sobrepostas, numa gama temporal que cruzava as várias gerações, acima e abaixo da posição ocupada por minha interlocutora. Tudo se passava como se as representações e ações dos integrantes do universo familiar de Madalena se cruzassem naquela sala, nos objetos que ali se achavam dispostos, na atmosfera que ela produzia. Não pelo cenário, não que ele tivesse em si e por si mesmo essa fantástica propriedade, mas em sintonia com as narrativas de minha interlocutora. A partir do deslanchar de suas memórias, um conjunto de experiências familiares se

manifestava. Algumas “aderidas” a um conjunto de cadeiras, outras – quem sabe - “coladas” a um antigo quadro de uma bela madona. Aos poucos as histórias iam sendo reveladas no depoimento de sua proprietária e fiel guardiã. O tempo acelerava ou atenuava o seu ritmo, num movimento para trás ou para adiante, entre mortos e vivos a ocupar seus lugares naquela sala especial.

“Eu preservo. Claro, muita coisa quebrou, mas eu sou muito cuidadosa. Eu quebrei... As crianças também. Eu nunca guardei nada; ensinei a não mexer. Eu nunca tirei nada. (...) Os santos lá embaixo, aquela mobilinha branca, uma Luiz XVI, quando você entra, eu trouxe de Itaitindiba. Tinha muita mobília, mas eu não tinha onde botar. Lá de Santo Antônio, a madeira deu cupim. Os armários da fazenda, tanto de uma como de outra, eram de peroba mas eu não tinha onde botar. Eu peguei um pouquinho da cada coisa. Lá em Cabo Frio, eu tenho uns talheres que são de alpaca que foram da minha avó, Mãezinha. Eu peguei... O valor sentimental. Então, eu tirei para ter lembrança. Tirei aquele mobiliário ali e tirei um canapé que deu cupim, quando chegou aqui na casa. Eu botei na garagem... Eu tenho lá em Cabo Frio, alguma coisinha que eu trouxe de botar cachepô, cadeiras, para resgatar pelo menos alguma coisa, de trazer como lembrança. Itaitindiba é aquela mobília preta de jacarandá. Santo Antônio foi feito pelos escravos, feito a mão. Isso daqui, não. Isso é do nosso casamento. Mas eu tenho um pouquinho de cada uma. Eu pelo menos tenho alguma coisa.” (Madalena) – grifo meu.

Que aspectos estão registrados na fala de Madalena? Ela aponta para a importância de uma socialização, na qual as crianças convivem com objetos que transmitem determinados valores.³¹ Tais objetos operam como depositários, suportes emblemáticos de uma totalidade perdida, indicação de um tempo transformado em memória. Os móveis que Madalena conserva são referência à antiga propriedade da família, a fazenda Itaitindiba, vendida por Madalena e, portanto, não mais acessível aos filhos e netos, para quem a entrevistada pretende passar parte desse legado também na forma de suas lembranças e narrativas. Trata-se da tentativa de conservar, ao menos simbolicamente, o prestígio e o poder que antes estava representado na posse da terra. As mudanças sofridas por conta da introdução de novas formas de ordenação de mundo,

³¹ Remeto o leitor interessado na questão da socialização e nas condições de vida entre famílias da elite empresarial portuguesa ao instigante trabalho de Pedroso de Lima (2003)

com a passagem do rural ao urbano e de um período vivido por Madalena a outro, ao qual seus herdeiros só podem dispor como recorrência feita pela mãe e avó acerca daquilo que ela viveu, da forma como o fez, por meio das referências materiais concretas desse momento e de tudo que ele significou para ela – tanto antes como agora – e que irá significar para sua prole.

No que tange à transmissão de patrimônio, Madalena recebe, junto com o irmão, por via paterna, a fazenda Itaitindiba que tem na figura da avó, Mãezinha, sua principal personagem, haja visto seu empenho em conservar o imóvel em questão, diante das adversidades existentes. Somos ainda informados sobre alguns dos meandros dessa transmissão, uma vez que Madalena e o irmão eram os herdeiros universais da avó, já que o único filho vivo e com descendência era o seu pai. Isso não impediu que, com a morte de Mãezinha, Madalena tenha tido que atuar no sentido de garantir que o processo de transmissão patrimonial transcorresse normalmente. Mesmo assim – como revela o depoimento abaixo – ela se ressentiu de ter perdido uma parte desse legado que lhe chega às mãos, mas que ela vive como uma perda importante. Cabe relativizar essa percepção, já que todo o processo é visto retrospectivamente. Na própria argumentação, há elementos para inferir que se trata de uma perda idealizada a posteriori, ou seja, no momento em que ela ocorreu, não foi percebida como tal. Seja como for, o depoimento permite constatar a existência de pelo menos dois circuitos complementares - mas não coincidentes - de transmissão: aquela que se dá em termos jurídicos, cobrindo principalmente o grande patrimônio familiar, e o que envolve a circulação de bens que necessariamente não dizem respeito a valores monetários, mas que trazem consigo uma importante carga de significação. É basicamente nesse segundo nível de registro que Madalena opera ao se referir à experiência descrita abaixo. Tal fazenda tinha sido invadida e tomada por antigos arrendatários. Madalena vende a metade que lhe coube e

o irmão a seguir procede do mesmo modo. Quando ela vende a sua parte, o irmão residia no imóvel, o que fez com que a transação tivesse sido processada com maior dificuldade, o que se dá com bastante freqüência, complexificando, na prática uma realidade que não aparece muitas vezes nas descrições produzidas tempos mais tarde.

“O álbum de fotografia de Mãezinha que eu tinha uma admiração – aquelas fotografias antigas... e quando Mãezinha morreu, nós estávamos em Belém. Alberto (primeiro marido) foi transferido para Belém. Mamãe veio para ajudar meu irmão, que meu irmão estava sozinho aqui. Nós éramos herdeiros de minha avó, que meu pai já tinha morrido. É, nós que fizemos o inventário. Nós dois éramos os únicos herdeiros de Mãezinha. A fazenda e a casa do Fonseca. Então para mamãe segurar aqui as coisas junto com meu irmão, que ele estava sozinho aqui. Então, quando eu voltei de Belém, muita coisa tinha... Eu não sei se eles resolveram dar para os irmãos dela. Não estou questionando nada. Ela tinha irmãos e irmãs vivos. (...) Eu tinha vontade de ter aqueles álbuns de fotografia, assim, antigos.... Eu não sei, quando eu voltei de Belém, e mesmo na época, eu com os meus vinte e poucos anos, estava com 25, talvez não tivesse tanto interesse. Eu sei que quando acabou tudo que eu fui ver, não vi mais os álbuns. Também não sei se Mãezinha deu para uma irmã, porque era dela, né. Os imóveis: nós ficamos. A fazenda e a casa ali do Fonseca... A gente não tinha onde botar tudo dos móveis da fazenda, dentro. Você não tem onde botar aqueles móveis de três metros de altura! Como? Eu tenho isso daqui... Eu tenho uma lembrança. Eu tenho alguma recordação. Isso aqui é Itaitindiba, da fazenda, do meu pai, da minha avó, de Mãezinha, do lado do meu pai.” (Madalena)

Quanto ao conjunto de bens familiares, particularmente aquele que em termos materiais conserva valor monetário, operam duas lógicas distintas: a que preza a conservação do mesmo ao longo do tempo, mantendo-o intacto, em que pese o custo que isso representa, e outra que toma esse patrimônio de forma pragmática, privilegiando sua venda e proporcionando recursos materiais imediatos aos herdeiros. A justificativa para a atitude de conservação se apóia tanto no compromisso com as gerações passadas, no sentido de dar notícia dos feitos e marcas dos ancestrais mortos, como em relação às novas gerações, diante das quais estaria presente a obrigação de lhes fazer chegar às mãos aquilo que foi recebido. É por esta razão que o depoimento de Madalena se acha recoberto por um tom nostálgico ou, quem sabe, até mesmo negativo.

Parte da herança por ela recebida não chegará a sua descendência. Ela percebe, junto à valorizada atitude da avó que lutou para garantir a integridade do patrimônio, a ação dilapidadora de outros herdeiros que impediram que o processo de transmissão tivesse continuidade, desfazendo-se aos poucos das frações que lhes couberam.

“Que eu disse a você que eu sou apegada: sou. As crianças, mesmo: “Mãe, vende isso; pega o dinheiro, vai viajar”. Eu não tenho coragem. Não tenho, não tenho, não tenho. E uma trabalhadeira essa casa. Para você manter essa casa – assim, cuidada, limpa – você tem que limpar aquela bibelozada ... Mas eu digo assim: «É o meu mundo. É o que restou.» Eu acho que é a nossa história. É a minha vida. Foi a vida dos meus pais que não foi fácil. Eles lutaram. Os meus avós lutaram. Porque mesmo Mãezinha, quando ela herdou a fazenda, a fazenda já estava complicada. Ela levou. O resto, eles (os irmãos da avó paterna) perderam tudo. Os outros irmãos. Que era uma geração que enquanto tinha, ia vendendo, e não era de muito trabalho. Mas ela foi guerreira e ela levou. Então, eu acho que em respeito a isso tudo..”. (Madalena) – grifo meu.

A frase não se completa, mas é nítida a mensagem transmitida. Madalena está empenhada em fazer chegar aos seus herdeiros aquilo que recebera e que manteve, mesmo tendo sido obrigada a vender os imóveis, cuja administração, pelos problemas que acumularam, se mostrou inviável. Todavia, sua percepção de que a guarda de bens herdados envolve um ônus real faz com que ela tenha o cuidado de liberar seus futuros herdeiros do compromisso de dar prosseguimento à sua “missão” de perpetuar a cadeia de continuidade entre as gerações de receptores e de transmissores desses bens. Acha-se aqui expressa a concepção de que diferentes atitudes, quanto ao patrimônio familiar, podem ser adotadas. Se os bens são transmitidos, isto pode implicar ou não que, junto a eles, se transmite a obrigação de conservá-los e passá-los adiante. Madalena inicia uma de suas falas, enfatizando a diferença existente entre o dar e o receber, entre o comprar e o vender. Entretanto, apesar das alterações que ela observa na atitude dos filhos, quanto ao interesse por peças de seu acervo, acaba dominando a atitude de conservação. O peso da manutenção aqui já não aparece com tanta força e mesmo o genro da informante parece estar disposto a contribuir para o sucesso da transferência de bens. Assim passa a

ser modelo para o filho de Madalena que também começa a se interessar pelos bens da família, ao menos em termos de algumas peças. Aqui, para a pergunta “onde botar?”, o critério de adequação e conveniência parece poder ser aplicado, fazendo-nos refletir acerca das múltiplas facetas da herança como processo negociado. Pode-se pensar a questão da diferenciação no interior da engrenagem da herança que supostamente está montada em função de uma homologia de posições e da simetria entre seus envolvidos.

“Não tinha onde botar. E você sabe que quando você vende os móveis, é qualquer bagatela. Quando você adquire o bem, é uma coisa, quando você repassa esse bem, é outro preço. Que os meus filhos tem ordem de vender. Não quero que ninguém fique... «mamãe fez isso, mamãe fez aquilo». Eu dou liberdade: vender, leiloar. Eles têm outra mentalidade. Também se você passar o resgate de geração em geração, torna-se um peso e eu não quero. Não é que seja para mim um peso. Para mim não é. Quando eu casei, que eu voltei da lua de mel, meu pai me deu esse retrato e meu sogro encheu de lustre de cristal lá em casa. Então é uma mão de obra você limpar, todo mês. Marta (filha) já levou um. Ninguém quer, depois todo mundo quer. Eu já estou começando a passar para Marta, que Marta quer. Jeremias (marido de Marta) recuperou todo, botou lá. Agora João (filho) quer botar outro lustre no quarto dele. Você tem que mandar reformar aquilo tudo.”
(Madalena) – grifos meus.

Se na linhagem paterna de Madalena, o processo de transmissão é dominado pela passagem de bens móveis e imóveis, envolvendo mecanismos jurídicos e procedimentos imbricados, nos quais avanços e retrocessos foram registrados na forma como a administração dos bens de uma geração a outra se fez, até porque tal transmissão foi fundamentalmente produzida no plano das relações materiais, do lado materno, outra perspectiva domina. Madalena lembra que a mãe, Antônia, era a mais velha de sete irmãos, deixados aos cuidados da avó da informante, Solange, no momento em que seu marido (avô materno de Madalena) a abandona. Esta para garantir a sobrevivência imediata da família tem de recorrer ao trabalho pesado como costureira, conseguindo garantir a formação dos filhos, tendo quase todos obtido educação de nível superior. Um desses filhos (tio de Madalena), médico e pintor, permanece solteiro e se encarrega,

junto a outra irmã, dos cuidados da mãe (avó Solange) em sua velhice. O que me interessa apontar a respeito desse ramo familiar da entrevistada é a ênfase atribuída aos vínculos de solidariedade tecidos entre esses irmãos e seus descendentes. Madalena ressalta a importância da experiência de construir um espaço de afetividade coeso, apesar das diversidades enfrentadas (segundo ela, talvez por isso mesmo). Ela remonta aos cuidados que lhe foram dirigidos por essa avó, Solange, ainda em sua infância. Conta como crescera tendo junto à família da mãe apoio, carinho e atenção que ela não percebe nos parentes do lado paterno. Os bens herdados, na linha de filiação materna, são praticamente nulos, mas Madalena prioriza os vínculos entretidos nessa direção, chamando atenção para seu empenho em manter o convívio com as tias que, apesar de idosas, ainda permanecem ativas e dos demais parentes nesse ramo da família. Manter viva a união entre (e principalmente com) tais parentes, mais do que uma “obrigação”, passa a constituir uma espécie de “vocação” que encontra eco na disposição de sua filha, Marta, em reunir sempre que possível essas “*velhas tias*”. Os encontros são muito animados. Marta enfatiza, por exemplo, que uma dessas tias, agora com mais de 90 anos e apesar de todas as doenças imagináveis, se “*recusa*” a envelhecer. «*Bebem de dar medo*» - é o comentário de Marta que em nosso último encontro já pensava como organizar a próxima reunião para convidados tão caros. Para tais tias maternas Madalena é sempre uma eterna “menina”, «*tão bonitinha*» - insistem, apesar do constrangimento da sobrinha, no alto de sua condição septuagenária. Lembrar desses vínculos é relembrar com emoção sua avó, da qual ela confia ter recebido apenas um relógio de uso diário, algo que evidencia a relação de predileção que a mesma nutria frente a Madalena. Para além de outras razões, ela diz que, dada a diferença de idade entre sua mãe (a filha mais velha) e seus irmãos, ela (Madalena) permaneceu durante muitos anos como a única neta, o que alimentou intensamente a afinidade que se criou

entre ambas.³² Vale apontar mais uma vez a formação de padrões de conduta e de organização de sentimentos no repertório das experiências familiares acumuladas ao longo do tempo e transmitidas de geração à geração. Não causa, pois, estranhamento, o fato de Madalena afirmar abertamente sua predileção pela neta mais velha que ela chega a eleger como sua herdeira e sucessora. Entenda-se com o termo “sucessão” a noção de algo que ultrapassa a mera transmissão e que diz respeito à tomada de posição no lugar de outrem. Isso se deve a uma linha de continuidade que se estabelece, criada em função de semelhanças e afinidades que se verificam nos mais variados domínios.

Há na reflexão em torno do processo de transmissão, a situação descrita por Madalena e comentada por Marta a respeito do que ocorrera quando da morte inesperada do primeiro marido de Madalena. O caso permite ter em mente, quanto à temática da herança e de suas vinculações nas mais variadas esferas da vida familiar, uma abordagem que dá conta dos eventuais conflitos entre afins (no caso, entre Madalena e seu cunhado, o irmão do falecido marido).

Em que pese a dramaticidade da situação em que o marido de Madalena veio a falecer e da fragilidade emocional que minha interlocutora experimenta na ocasião, ela acaba por revelar ainda mais um episódio de mal estar familiar. Desta vez não por conta da intensidade de um impacto sofrido pela fatalidade que causou a morte do marido e do sogro de Madalena, mas sim em razão da forma como se deram os desdobramentos posteriores ao trágico episódio³³, no âmbito das relações entre ela e os parentes do falecido marido. Ela conta que começara a namorar entre 14 e 15 anos, casando-se antes dos 20. O marido fora criado pelo pai, já que perdera a mãe quando ainda era criança. O pai dele era médico e vivera sempre muito próximo dos filhos, cuidando ele próprio de

³² Em um dos depoimentos de Madalena, ela afirma explicitamente: «Eu acho que isso tudo eu tenho que levar avante. E eu espero... Que quem vai levar isso, a minha herança, é a Rita. Que ela amanhã ela vai dizer : «a minha avó ...». Para uma reflexão mais aprofundada a respeito dos vínculos que se estabelecem entre avós e netos, remeto o leitor ao texto de Peixoto (2000)

³³ Trata-se de um grande incêndio ocorrido em Niterói.

sua educação. Além do marido de Madalena, Alberto, havia um outro irmão, que mais tarde se tornaria advogado. As famílias de Madalena e Alberto eram vizinhas e isto fez com que as relações se estreitassem, resultando na sua aproximação. Como no incêndio Madalena perde o sogro e o marido, seu contato com a família deste passa a se restringir ao relacionamento com o cunhado. Lembremo-nos que ela não chegou a conhecer a sogra e acrescenta-se que apesar do sogro ter vários irmãos e irmãs, Madalena assinala que aqueles com os quais ela tinha mais afinidade também foram morrendo, de tal forma que os laços com os afins praticamente desapareceram. Voltamos à figura do cunhado, com o qual se poderia esperar um relacionamento mais duradouro e sistemático. Aqui começa uma estória de desencontros, pois o cunhado, passado o momento inicial de estupefação que se seguiu à morte do pai e do irmão, mostra-se uma pessoa intransigente, do ponto de vista de minha informante, buscando interferir com firmeza na condução dos assuntos que diziam respeito à herança deixada pelo irmão. Madalena diz que ele queria que o inventário fosse feito de uma tal forma que seus filhos seriam os únicos beneficiados, ficando ela alijada de qualquer amparo material. Ela se sente desrespeitada pela forma como o cunhado procede e a estratégia que adotou foi a de neutralizá-lo, restringindo sua presença aos eventos formais. Com isso, as relações esfriam-se e os encontros passam a ser raros. Marta se ressentiu do afastamento ocorrido, pois esse tio seria um dos raros elos com os parentes do pai, com os quais ela e o irmão pouco conviveram. Vejamos as observações de uma e de outra a esse respeito.

Para Madalena:

“Meu cunhado se afastou. Eu gostava muito dele, mas eu achei que ele me machucou. Não por mim, mas a maneira como... Que eu estava querendo passar as crianças para trás. Minha cabeça estava tão ruim, aquilo me bateu tão... E ele me fez mal por muito tempo. Chegava aqui, para eu passar tudo para as crianças... Que eu tinha dívidas... Não foram dívidas, Alberto não deixou dívidas. Nós demos um passo: compramos uma casa. Ele, no fundo, no fundo, não queria que eu ficasse com nada. Queria que eu abrisse mão de todos os bens para as crianças. Isso é o que ele queria. Ele não podia dizer uma coisa que ele disse de

mim e não podia abandonar as crianças e eu nunca falei mal dele porque, na minha cabeça, se eu disser que eu acho ele um crápula, que eu acho ele um safado, que eu acho ele o pior dos homens, como é que eu vou enaltecer Alberto, essa criatura maravilhosa que foi na minha vida – e foi –. Ah, eu cortei. Só nas datas principais: casamento, primeira comunhão, 15 anos. Isso tudo ele vinha. Eu convidava, ele vinha. João também, pintou e bordou, que você sabe. Aí ele teve presente; isso eu não posso negar. Estava sozinha, aí bota o orgulho de lado...”

Para Marta:

“Que a única pessoa que está viva ainda é o irmão de papai que mamãe decretou a morte dele porque ele tinha as idéias lá dele: queria ficar com as coisas de papai, não queria que mamãe ficasse. Foi essa a leitura que mamãe fez na época. E ele sempre foi assim: espertalhão, querendo se dar bem. Mas, aí, o que ela fez? Pela incompetência, não pela burrice, mas pela falta de recursos dela de neutralizá-lo de outra forma, ela eliminou ele. Eu, por exemplo, faço 50 anos. Não vou fazer nada, mas eu, de fato, gostaria de ter ele na minha festa. Não por ele, mas porque ele é irmão do meu pai. Eu gostaria de tê-lo... Deve ser uma maluquice: é uma figura que se parece com o meu pai – é o irmão do meu pai! – Você não acha que é uma doidera que o irmão do meu pai que é vivo, que eu não vejo, eu devo ter encontrado com ele umas 8 vezes depois que papai morreu. Isso é uma maluquice na minha cabeça. Tem um lado racional que entende. Mas do lado emocional, afetivo, não tem razão de ser. Eu me culpo até por isso, porque eu sei que se papai vivo estivesse, ele estaria convivendo com esse irmão destrambelhado, tentado acertar ele e tentando manter isso tudo junto.”

Por conta de situações como esta em que determinados ramos da família extensa são deixados de lado, quer por rupturas definitivas, quer porque as relações deixam de ter a densidade que um dia tiveram, os conflitos são ameaças. De modo geral, evitam-se os rompimentos e, antes deles, os dissensos que podem evoluir para situações potencialmente explosivas, nas quais os membros do grupo poderiam vir a romper relações, com maior ou menor intensidade. Entre afins, as possibilidades de situações deste tipo são inúmeras e significativamente freqüentes, já que, afinal de contas, trata-se de “estranhos” transformados, pela celebração de ritos e contratos, em “aliados” nunca plenamente inseridos nessas posições. A bem da verdade, dever-se-ia chamá-los “quase estranhos” e “quase aliados”. Entre indivíduos ligados por laços de parentesco, são ainda mais temidos os rompimentos em função de disputas geradas pela continuidade

dessas relações que se pode dizer perduram por toda a vida. Em seu depoimento, Madalena chama atenção para a sua preocupação com a conservação dos vínculos familiares que ela localiza principalmente em relação à fratria e à família nuclear, mas que pode ser entendida em sentido mais amplo, envolvendo aquilo que é designado por “união familiar”. Ela, na condição de articuladora dos membros de “seu” grupo (e também como mediadora de posições, interesses, necessidades e disposições), se acha em lugar estratégico para se colocar diante daqueles que têm frente a ela até mesmo um vínculo de subordinação, que não seja material, mas pelo menos simbólico e afetivo.

“Tem que preservar – na minha ótica - a união familiar. Na minha cabeça, eu não concebo que nem Marta, nem João fiquem estremecidos, que eles rompam. Eu e meu irmão..., de jeito e maneira nenhuma. Cada um tem a sua individualidade. Cada um tem a sua maneira de ser. Pode ser diferente da minha, mas a gente tem que estar unido.” (Madalena) – grifo meu.

A forma como a informante se percebe diante das tensões geradas pelo entrecruzamento das “individualidades” tem a ver com sua posição geracional e na medida que ela se acha como elemento de ligação entre os diferentes ramos da família extensa. Em relação aos ascendentes, ela é quem que se encarrega de refazer os vínculos que, se existiam por conta do parentesco, não necessariamente precisariam desembocar em elos duradouros, dotados de sentido no convívio cotidiano. Assim, a árvore genealógica é “podada” aqui e ali ou, ao contrário, tem seus galhos conservados, permitindo “florações”. Em relação aos descendentes, a informante é a referência comum por onde passam os elos de ligação entre os núcleos constituídos (ou destituídos) pelo casamento e pelo nascimento dos filhos no interior de cada um desses núcleos.

Na percepção dos modos de transmissão entre os membros da família, pensando-os como representantes de distintas gerações, é preciso não perder de vista a forma como é concebido o mecanismo essencial dessa transmissão. O contato de pessoa

à pessoa é uma das formas de vinculação. A transmissão, dessa maneira, se verifica diretamente, mesmo que saibamos que a relação face à face seja um fator facilitador para que as mais variadas formas de transferência operem, mas que não necessariamente esta venha ocorrer sem que obstáculos de diferentes ordens possam impedir o livre fluxo de circulação. Madalena em seus depoimentos por diversas vezes chama atenção para a relação pessoal com diferentes membros de sua família de origem e, em relação aos descendentes, assinala que a ordem de nascimento dos netos fez com que eles tivessem experimentado formas distintas de contato com os parentes mais velhos que morreram quando estes eram pequenos ou com os quais o contato foi limitado. Ela própria procura preencher as lacunas que se fizeram com a ausência ou superficialidade dessas relações diretas, trazendo o conhecimento das experiências passadas por meio das lembranças que ela guarda e que faz questão de levar aos mais novos. Isto se dá na forma não apenas de narrativas, mas dos próprios objetos que materializam aquilo que está sendo dito a respeito desses parentes mortos ou distantes. Há toda uma preocupação discursiva e as coisas cumprem a função de estabelecer uma memória afetiva no interior do grupo. Madalena conta quem ela é / foi a partir da localização de quem foram seus parentes e afins. Ela conta histórias cheias de facetas e nuances. Os objetos de família, dos quais se cerca e de que se orgulha são ao mesmo tempo prova dessas histórias e desafio quanto aos rumos que irão tomar no circuito sempre em construção por mais que vigorem regras e lógicas pré-determinadas. Mas não se trata apenas daquilo que a informante conserva em termos de identidade pessoal. Uma identidade de grupo está sendo construída e reconstruída a todo tempo. Madalena tem consciência disso e manipula com destreza sua função de matriarca, na transmissão e reprodução de padrões de conduta, de ação, de ordenação de mundo e de estruturação de sentimentos que dão sentido à realidade, para si e para os seus.

“Isso é importante. São lembranças. Tudo para mim são lembranças e mostrar aos meus filhos que teve alguém antes; não começou comigo. Teve minha mãe. Minha mãe: Rita (neta mais velha) lembra, mas Bruno (neto mais novo) já não lembra. Bruno nasceu em novembro, mamãe morreu em junho. Mamãe já estava senil, que mamãe esclerosou. Mamãe botou no colo, mas não tinha conhecimento e ... Isso a gente tem que levar. É a história da vida da gente. Você tem que passar e tem que preservar. E eu consegui. Alguma coisa eu consegui.” (Madalena) – grifo meu.

Se retomamos a afirmação de Zonabend (idem) de que a família é um lugar de memória, acrescentando o que inúmeros autores salientaram quanto à tensão que aí se encontra, pode-se pensar as situações familiares aqui investigadas como manifestações particulares de um mecanismo comum que ganha contornos singulares. A memória do grupo é constituída por meio de disputas e acordos que incorporam o passado, dando-lhe um sentido que é negociado entre os integrantes do grupo. O patrimônio familiar tem a propriedade de dar visibilidade às relações entretidas entre os envolvidos. Vimos como isso se dá em três das famílias investigadas. Acumular ou não os suportes dessas memórias familiares? Como o fazer? Conservar tal patrimônio ou diluí-lo? Os exemplos apreendidos tendem a mostrar que não se trata de respostas únicas e polarizadas entre extremos definitivos. Brigitte que à primeira vista estimula a mãe a se livrar de seus bens acaba, ela própria, manifestando interesse pelo tema, sendo fundamental no desdobramento do processo transmissional do patrimônio em jogo. Isso porque ela tem um papel de protagonista na dinâmica de sua família de origem. Bárbara assume uma posição aparentemente ambígua entre a possibilidade de conservar ou não o que lhe foi legado, mas o que parece ser fundamental ter em mente é o fato de que mais importante do que a posição conservacionista ou o seu contrário, é a dinâmica familiar que historicamente se constituiu. Bárbara diz que gosta de guardar seus bens, mas ao mesmo tempo afirma que venderia muita coisa que para ela não tem significado. Sua relação com sua mãe é tensa e essa tensão se manifesta na atualidade em relação à memória que

ela constrói. Marta me parece que conquistou uma posição de maior autonomia frente à família de origem. Sua mãe, Madalena, é uma figura exemplar quanto à conservação dos objetos de sua família. Pode-se dizer, de uma maneira geral, que em função da posição geracional as mães tendem a se preocupar mais com os bens de família que suas filhas. Todavia a forma como isso acontece é tão singular que afirmações conclusivas parecem empobrecer a riqueza das condições específicas que marcam tais cenários.

Segredos, interditos, mentiras...

Do que não se fala ou do que não se pode falar em família? A indagação parece ingênua, mas abriga uma densa e complexa questão que tem a ver com diferentes níveis de transmissão de mensagens e a possibilidade de sua manipulação entre diferentes agentes envolvidos, quer como transmissores, quer como receptores, ao longo do tempo e de inúmeras estratégias assumidas. Mas, sob pena de uma enorme e caricatural simplificação, eu diria que “não se fala de muita coisa”, assim como também não é tudo que pode ser visto, tocado, percebido, etc. Não se falam os segredos; não se fala o que está proibido de ser dito, designado, lembrado; não se fala daquilo que se ignora. Mas também se fala de infinitos assuntos e temas nem todos de modo tranqüilo, sem que tabus e condições especiais sejam acionadas e estejam em vigor: momentos excepcionais, cerimoniais, em brigas, discursos celebrativos, em ocasiões de mudança, etc. É aquilo que é dito entre risos, baixinho, para pessoas de fora ou de dentro do grupo em confissão, apelo, aos gritos: são as piadas, as provocações, as injúrias, as mentiras, as desculpas, os interditos, etc. Todavia me preocupa a esfera do indizível, seja aquilo que é ignorado, seja o que é calado, consciente e inconscientemente. Há também o que se sabe, mas não se pode dizer pois significaria afirmar que “o rei está nu”, ou seja todos (ou alguns sabem) mas a respeito do que seria melindroso falar abertamente: são

as inúmeras experiências vividas em família e que são marcadas por forte densidade emocional. Sei que estou me reportando de forma bastante geral (e portanto vaga) a esse vasto continente de significados e significantes que dizem respeito a histórias pessoais e coletivas, de cada um e de todos os membros do grupo familiar (e em suas múltiplas dimensões de existência: nuclear, extensiva, de parentesco, por afinidade, agregados, amigos, conhecidos, desafetos).

Tomo no depoimento de Bárbara, o trecho que se segue a fim de podermos refletir a respeito desse universo de histórias normalmente guardadas à chave porque desconfortáveis e, assim, evitadas no dia a dia:

“Da família de vovô Crespi, conta-se também uma estória que eu não sei se é real: que a mãe de vovô, ela era uma mulher assim meio que da vida e que..., mas, aqui na certidão, ele tem pai, tem tudo. Tem uma certidão de nascimento. Aí eu não sei se essa estória de vovô é real. Que aqui, ele tem um pai. Alguém contou isso. Eu não sei se isso aí é real. ” (Bárbara)

Do que fala minha interlocutora em seu discurso? Ela assinala situações envolvendo seus ancestrais paternos, que não correspondem ao que supostamente deveria estar enquadrado numa história oficial, ou que, ao menos num determinado momento, não se situa nessa condição, sendo portanto alvo de algum tipo de interdição.

Levando-se em conta que estamos diante do contexto relativamente “minado” da família Crespi, onde as tensões são muitas, assim como as chances de evoluírem para acusações, brigas e outras formas de conflito, o ambiente de circulação da informação é delicado. Em primeiro lugar, há o caráter de imprecisão e mesmo de incerteza quanto ao fato da mãe do avô paterno de Bárbara ter sido prostituta ou, ao menos, ter sido uma mulher que não se enquadraria nos rígidos padrões de moralidade do período. Além da dificuldade em lidar com o tema, dada a proximidade existente entre os personagens envolvidos e a dificuldade dos mesmos em o fazer, estão em jogo também as

consequências relacionadas à fragilização do grupo familiar como um todo. Paira no ar o comprometimento do sucesso do projeto de ascensão social iniciado pelo avô de Bárbara na sociedade local, dado o investimento por ele feito, mesmo que para ela própria isso não a ameace. Trata-se de um “segredo” marcado muito mais por sua exotividade do que por uma real ameaça que ele por si só carregue.

O segredo e sua revelação

Na galeria dos parentes, cujas histórias se dá maior atenção na família de Elga, desponta o caso do filho adotivo do “velho Schneider” (pai de Elga). O caso permite refletir a respeito de uma série de aspectos da dinâmica familiar e de transmissão entrecruzada por múltiplos problemas.³⁴ Elga conta que já se havia passado um bom tempo desde o casamento do pai com Ema e que Ondina, a enteada do Sr. Schneider, estava para se casar, quando lhe foi oferecido um bebê abandonado para que ela o criasse. Ondina aceita a incumbência, apesar de avisada de que, às vésperas de seu casamento, tal “adoção” poderia lhe causar transtornos. Ela, entretanto, insiste em seu propósito, deixando clara a disposição de criar o menino. O que acaba acontecendo é que a criança é assumida como filho do “velho Schneider” com Ema, sendo que este devota ao filho de criação uma atenção e carinho que, segundo Elga, jamais dedicara aos filhos legítimos. Ela conta isso com algum ressentimento, pois a frieza e rigidez do pai eram notórias, frente à sua falecida mãe (primeira mulher do Sr. Schneider), irmãos e a ela própria (Elga). Segundo ela, a criança cresce cercada de carinhos. Diz a informante: *“Meu pai deitava com ele, ficava com ele no colo, cantando em francês, cantando em alemão”* - gestos e sentimentos que, ao que tudo indica, eram

³⁴ Remeto o leitor ao trabalho de Dumas (1985), no qual o autor problematiza o tema do “retorno do recalque” com seus desdobramentos no que concerne à dinâmica familiar.

correspondidos pelo filho que, sem saber de sua real condição - diz Elga - *“tinha loucura pelo meu pai”*. Por outro lado, a enteada, Ondina, de quem partira a iniciativa primeira de adotar a criança, depois de seu casamento, de fato, se desinteressa por completo pela mesma. Volta a comentar minha interlocutora: *“Não quis saber do menino. Até tinha horror ao menino depois”*. Essa atitude da moça chega às raias de, em certa ocasião, revelar bruscamente ao rapaz o fato dele ter sido adotado. A reação foi a pior possível. Ele se revolta e chega a tentar atirar no velho Schneider, que ele acreditava ser seu pai de verdade e que, apesar de já idoso, se vale de seu vigor físico para desarmar o filho. Daí para frente a situação do jovem só se agravou, acumulando casos de epilepsia, alcoolismo e desemprego. Depois da morte dos pais, Elga deixa de ter notícias desse irmão adotivo. As poucas informações que lhe chegam vêm através do irmão mais velho, o único com quem o rapaz mantinha contato, segundo a informante, por razões meramente de interesse material. Brigitte, em relação à narrativa da mãe frente ao episódio da adoção e da revelação de seus reais termos, comenta: *“meu avô ensinou para esse menino coisas que nunca ensinou para os filhos. Mamãe conta isso com certa tristeza”*. Quanto à atitude da enteada do avô, o aspecto que sobressai é a notável construção de uma argumentação acerca do parentesco que se constitui a partir de critérios como o da transmissão do nome e de sangue. Brigitte comenta:

“Ele botava o Alcides – esse era o nome dele – no peito dele e ensinava a cantar músicas em alemão. Carinho, afeto... Que ele deu todo o afeto para o Alcides [...] Eu acho que ele leva Schneider no nome. Só que, o que aconteceu? Ele, eu acho, foi criado como se fosse filho do meu avô e da dona Ema. Chegou numa certa idade, a Ondina [filha de dona Ema com o primeiro marido] ... com despeito de todo o carinho que meu avô delegava, que ele tinha, assim, pelo Alcides, não sei nem se a parte financeira também deve ter rolado por aí. Não sei se ele [o avô] privilegiava; não sei como foi a história. Ela [Ondina] contou para o Alcides. Ele achava que era Schneider. E ela contou. Até onde eu sei, ele tem Schneider no nome. Engraçado que quem contou foi ela. Podia ter sido um dos filhos do meu avô porque essa menina [Ondina] não é Schneider. Não tem nada a ver. Ela era filha da dona Ema que se casou com meu avô e, no entanto, quem se mordeu foi

ela. Podia ter sido qualquer filho do meu avô: ‘Oh, você é Schneider coisa nenhuma! Você foi achado ali’. Foi ela que fez..., que não tinha nada a ver, entendeu?’ (Brigite)

Em “Memória e Identidade Social”, Pollak (1992) comenta acerca de elementos constitutivos da memória, individual e coletiva, chamando atenção para o que denomina de acontecimentos “vividos por tabela”. São acontecimentos tão importantes e que tomam tamanho relevo no imaginário do grupo que os atores sociais não precisam tê-los vivido diretamente para ter em relação a eles o sentimento de identidade. O caso exposto acima parece ilustrar tal idéia. Brigitte, embora não tenha participado diretamente dessa experiência, narra o drama da revelação da real condição do irmão adotivo da mãe como se ela própria o tivesse vivenciado.

Quanto ao drama em si, as observações de Simmel com relação ao caráter sociológico do segredo e da traição adequam-se particularmente bem. O autor considera que *“o segredo contém uma tensão, que se resolve no momento da revelação (...) Também junto ao segredo está unido o sentimento de que podemos traí-lo, tendo em nossas mãos o poder de produzir mudanças e surpresas, alegrias e destruições.”* (Simmel, 1998: 381)

Revelações em família

No caso de Madalena, os segredos se constituem em outro sentido, no que diz respeito à linha da ancestralidade. Não se trata da descendência, mas sim de sua ascendência.

Madalena me mostra a santa do pau oco que ela herda do pai e que vem da propriedade que a sua família possuía. Ela conta que o espaço interno da santa era usado originalmente para contrabandear ouro remetido da colônia portuguesa para a

metrópole. Sob a “proteção divina”, ocultado do conhecimento dos reles mortais, riquezas eram remetidas de um lado para o outro. Que segredos guardaria, ainda, a santa que Madalena herdara? Tal como penso existir nos objetos, de maneira geral, que se transmitem ao longo de gerações o, o caso da santa do pau oco revela com enorme nitidez a “incorporação” das histórias que se acham aprisionadas aos objetos; uns mais, outros nem tanto. Eventualmente, tais histórias aparecem na forma de segredos ou, ao menos, ocultações. É dessa maneira que surge, a partir da história sobre a santa, na voz de Madalena, um segredo que, uma vez revelado, passa a constituir mais uma história de família.

Madalena tece seus comentários acerca de sua avó paterna, Mãezinha, e de seu empenho em conservar a fazenda Itaitindiba que seu marido, Américo, herdara de seus pais. Ao avançar na reconstituição da árvore genealógica da família de Madalena, fica-se sabendo, entretanto, que tanto o pai desse avô paterno, quanto o pai da avó (Mãezinha, sua esposa), eram padres. O pai do avô chamava-se Manuel, era português, foi mandado pelos pais ao Brasil a fim de cumprir uma carreira religiosa que na verdade não era sua, visto que outro irmão, dentro da família, estava a princípio destinado a essa função. Padre Manuel, aqui estabelecido, torna-se um rico latifundiário, sendo dele a origem da propriedade que chega até Madalena, já desmembrada e invadida, fazendo com que ela tenha de vendê-la, na impossibilidade de administrar a grande quantidade de problemas que lhe chegam. Mas ela não recebe apenas essa herança latifundiária complicada; recebe ainda a herança de uma ascendência que em termos oficiais – considerada por uma moralidade religiosa estrita como espúria – não poderia, portanto, existir, pois, afinal: “padre não pode casar” e, assim, não poderia ter filhos. O que uma “arqueologia” da sua família traz à tona, porém, é que tal situação se manifesta em duas direções, pois Mãezinha (avó paterna de Madalena), casada com Américo, filho do

padre Manuel, também vive tal situação. Ela e seus oito irmãos também foram filhos de um sacerdote. O pai chamava-se Lúcio e, apesar das proibições que sobre ele incidiam, manteve durante o período do sacerdócio, a relação conjugal a partir da qual a avó de Madalena, Mãezinha, foi gerada. A informante assinala:

“Meus avós, portugueses. Os pais dos meus avós eram filhos de padres. Os pais da minha avó, Mãezinha, e o pai de meu avô, marido dela, eles eram padres. Eu tenho essa história. Só que o padre Manuel, ele se ordenou e acabou. Ele era muito severo, muito ruim para os escravos... Ele continuou na fazenda, tomando conta da fazenda. Isso é o que me chegou. Ele continuou na fazenda. E o padre Lúcio ficou padre mesmo com vovó Bernadete e a filharada, lá em Maricá. Ele era padre e tinha a família. Eu fico pensando em vovó Bernadete, na época... Como era difícil. Tanto que eles casaram, três irmãos casaram com três irmãs. Padre Manuel tinha a fazenda de Itaitindiba. Sabia que padre Manuel morava em Itaitindiba, como eu sabia também que o padre Lúcio era pároco da igreja de N. S. do Amparo de Maricá, aquela mesma matriz que está lá. Morava em Maricá, com vovó Bernadete e nove filhos que tiveram. Padre Manuel era o da fazenda de Itaitindiba e que casa com a América e teve 4 filhos: vovó Américo, tia Cocota, tio Alberto e tio Lúcio. Ele tinha dinheiro. A família conceituada era a do outro.”
(Madalena)

Tomo tal narrativa para discutir a questão do segredo no interior do grupo familiar. Um segredo que se constitui internamente e que é preservado no âmbito de um determinado espaço. Trata-se aqui de informação sobre algo vivido, a respeito do qual não se pode falar, compreendendo assunto tabu que se mantém fechado. Muitas são as abordagens possíveis, mas quero tomar, a partir da narrativa de Madalena, a questão da “revelação” do segredo e seus efeitos como foco da discussão.

No trecho abaixo, Madalena se refere ao modo como, através de sua própria iniciativa, mesmo que não intencional, certo ramo da família, para o qual a informação foi vedada, acaba tendo acesso a mesma por vias um tanto quanto inesperadas. A história é por isso mesmo bombástica por alterar inesperadamente os recursos de ancoragem no mundo, em termos de identificação, própria e do grupo. Os efeitos, quanto às interpretações que tal conhecimento enseja, são muitos, justificando, por

exemplo, a idéia de que ser descendente de um sacerdote poderia levar a “castigos divinos” como doença e morte. Não falar, ou ao menos não falar abertamente, é evitar tomar contato com tal ameaça que a situação estigmatizante representa. É possível contrastar a forma como o conhecimento dessa situação é vivida por Madalena, que manifesta aparente naturalidade em relação ao assunto, e sua parenta (uma prima do pai dela) que esconde dos filhos a particularidade de ter um ancestral que foi padre, temendo seus desdobramentos, quer em termos sociais, quer em termos de efeitos a se expressar no plano da própria integridade orgânica: dela e de sua descendência.

“Na minha família, no lado do meu pai, meus primos, eles esconderam essa parte, dos filhos de padres. E mamãe que me contou e eu achei normal. E um dia, conversando, eu falei, eu vi que ninguém sabia. Foi uma bomba! (risos) «Celinha - era a prima de papai - mas você não falou?» - «Não, Madalena. Ninguém ... Eu nunca falei para as meninas», as filhas. Celinha perdeu uma filha com 13 anos de câncer no seio. Então, naquele desespero, diz ela assim: «não é castigo de Deus por eu ser...?» – tanto quanto eu, ela era bisneta -. «Que é isso! Deus não castiga.» Hoje elas já falam dessa estória com naturalidade e os netos já sabem, mas fui eu que há uns 24 anos falei... Ela só soube por mim. Eu estou crente que todo mundo sabia. Ficou todo mundo assim... Nunca ninguém comentava. Deles serem filhos de padres, netos, entende? Depois disso, todo mundo soube (risos) por minha causa. Eu tenho orgulho. Sinceramente que eu tenho. Eu imagino como que vovó Bernadete deve ter sofrido. E a outra também. Eu me lembro aquele desespero, mas para mim, é motivo de orgulho, tanto que eu confessei para o monsenhor Elídio. Eu falei, ele não falou nada. Ele só fez assim com a cabeça, mas eu fiz questão mesmo de dizer: «eu sou bisneta de dois padres». Mamãe me contou tudo. Não sei se eu já tinha me casado, quando mamãe me contou. Quem me contou não foi meu pai, não. Minha mãe é que contou. Mas eu não tive curiosidade de saber se tinha largado (a batina) ou não.” (Madalena)

Como comentário final (mesmo que não conclusivo), chamo atenção para o fato de minha informante ter tido necessidade de confessar o “delito-pecado” de seus bisavós, herdado por ela. Uma confissão que ocorre no mesmo âmbito em que a discussão fora travada, qual seja, aquela do espaço religioso. Chamo ainda atenção para o circuito de transmissão da informação. Madalena toma conhecimento da história não através do pai, que não traz ao conhecimento da filha a notícia acerca de sua própria

família. É sua mãe que lhe conta o que sabe a respeito da família do marido. Pode-se supor que tal confiança tenha, mesmo que não conscientemente, um certo quê de vingança por parte da mãe de Madalena. Segundo ela, sua mãe não teria sido bem recebida pelos sogros ou pelo menos por sua sua sogra, Mãezinha, que se opunha ao casamento e, depois do mesmo, não via com entusiasmo a vinda de netos, em que pese o fato do pai de Madalena ter sido filho único, já que ele tinha apenas uma irmã, falecida ainda jovem, de quem Madalena recebe seu segundo nome de batismo. Madalena se chama Madalena Odila em homenagem a essa tia paterna que morreu ainda jovem. Esses detalhes são peças de um enorme quebra-cabeça repleto de pormenores que permitem compor um olhar mais detalhado do quadro familiar conformado.

Representação acerca da idéia de transmissão genética no interior das famílias

Na discussão de processo de transmissão transgeracional no interior do grupo familiar, diferentes âmbitos estão envolvidos. Herda-se. Não uma única herança. Não um único e simultâneo movimento de dar e receber. Não apenas uma herança igualitária. O patrimônio a ser dividido entre os herdeiros é compreendido por bens, imóveis, ações, títulos, padrões de comportamento, traços de personalidade, disposições de humores, crenças e valores de mundo e também (e fundamentalmente – mesmo que sem o cunho de determinação que o senso comum e alguns “ortodoxos” lhe dão-) um patrimônio genético que se acha na base da própria identificação dos indivíduos. Somos homens e mulheres nascidos de um pai e de uma mãe. Todos os últimos avanços em termos da melhor compreensão do genograma humano demonstram o enorme investimento que vem sendo feito no sentido de procurar entender a forma como a

complexa genética humana está organizada. Tem-se procurado entender como os mapas genéticos dos indivíduos poderiam explicar tendências quanto à sua constituição física e, dizem alguns, até mesmo psíquica, comportamental e na ordem da organização de suas relações sociais. Estudiosos das ciências humanas, frente a uma tal lógica de encadeamento de idéias parecem ficar horrorizados e não seria para menos, pois uma tal proposição tão vaga e ao mesmo tempo tão abrangente, quanto ao teor de determinação biológica talvez fizesse arrepiar até mesmo alguns colegas das “ciências duras”, visto que retiram da discussão a contribuição das investigações a respeito do comportamento humano que não se situe em variáveis supostamente objetivas dadas pela Natureza.

Sem entrar na discussão acerca das determinações orgânicas, fisiológicas, emocionais e culturais para a espécie humana, levando em consideração a importância e especificidade das diferentes (e complementares) áreas do saber que, conforme as indicações de Ingold (2000), se voltam ao estudo do comportamento do Homem, penso ser necessário partir de alguns pressupostos mínimos a respeito dos quais tal questão possa ser analisada, sob pena de se adotar um tratamento bastante superficial. Existe uma determinação genética, cujo estudo avança cada vez mais, mesmo que conclusões definitivas não tenham sido alcançadas. Apesar desta constatação, a forma como tal determinação é percebida e experimentada depende dos incontáveis modos como os diferentes grupos sociais estão organizados e como os indivíduos se situam em seus distintos grupos. Se a genética é importante demais para ser deixada exclusivamente para os geneticistas, também os cientistas sociais devem estar atentos à necessidade de refletir sobre o tema a partir de uma perspectiva menos autocentrada em seus próprios nichos de investigação.

Apropriação da genética

Como se coloca a problemática das semelhanças e diferenças físicas entre os membros de uma mesma família? Qual a importância que ela assume para os mesmos? Como se dá a associação entre características corporais e padrões de comportamento? Qual é a valorização da classificação dos caracteres físicos, frente a um procedimento que priorize um olhar comportamental para o entendimento da transmissão?

Vejam se os dados empíricos permitem ilustrar a discussão, focando alguns – realmente alguns dentre os muitos - questionamentos feitos. Como no âmbito da história familiar até aqui discutida, se coloca mais essa variável, qual seja, a da herança genética, atravessando as gerações compreendidas desde os bisavós aos bisnetos?

O caso de Madalena é exemplar. Nos seus depoimentos, ela enfatiza certa atitude feminina em que estaria presente um “caráter” empreendedor, corajoso, ativo que aparecia na noção de “mulheres guerreiras” para essa família. Segundo ela, “*prevalecem as mulheres*”, entendendo-se com isso que as ações realizadas pelos membros da família de sexo feminino têm maior visibilidade e são ações valorizadas positivamente. Cabe notar que se trata uma perspectiva feminina, constituída a partir de quem fala. As figuras das avós materna (Solange) e paterna (Mãezinha), assim como, num certo sentido, uma bisavó em especial (Bernadete, casada com Padre Lúcio) são colocadas na posição de referências exemplares dessa condição feminina dominante na família.

Procuremos perceber no discurso de Madalena como ela se identifica, apontando características físicas e comportamentais que encontra em si própria e, em seguida, nas demais mulheres da família. Por fim, nos outros integrantes do grupo, alguns indícios tomados aleatoriamente também são ressaltados para ilustrar, mesmo que de modo

sumário o encadeamento geral da argumentação de Madalena em torno do tema da transmissão de características genéticas.

Em um de seus depoimentos, Madalena diz que Mãezinha, sua avó paterna, constituía um padrão de beleza. Note-se que essa avó era portuguesa e que Madalena diz que ela se considera e (é considerada) como tendo herdado seu nariz. Tal semelhança física é vinculada a características comportamentais, expressão de coragem e destemor, associados a mesma parenta. Todavia, se tomamos o relato abaixo em que ela se auto-descreve, outros aspectos aparecerão:

“Sou morena, mais morena... minha mãe... já te falei da vovó Solange.... Eu sou morena, não sou uma criatura clara, branca. Não sou. Não sou preta, não sou mulata, mas eu não sou branca. Meus traços são muito da minha avó Lídia (Mãezinha). Eu tenho o nariz da minha avó Lídia que foi uma mulher bonita. Não que eu esteja dizendo que eu sou bonita. A mamãe tinha um nariz feio. Ela ficou nove meses sem olhar o nariz para eu sair com um nariz que não é tão feio assim. O nariz da mamãe: nove meses sem olhar no espelho para eu não nascer com o nariz..., que o meu irmão nasceu com o nariz dela. Mas tem gente que hoje diz para mim que eu estou muito parecida com mamãe; hoje, na idade em que eu estou. Mas a gente adquire também o gestual, das pessoas com quem você convive.” (Madalena)

Nas associações feitas, produz-se uma linha de descendência, quanto a traços fisionômicos e à herança de características fenotípicas que até então não tinham aparecido no depoimento da entrevistada. Ela faz, a partir daí, uma vinculação com o ramo materno, no qual aparece a origem de um traço racial. Trata-se de tema que jamais havia sido levantado e para o qual Madalena não demonstra interesse, apresentando-o como algo absolutamente secundário. Ao despontar na entrevista, ela faz questão de me conduzir a determinado ponto da sala de estar, mostrando-me um de seus quadros. Era a imagem de uma Nossa Senhora, a respeito da qual ela passava a discorrer, contando-me a história do quadro, de seu pintor e da modelo que tinha sido retratada e que lhe servira de inspiração. Mais uma vez, os objetos vinham à baila, trazendo consigo referências

importantes à compreensão do universo de experiências e identidades para minha informante.

Se as coisas falam, aquele quadro fazia ver... O que mais atiçava minha curiosidade é o que motivara Madalena a me mostrar o tal quadro. O seu esforço de identificação pela primeira vez fizera surgir a questão da origem racial. Isto remetera à figura da avó materna de Madalena. Eu não conseguia compreender a relação aí buscada. A imagem com a qual eu me defrontava era a de uma madona excessivamente lívida, com traços europeus, sem que de forma alguma pudesse corresponder a descrição da avó de Madalena, Solange, que ela dizia ter servido como modelo para a pintura. Madalena se identificava como morena a partir do pertencimento à linhagem da avó materna. O quadro que me mostrava para ilustrar tal herança parecia destituído de sentido. A explicação viria logo a seguir.

“Essa criatura, ele (um tio, médico e pintor) remoçou, mas lembra minha avó. Ela não era branca. Ele era o filho que ela mais gostava e ele era o filho que mais amava aquela mãe. Ele nunca se casou. E ela teve vitiligo, mas era tão boa que ela ficou toda rosada. Vovó limpou tudo, teve vitiligo enorme, mas ficou toda rosada. Ela tinha umas manchinhas escuras, porque ela ficou toda. O vitiligo limpou todo. Eu nunca vi limpar tanto. Vovó era cor de rosa, vovó Solange. Ela foi criada por um tio que tinha recursos que os pais morreram. Mas era uma pessoa espetacular. Minha avó, minha querida avó. E não era de estar paparicando. A gente não podia sair de casa que eles não deixavam. Batizar boneca: vovó fazia logo um doce de banana, aquele vermelhinho. Ela estava sempre tomando conta de todos os netos, para ajudar os filhos. Estava presente em todos os lugares.” (Madalena)

Para dar conta do entendimento da origem da avó de Madalena, parece-me interessante abrir um pequeno parênteses, chamando atenção de alguns aspectos que despontam no relato acima. Primeiro, o fato de que essa avó não era branca, mas assim foi representada na pintura feita por um de seus filhos, o mesmo que é descrito como alvo preferencial de seu amor. O tema dos filhos eleitos sempre presente. Segundo, a questão racial está também associada a uma situação de adoção e de ascensão social, já

que são uns tios que “*tinham recursos*” que se encarregam da criação de Solange, a avó de Madalena. Outro retorno temático. Terceiro, há um embranquecimento que é operado em diferentes patamares: em termos da representação pictórica; em termos dos efeitos produzidos por uma doença de pele, descrita como um processo natural – mesmo que patológico –; finalmente, em termos simbólicos e sociais: o embranquecimento frente aos demais integrantes do grupo e diante do entorno.

Madalena neutraliza a situação, dando-lhe um tratamento naturalizante como se a história tratasse de algo sem maiores repercussões; como se a questão racial não fosse, de fato, vivida em função dos preconceitos que ela engendra e que a avó teria vivido em seu cotidiano. Mesmo sem maior repercussão, a própria Madalena, como se pode depreender a partir de um segundo discurso, no qual ela descreve a forma como as tias (irmãs do pai) de Antônia, sua mãe, se reportam ao seu nascimento, desenvolvendo uma grade de classificação que as próprias produzem em relação à condição racial da recém-nascida e dos demais sobrinhos que viriam a nascer mais à frente. Quero, todavia, ainda salientar um último aspecto na fala transcrita acima, transversal ao tema, e que ressalta a rigidez do processo de socialização das crianças, impedindo-as de maiores contatos com o mundo exterior ao da casa. Nesse cenário, situa-se o papel desempenhado por essa “querida avó” ao se encarregar dos cuidados com os netos, preenchendo as lacunas deixadas pelos pais. A presença da avó é expressa a partir das lembranças despertadas pelo jogo de correlações produzido. Relembrar a avó aciona uma lembrança precisa: uma determinada brincadeira de infância (o batizado de bonecas), e um doce que parece completar as percepções sensoriais então experimentadas.

O trecho transcrito abaixo descreve as reações, quando do nascimento da mãe da informante, fornecendo algumas pistas quanto às atitudes de diferenciação dadas a partir da fenotipia de cada uma das crianças nascidas. Parece-me significativa a preocupação

em distinguir e classificar os indivíduos de acordo com a aparência, o que revela que a temática racial estava presente e provocava reações, mesmo que seja a de negá-la.

“Mamãe disse que quando ela nasceu..., porque vovô era claro. Vovô teve ascendência francesa... Parece que foi tia Paulina, irmã dele, virou para uma outra: «Vamos ver a negrinha de Antônio (o avô). Vamos visitar a negrinha de Antônio.» Mamãe era clarinha. Os filhos dele não teve nenhum... a Teresa era morena como eu. Mamãe era mais clara do que eu. Tinham dois louros, louros mesmo. Nico era louro, Aldina era loura. Tinha uns mais claros, uns médios e uns mais morenos.” (Madalena)

Os esforços de identificação de traços físicos para caracterização - própria e alheia – remetem à tentativa de demarcação de personalidade e de conduta, presentes na leitura que é feita da ascendência de Madalena. Os mesmos constituem elementos para identificar posições no interior do grupo. Tal mecanismo também se acha presente, em termos muito semelhantes, na forma como a própria Madalena descreve os filhos e os netos, quanto a semelhanças e diferenças nesses domínios. “Quem puxa a quem?” – essa parece ser a pergunta. Todavia, as associações não são definitivas. É possível delimitar semelhanças e diferenças neste ou naquele aspecto, de uma tal forma que a característica física de um parente possa se localizar em um descendente, sem que isso acarrete uma única manifestação de comportamento ou vice-versa. Os arranjos são múltiplos, segundo distintas particularidades. Isso faz com que tendências e dominâncias sejam apontadas e que para elas formulem-se expectativas e padrões gerais.. Como se está falando de uma infinidade de padrões de traços físicos e comportamentais, a eleição deste ou daquele item faz com que alguns integrantes do grupo familiar ilustrem com maior nitidez o padrão do qual se fala. Trata-se de um mapa de localização complexo e as referências acionadas são aquelas que se acham disponíveis no repertório de possibilidades dadas no interior do grupo pelas identificações imediatas e pelas comparações em termos do ouvir falar.

Procedamos ao exercício de pensar as tentativas de caracterização, segundo os alinhamentos e padrões dados no repertório familiar disponível a princípio, na forma como Madalena ordena discursivamente sua percepção dos filhos e netos. Ela diz que João se parece com o pai, de origem suíça, ressaltando, porém que o filho, como ela, é afetuoso, se aproxima das pessoas, manifesta corporalmente sua proximidade frente a elas. Todavia, o caráter “guerreiro” não me parece associado a ele, para quem uma certa acomodação estaria destinada. Em contrapartida, Marta, a filha, expressaria tal atitude, sendo, simultaneamente, comparada à mãe, talvez por ser mais morena. Quanto aos netos, se a mais velha é indicada por Madalena como sua herdeira e sucessora, os traços de origem espanhola que a jovem supostamente teria herdado da mãe fazem com que fisionomia e comportamento pareçam caminhar em direções separadas. A sucessão, portanto, não é definida exclusivamente em termos de identificações fenotípicas ou mesmo de temperamento. No caso de Rita, isso parece ocorrer em razão de ligação afetiva entre a neta e a avó, bem como uma percepção de Madalena de que a neta poderia lhe substituir por também ocupar uma posição de articulação no interior da família extensa. A neta mais nova, filha de Marta, todavia, é descrita por Madalena como tendo uma personalidade fechada como o pai da menina (genro de Madalena), sem que propriedades sociológicas estivessem presentes nela para que ela pudesse talvez pretender ocupar a posição de sua prima. Para os rapazes, embora um ou outro sinal seja acionado no sentido de localizar as semelhanças, nenhuma característica mais significativa é apontada. O que chama atenção (e o trecho abaixo ilustra essa idéia) é uma enorme tentativa de enquadramentos previamente realizados de utilizar os padrões disponíveis para processar o ordenamento das diferenças e, assim, de algum modo, entendê-las minimamente. A idéia é a de se ver no outro. Localizar traços percebidos em si e projetados nos que estão ao redor. As medidas do olhar, as lentes a partir das

quais a realidade pode ser apreendida se encontram no próprio ator da comparação que produz um jogo de reflexos cruzados.

“A Rita (neta mais velha) tem os traços da mãe, espanhol. Aqui já é tudo mais moreninho. Dos meus netos, é a pessoa que é mais parecida comigo – fisicamente, não – mas esse lado de família que é muito arraigado, ela gosta de reunir..., isso ela puxou a mim. Ela tem a personalidade mais forte que a minha.

João tem os traços do Alberto. Fisicamente, é parecido com o pai, mas... João não tem nada meu. Tem tudo do pai, uma mistura mais do lado do pai. E ele tem muita coisa minha; esse lance: ele é bom, ser amigo dos amigos, ele puxou a mim. Eu não sou vingativa, não guardo rancor. (...)

Amanda e Rafael (filhos de Marta) têm tudo da família de Geremias (marido de Marta): mãos, pés... Muito parecido com o irmão de Geremias. Bruno (filho de Marta) tem muita coisa de Marta. Tem retratos meus, que eu vejo Amanda em mim. Retratos mais novos, Amanda parece comigo. O Bruno pegou uma fotografia de Marta e perguntou: «por que que me botaram de vestido?» - Quando ele era pequeno.” (Madalena)

As identificações se fazem por tentativas, com erros e acertos. Madalena se pensa e se coloca nas observações que desenvolve acerca de si mesma, revendo a própria vida e trazendo à baila seus pais, avós, bisavós – um árvore genealógica enorme que minha informante percorre com facilidade. Sua descendência lhe cerca, com maior ou menor proximidade. As situações são analisadas e as falas trazem a realidade familiar para o foco das conversas que entretemos ao longo de várias entrevistas. O sentimento de vastidão é real; está presente. São muitas as articulações entre as relações que se cruzam, em tempos, circunstâncias e espaços variados. A subjetividade é a de um sujeito de múltiplas ações, tendo percorrido um itinerário biográfico repleto de mudanças, mas também com linhas de continuidade, mesmo que algumas idealizadas. Os referenciais são lançados como ancoragens. Os atores se remetem àquilo que eles identificam, a partir de marcas concretas, seja no próprio comportamento, seja no comportamento do outro. Para isso, há necessidade de marcas, modelos, padrões. As coisas, os objetos, servem para tal fim. Elas indicam pessoas, circunstâncias, tempos

singulares. Nós nos comunicamos por meio desses instrumentos de transmissão de mensagens. Há dotação de sentido. Não que haja sentido em tudo; não é isso. Mas procuramos estabelecer ordem no caos que nos cerca. A dinâmica familiar também cumpre essa função.

Predisposições herdadas

No caso da família de Brigitte, a respeito de seu ramo materno, ela salienta que, por conta da rigidez dos padrões de comportamento e pelo “puro sangue alemão”, produz-se um quadro de sofrimento, doenças e perdas que ela contrasta à família do pai, constituída a partir de múltiplas procedências étnicas.

“Não sei se é essa mistura; eles suportam melhor a dor. Justamente por essa mistura, eles são mais flexíveis com o sentimento. A família de mamãe, esse puro sangue alemão, das três irmãs de mamãe, duas faleceram com câncer.” (Brigite)

Ela conta que essas tias se tornaram mulheres autoritárias ou, como aconteceu com a mãe, acabaram procurando homens que, reproduziram as atitudes observadas no “velho Schneider”, revelando, também elas, uma personalidade dominadora. A este respeito, assinala:

“A mamãe é uma lembrança cruel de ser alemã, mas, ao mesmo tempo, ela teve uma lembrança muito boa que é a da minha avó que era muito alegre, fazendo as comidas..., Dizem que a minha avó era da pá virada. Assim, de botar sapo-boi na cama dos hóspedes, nesse nível, de fazer molecagem. Eu tinha muito medo da mamãe fazer um câncer, até pela questão da família dela. A mamãe conseguiu viver uma alegria. Mas mamãe tem um lado de história de doença... Então tem toda uma história e, no entanto, ela hoje torcendo pelo time de futebol, você rola de rir: muito chope...” (Brigite)

Brigite continua suas considerações, referindo-se às imposições familiares que resultam em repetições muitas vezes não percebidas como tal.

“Mamãe casou com papai que não é alemão, mas que é como se fosse. Mamãe achou um pai. Tem todo um perfil psicológico. Coisas mal resolvidas que a gente carrega e pode ser tão infeliz. Será que a gente tem que repetir exatamente isso? Eu fui gerada nisso. Até que ponto eu posso romper? Eu procuro mudar meu estado de consciência. Eu nasci, mas eu não sou isso. Mas esse fantasma está presente, inclusive na história do câncer na família.” (Brigite)

Das semelhanças fisiológicas aos dons artísticos, passando pelas predileções, antagonismos e conflitos que pontuam as relações familiares, em seus variados domínios e múltiplas direções, discutimos muito do que há para se falar a respeito das alegrias e amarguras de viver em família.³⁵ No que diz respeito à sua experiência familiar, parte das disputas internas são movidas pela elaboração de uma tácita hierarquia que classifica filhos e netos segundo o adequamento a um certo critério de germanidade: Quem é o mais alto? Quem tem os cabelos mais louros ou os olhos mais claros? Isso significa para as mulheres que a disputa pela beleza conta como fator diferenciador, sendo as comparações dissimuladas, apesar de incisivas. Brigitte se mostra contrária a isso, destacando valores morais e éticos, ao lado da busca do conhecimento, como fatores que, no lugar dos primeiros, contrastivamente, mereceriam ser valorizados.

Em determinado momento da conversa, ela se dá conta da posição estratégica que ocupa no grupo familiar.³⁶ Ela se considera o elo de ligação entre os irmãos e entre eles e os pais. Sua influência frente aos sobrinhos faz com que seu nome seja constantemente lembrado para resolver problemas comuns. Segundo sua avaliação, a curiosidade em conhecer mais a respeito de suas origens e sua atenção às histórias contadas pelos mais velhos fizeram com que ela tivesse acumulado um repertório de

³⁵ Todo este relato me parece ilustrar as considerações de Dumas (1985), Baranès (1993) e Kaes (1993).

³⁶ Indico ao leitor interessado a discussão sobre a importância de figuras centrais nos grupos familiares, quer se trate da concentração de informações que tais figuras detém, quer pela rede de comunicação interna que elas dominam (ou que procuram fazer), quer ainda por outros fatores que se articulam mutuamente, reforçando as estruturas de poder existentes (ou por constituir) : Lomnitz e Perez-Lizaur (1987).

experiências familiares, que julga desconhecido dos irmãos. Em cada um dos episódios que vão se desdobrando, a entrevistada se coloca, falando “de dentro” e a respeito de si mesma. Busca referências identitárias, refazendo-as e alimentando a capacidade de aprender com as experiências alheias. Em outras ocasiões, Brigitte reflete acerca dos rumos tomados por sua mãe, quanto aos padrões incorporados, mesmo em se tratando de uma recusa aos valores herdados, cujo discurso contraria a prática:

“Você vê a mamãe. Ela passou o horror de ser alemã. Ela negou: ‘Eu não quero casar com alemão. Eu odeio falar alemão. Eu sei que eu sei falar alemão, mas...’ [...] Então, tem toda essa coisa, mas ao mesmo tempo foi a que mais herdou, ou quis herdar, ou escolheu herdar os dons da culinária, da decoração. A casa da minha mãe não é casa de brasileiro. As almofadinhas, os paninhos. Realmente meus avós foram trazer de lá [Alemanha] uma mônada, um ser alemão para cá. Os outros irmãos, nenhum deles. Quando se queria viver um natal alemão, era na minha casa. Minha tia faz o estolen [sic], que é um bolo típico, mas é mais ou menos.[...] A mamãe é uma lembrança cruel, de ser alemã, mas, ao mesmo tempo, ela teve uma lembrança muito boa que é a da minha avó que era muito alegre, fazendo as comidas..., Dizem que a minha avó era da pá virada. [...]” (Brigitte)

A representação da transmissão genética entre os Crespi

Tomando a sério as considerações de Bárbara acerca do temperamento “forte” da mãe e as revelações de ambas quanto aos conflitos existentes, é de se supor que a caracterização de Matilde sobre sua relação “tranqüila” com a sogra sofrera de alguma idealização e, quem sabe, um aplainamento de arestas que só a passagem dos anos é capaz de explicar. Bárbara, por sua vez é explícita ao revelar a antipatia que sentia pela avó paterna, chamando atenção para sua rigidez, expressa no seu comportamento frente aos netos (e mesmo em relação aos filhos). Ela - a avó - não ocultava suas predileções e sua pouca sensibilidade quanto aos sentimentos alheios fazia com que esse tipo de

reação à sua pessoa acabasse ocorrendo. A passagem abaixo permite observar o que aqui está sendo apontado:

“Eu tinha uns 8, 9 anos. Eu lembro de uma cena engraçada que eu tinha uma amiga – Rosângela. O pai dela levou ela ao enterro (da avó paterna de Bárbara). Levou ela para «passear» (risos), que ela era minha amiga de escola. Eu era pequena. Eu lembro que o caixão... engraçado ... Ele foi no enterro de vovó e levou a filha. Eu ia a todos os enterros da família. Eu estava no enterro e Rosângela, minha amiga de escola... aí ela falava assim para mim: “Porque que você não está chorando. Está todo mundo chorando.” Eu digo: “Eu não gostava dela!”. Eu lembro que eu falei para Rosângela isso. Ela: “Uéh, você não gostava dela, não?” Eu: “Eu não, não gostava dela, não.” / “por quê?” / Ela ficava me comparando com a minha prima”, com a outra prima, a Anabela, filha do tio Vitor. Que a Anabela, não sei se você conhece ela. Ela hoje até está gorda, está feia, mas ela era muito bonita. Tinha um olho azul, lindo. Ela era bonita. Uma menina bonita e ela era toda parecida com o lado Capeto. Com o lado dela (da avó paterna). Era a cara dela! Então ela adorava a Maria Anabela. Então, tudo ela me comparava com Maria Anabela. Aí eu ficava com ódio dela. Aí a Rosângela: “Você não vai chorar, não?” Está todo mundo chorando.” / “Eu não. Eu não gostava dela.” (risos). Em casa nunca teve essa coisa de esconder, nada disso. Morreu, vai lá ver.

É, ela era toda mais do lado do Vitor. A filha do Vitor era o xodó dela. É. Ela puxava mais o lado todo de tio Vitor. O próprio tio Vitor..., tudo, eles eram... Tio Vitor é todo da família Capeto.

A filha da Aída é toda o lado italiano, era a cara dela. Era toda Capeto... Era toda Capeto, não era Crespi. Eu sei o lado todo mais português e Crespi: moreno, o lado mais mouro. Anabela é aquela clarinha, aquela bem ariana. E ela ficava o tempo todo falando que «Maria Anabela está gorda, Maria Anabela está magra», só falava de Maria Anabela.

Ela se identificava mais com a outra pela aparência, não era nem porque gostava mais.” (Bárbara)

O que chama atenção no seu discurso é a percepção de que, principalmente, as semelhanças físicas são apontadas como causa de vínculos afetivos nutridos entre os integrantes do grupo. Como a avó percebe em um de seus filhos características que ela associa à sua família de origem - os Capeto -, isto faz com que esse filho seja considerado como figura-alvo de sua predileção. O mesmo procedimento é percebido em relação à neta (filha desse mesmo filho), observando-se que a identificação de determinados traços fisionômicos (os seus próprios, ou seja, os da avó, sujeito do processo de identificação) criem um vínculo especial de ligação entre a matriarca e sua

neta. Nela se concentram tais traços que aparentemente justificam o reconhecimento narcísico da sra. Eliza diante dessa neta. O processo de identificação posto em prática é o ponto de partida para o desenvolvimento de possíveis e supostas predileções, o que representa razão para a frustração de Bárbara e provavelmente de outros netos que também se vêem excluídos das atenções e possíveis carinhos da avó, sem a menor preocupação em agir com mais cuidado frente aos descendentes preteridos de modo explícito.

Apesar do senso comum apontar as semelhanças físicas como a causa das predileções, sabemos, a partir de autores como Vernier (1991), dentre outros, que a gênese dos sentimentos segue uma outra direção. O grupo, os contextos de relação intragrupal, são fatores importantes nessa determinação das relações de amor e ódios.

Vinculação à figura ancestral

Na entrevista de Clotilde (dona de casa, 86 anos), a questão de semelhanças físicas e de supostas associações destas com traços de personalidade também está presente. Em seu discurso a todo momento aparecem comparações entre os ascendentes e os descendentes, inclusive a própria informante que procura pensar a si própria em termos daquilo que ela teria herdado geneticamente dos pais, assim como em relação aos irmãos.

Quanto aos filhos, o trecho abaixo ilustra com nitidez a forma como tal procedimento é operado, muitas vezes inexistindo fronteiras demarcadas entre a dimensão propriamente genética e os caracteres comportamentais. Vale notar que minha interlocutora enfatiza a semelhança do filho homem mais velho com o avô materno, ou seja, com o pai de Clotilde. Este cumpre na família o papel de ancestral ilustre por suas

realizações como “homem de negócios” bem sucedido (comerciante, industrial e financista). Aspectos distintos são associados: semelhança física, trejeitos, características de personalidade. Todavia, apesar dessa vinculação à figura de tal ancestral, em termos profissionais, constrói-se uma outra relação: a de sucessão, já que é esse filho que, seguindo a mesma carreira do pai, que era médico, é colocado numa posição de proeminência no interior do grupo familiar. Em outros termos, o filho mais velho de Clotilde é duplamente investido de poder dentro do grupo doméstico, quer pelas associações que se fazem em relação a ele diante de um mítico ancestral fundador, o avô materno, quer em relação ao próprio pai.

“Ele é igualzinho ao meu pai. E agora está ficando velho, está até parecido com papai. O Guilherme é todo meu pai. Papai tinha um acidente na mão e a mão dele era meio encolhida, assim. Não é que o meu filho também encolhe a mão sem querer! Mas o Guilherme é o que mais puxou. O Leandro não tem muito da minha família, não. Tem mais da família do pai. Em termos físicos e maneira de ser. Por exemplo, o Guilherme gosta de chamar gente, fazer festa, convidar. Aonde ele chega, chega a alegria, sabe? O Leandro não. O Leandro é mais retraído.” (Clotilde)

Também no relato de Aline, uma sobrinha de Clotilde, há a tentativa de pensar o mecanismo de transmissão de traços físicos e de personalidade entre pais e filhos. No caso da entrevistada, ela procura se analisar como filha, julgando sua vinculação com os pais, ao mesmo tempo que assim procede em relação a sua única irmã.

“Quando Sônia empaca, empaca igual a papai. Porque papai: «vamos fazer uma reunião...Quero isso, isso» Todo mundo votava contra, mas (ele): «eu quero a favor», tinha que ser o que ele queria. Quer dizer quando ela empaca é parecida com papai, eu acho e... Mas o jogo de cintura de papai eu tenho também. Quer dizer é meio misturado. Tem gente que chega pra mim e diz que eu sou parecida com mamãe, já tem gente que chega pra mim e diz que eu sou parecida com papai. Então eu nunca chego a uma conclusão do que é ser parecido. O temperamento da mamãe, a Sônia tem muito, uma série de coisas, eu acho, sabe? Agora, não sei o que é parecido com o que, eu exatamente não sei.” (Aline)

A partir de tal descrição Aline avalia os vínculos afetivos constituídos entre ela e os pais, bem como entre os pais e a irmã. Para a informante, sua semelhança em relação ao pai fez com que entre ambos se constituísse uma afinidade que não se acha em relação à irmã. Daí ela considerar que acabou havendo uma preferência dos pais em relação a ela, algo que ela avalia com muita cautela por se tratar de um assunto delicado. Ela toma a irmã como uma pessoa difícil em termos de convívio, pois tratar-se-ia de uma pessoa bastante fechada. Com o casamento tal situação teria se agravado ainda mais porque o cunhado de Aline de certa maneira alimentaria ainda mais a dificuldade de relacionamento da mulher com seus parentes próximos, inclusive (e de modo ainda mais direto) com a própria Aline, única irmã e alvo preferencial de disputas e conflitos, por mais que ela afirme se esquivar de situações problemáticas com a irmã e com o cunhado.

Percepções acerca de semelhanças e diferenças

O mesmo procedimento de buscar diagnósticos de comportamento a partir de comparações em relação aos ascendentes e dentro da fratria também se acha no depoimento de Cleber que se pronuncia nos termos que se seguem:

“Mamãe fala que eu tenho muita coisa de meu pai. Às vezes ela brincava em casa: ‘Dois eu não agüento!’ (risos) Eu não acho, não. Tem muita coisa dele sim, mas muita coisa é da minha mãe. Mas dos três, o mais parecido sou eu. O mais parecido com papai sou eu.” (Cleber)

Vale recuperar a história da família no sentido de perceber o que está em jogo nesse procedimento de busca de semelhanças e diferenças. O pai de Cleber, Prof. Hernandez é musicista como, por sua vez seu pai e sua mãe tinham sido. Em sua entrevista é o próprio Prof. Hernandez que conta a respeito da trajetória biográfica e

profissional de seu pai, avô paterno de Cleber, prof. Graziano. Este teve que se opor a seu pai que queria que ele fosse médico, formação que ele desenvolve por aproximadamente três anos, antes de abandoná-la completamente em favor de uma carreira bem sucedida como musicista. O fato é que durante algum tempo Prof. Hernandez também estuda medicina. Cleber é médico e um de seus dois irmãos é músico. Perguntado a respeito de influências familiares, Cleber não nega que o convívio familiar tem um peso a ser considerado, mesmo que revele uma forte tendência no sentido de privilegiar uma explicação na ordem das escolhas meramente individuais.

O que se pode observar a partir dos depoimentos acerca da transmissão genética é que de diferentes modos fazem-se articulações associando caracteres fisiológicos ou comportamentais que aproximam as gerações pelas semelhanças e repetições. As grades de interpretação comparativa são distintas de família para família, mas há sempre algum tipo de tentativa de enquadramento, criando relações de aproximação ou distanciamento entre os integrantes dos grupos familiares investigados. Isto se dá em distintas esferas de comparação, podendo as mesmas se justaporem umas as outras (traços fisionômicos, de personalidade, dons, etc). O que importa é a tentativa de enquadramento, mesmo que seja pelos aspectos contrastivos. Nesse sentido as comparações utilizando as fotografias de família são procedimentos sempre disponíveis.

Capítulo 4

Retratos e Álbuns de Família

O uso da imagem nas Ciências Sociais, de maneira geral, e na Antropologia em particular (a ponto de se constituir um campo específico: a Antropologia Visual) abre espaço crescente à reflexão acerca da riqueza que os documentos visuais possuem. Os vínculos a ligar fotografia e práticas antropológicas - pelo menos desde Malinowski de modo mais regular, mas certamente antes dele - acham-se presentes no desenvolvimento da disciplina, assumindo – é verdade – caráter e peso bastante distintos em diferentes autores. Penso ser possível tomar a fotografia como forma de conhecimento. As colocações que se seguem representam tentativa de sistematizar alguns aspectos relevantes da utilização da fotografia nesta pesquisa.

Uma experiência (quase) intransferível

O que acontece quando abrimos um álbum de fotografias, folheamos suas páginas e percorremos as imagens que ele contém? Que experiência é essa de “ver fotos”? O que está em jogo no processo de produzir, conservar, selecionar, consumir e, também, destruir imagens fixadas no papel? Como compreender o que elas expressam? Para quem, em que situações específicas e como as fotografias estão inseridas nas trajetórias biográficas? Quais os seus significados sociológicos?

Estas são algumas perguntas que a fruição de fotografias de família permitem elaborar a partir da reflexão teórica sobre a utilização de material fotográfico e histórico, produzido e vinculado inicialmente em âmbito doméstico, permitindo entender a fotografia como fator de aproximação à realidade vivida e fixada na (e pela) experiência

humana. Eram também as questões que eu mesmo me fazia durante a realização de minha investigação e que, em parte, as repassava aos meus entrevistados, enquanto conversávamos, por vezes folheando os álbuns que eles me apresentavam ou percorrendo o conjunto disperso de fotos, sobre o qual nos voltávamos.

Trata-se de pensar o papel e o uso do suporte imagético, assim como a especificidade de sua linguagem. Queremos das fotos, “fazê-las falar”. A metáfora da fala, todavia, não parece dar conta de todas as minhas preocupações. Elas convidam à busca da compreensão de imagens captadas e em circulação no âmbito familiar: universo constituído por fotografias e coleções reunidas, selecionadas, classificadas e comentadas. Estamos diante de referências e suportes materiais que remetem às relações familiares, quais sejam: aquelas em que estão em jogo os vínculos de consangüinidade, afinidade, adoção e outras modalidades distintas de produzir o que genericamente se designa como família e relações de parentesco. O ponto que quero enfatizar é que se trata, no caso das imagens examinadas, de fotos obtidas no âmbito das relações domésticas, privadas, mantidas entre integrantes de uma mesma família ou entre famílias próximas.

É possível pensar a noção de familiaridade como não-estranhamento, aproximação, conhecimento. São, pois, fotos e álbuns familiares (ou “*de Família*”) porque a princípio fazem parte do universo dominado por nós, experimentado em nosso dia a dia como membros participantes de pelo menos um grupo de referência doméstica, aquele no qual fomos socializados, aprendendo e internalizando nossas experiências mais profundas, assim como todas aquelas que acompanham o cotidiano. O que merece consideração é o esforço de desnaturalizar o que se apresenta *a priori* como algo que a imposição rotineira faz acreditar que seja de nosso total controle, pois, supostamente, “sabemos do que se trata”. Todos nós a princípio teríamos passado de algum modo pela

experiência de viver em família; todos nós estamos submetidos aos rituais de tirar e ver fotografias. Somos convidados a explorar essa aparente trivialidade com mais cuidado, seja em termos da esfera de relações familiares, seja no âmbito de uma cultura que privilegia o sentido da visão e tecnifica esse sentido, por meio de recursos cada vez mais sofisticados para o “aprisionamento do olhar”.

A análise do pesquisador se enriquece por meio da ampliação e do aprofundamento dos sentidos polissêmicos que oferecem os acervos imagéticos³⁷. Isto não significa apenas “fazer as fotografias falarem” - como usualmente afirmamos -, mas sim de nos tornar leitores de olhos mais atentos e melhor treinados para perceber aquilo que o conteúdo interno e o contexto de inserção das fotografias manifestam.³⁸ Trata-se de projeto instigante e audacioso. Instigante porque não parece nada fácil desconstruir os processos de leitura da significação de imagens produzidas e consumidas no espaço doméstico; movimento de desconstrução que se estende para além da referência imediata ao privado em muitas e complexas direções. Está em jogo a compreensão mais abrangente dos conteúdos existentes nas fotografias de família, algo banalizado com a popularização da fotografia como instrumento de registro, memória ou simples diversão. Note-se que a linguagem fotográfica - como linguagem - não está dada de uma

³⁷ Para situar as idéias de coleção, acervos e patrimônios constituídos em torno da imagem de forma mais ampla, vale considerar o que Santos (1999) desenvolve em sua resenha do livro de Pomian.

³⁸ Para se pensar as contribuições da Antropologia dos Sentidos, valendo-se das investigações etnográficas no intuito de nos aproximar das distintas formas pelas quais diferentes grupos sociais se valem de suas potencialidades bio-psíquicas na estruturação de seus recursos sensoriais, o trabalho de Tim Ingold (2000) representa uma remissão bastante proveitosa. Na oposição contrastiva que o autor faz, por exemplo, entre o ouvir e o ver, ele salienta:

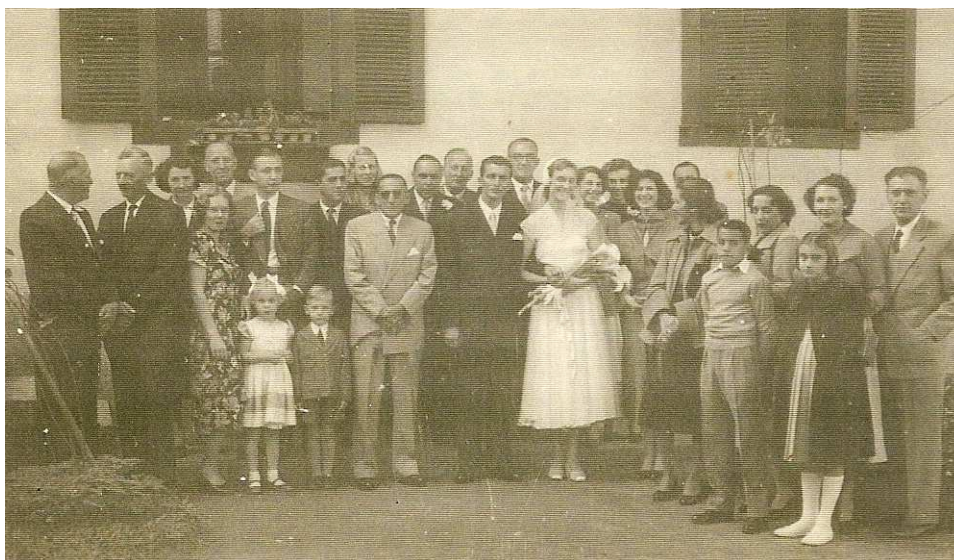
- (1) o som penetra, em oposição à visão que isola;
- (2) ouvimos sons que enchem o espaço à nossa volta, mas vemos coisas abstratas ou cortadas do espaço à frente;
- (3) o corpo responde ao som como cavidade ressonante, entretanto responde à luz como tela refletora;
- (4) o mundo audível é dinâmico, enquanto o mundo visual é estático;
- (5) ouvir é participar, ao passo que ver é observar de lugar distante;
- (6) a audição é social, contrastando à visão que é associativa ou individual.

O autor formula interessante análise acerca das noções de *lux* e de *lumen*, ao problematizar, através de filósofos da antiguidade, a possibilidade de entender uma concepção ótica de luz como algo não-homogêneo. Diz ele: "O resultado é uma curiosa disjunção entre luz e visão. A primeira, exterior, enquanto a última é interior, na interface entre mente e mundo. Resumindo: visão começa onde luz termina." (Ingold: 2000; 256)

vez por todas, mas se produz em processo altamente elaborado, mesmo que oculto pela obviedade que o significado imediato das imagens fotográficas parece impor àqueles que sobre elas se voltam. É justamente neste último aspecto que reside o caráter audacioso da proposta de decifrar a fotografia de família. O fato de entender o que significa “tirar” e “ver” fotografias acha-se muito além do que a princípio isto parece exprimir. Inseridos na lógica dos procedimentos corriqueiros da vida cotidiana, os atos e discursos sobre a fotografia são tomados no que eles têm de mais superficial e imediato. Não causam estranhamento. Ao contrário, estão tão incrustados no dia a dia que a surpresa se manifesta, algumas vezes, quando certos momentos e personagens não são fotografados. A imagem ilude ao garantir a existência do mundo real, em inversão paradoxal do que seria o vetor, lógica e cronologicamente, esperado, isto é, do real ao representacional. Os atos de memória se dão em grande parte ao redor das imagens. Lembramo-nos das imagens e não mais dos acontecimentos e personagens originais. Lembrar através das fotografias foi o que observei frente a meus interlocutores, quando lhes pedia que falassem de suas vidas, de suas histórias, de seus parentes, de suas coisas materiais da infância ou daquelas que haviam deixado para trás. A recordação vinha muitas vezes acompanhada da necessidade de buscar um sinal, uma referência que permitisse cristalizar esses ecos passados ou aparentemente abandonados, pelas mais variadas razões. Dar forma a tais reminiscências, a tais lembranças, era, em grande medida, recorrer, no acervo disponível ou mesmo “localizável” (fosse com um outro parente, fosse em outros – e mais remotos – arquivos do próprio interlocutor) a uma ou várias fotografias que dessem conta de tal operação, num resgate quase sempre do passado, mas que invariavelmente se lançava sobre a vida atual do informante.

Em função do registro da imagem (por meio da passagem ao mundo virtual - o outro lado da lente onde o reflexo se cristaliza e torna-se imagem), a realidade se

expressa, legitimando seu direito de existir. Em certo sentido, o casamento, a festa, a viagem e os parentes que ninguém mais conhece só existem (ou continuam a existir) porque é possível atestar sua existência por meio do registro imagético.



No caso do depoimento de Elga, por exemplo, seu comentário sobre sua fotografia de casamento (foto acima) atesta o fato descrito acima na medida que permite lembrar o acontecimento em si, mas não apenas. Além de remeter a outros episódios que a princípio não estariam associados exclusivamente ao casamento em si, a foto é elemento detonador de outras memórias. É esta entrevistada também que narra a importância do retrato de sua falecida mãe (foto abaixo), lembrando que ao deixar a casa paterna, após rompimento que se segue ao seu próprio casamento, assim como ao casamento do pai com a segunda esposa, a atitude de tomar posse do retrato da mãe (e, por assim dizer, simbolicamente, levá-la consigo nesse momento de rompimento) é o único pedido e ato a ser feito (e, depois, lembrado). O trecho que se segue ilustra o cerne da discussão:



“Aí eu falei com papai: ‘Papai, nós estamos indo para o Rio.’ E ele falou: ‘Leva o que você quiser da sua mãe, lembrança da sua mãe’. Eu vendo aquilo tudo, falei: ‘Olha, papai, eu não quero nada; nada. A única coisa que eu quero é aquele retrato de mamãe, lá da sala. / Está bem, Maria (o pai chama Elga pelo segundo nome de batismo), qualquer coisa que você queira.’ Aí, eu fui lá na cristaleira, apanhei os meus copos, que eu ganhei de presente de casamento, e que estavam misturados com os que foram de mamãe. Mas eu sabia quais eram os meus. Não peguei um copo! Não fui uma burra?! Não peguei um copo de mamãe. [...]E não peguei o faqueiro. Depois me arrependi. Uma caixa de madeira linda. Da minha mãe. Não peguei nada. Nem um copo de cristal dela. O que ficou com a dona Ema, ela acabou estragando: fotos, álbuns grossos, assim...” (Elga)

Quanto aos parentes e figuras do passado que vão deixando de ser lembrados com o passar do tempo, o caso da primeira esposa do marido de Elga, Ismael, ilustra bem a situação. Após o casamento com Elga, ele praticamente cultua a imagem da falecida esposa, acendendo velas e colocando flores diante de sua foto num pequeno altar montado com esta finalidade. Tal ritual vai perdendo importância, visto que depois de aproximadamente 50 anos (por ocasião da entrevista), Elga diz que o marido praticamente já não se lembrava mais da primeira esposa, muito menos do retrato que durante anos representava uma forma de manter o vínculo com o passado e com seus “fantasmas”.

Um terceiro exemplo: o caso da foto da avó paterna de Elga (foto abaixo) - uma figura que a própria entrevistada não conheceu. A fotografia é um meio da informante entrar em contato até mesmo com a fisionomia dessa parenta, pessoa da qual se fala, mas que minha interlocutora sequer lembra o nome. É a fotografia que cumpre a função de estabelecer o sentido de continuidade no tempo, marcando identidades e sinais de pertencimento ao grupo. Elga comenta a respeito das semelhanças fisionômicas entre seu pai e a avó paterna (ou seja, uma figura do repertório familiar que Elga só tem conhecimento por meio da foto que lhe chega às mãos).



Tal função documental - com essa “inversão” lógica e ontológica - está presente na discussão relativa ao caráter supostamente objetivo da linguagem fotográfica. O registro mecânico da imagem garantiria o aprisionamento do real fixado no papel, sem grandes possibilidades de “manipulação” quanto à mensagem que esse registro consignaria. Grande engodo.

O que alguns dos trabalhos de Antropologia Visual fazem é justamente especular a fundo sobre a natureza complexa das imagens fotográficas, chamando atenção para o condicionamento histórico e sócio-cultural a que estas estão submetidas. Entendê-las é dominar o processo de interpretação das unidades de significação que as fotos contém, através da reflexão sobre a “*recomposição de sua arquitetura interior, descobrindo as relações entre os [seus] elementos*” - como assinala Moreira Leite (1993), ao falar do

mecanismo de decodificação das fotos. Seu manuseio e observação indicam a necessidade de aprofundamento da lógica interna da imagem: compreender o sentido de seu cenário mais amplo, assim como de pormenores importantes como a indumentária dos retratados, seu enquadramento, a tomada dos planos; isto é, buscar estar sensível aos elementos materiais visíveis e circunstâncias que compõe a fotografia. Também é fundamental nessa busca a análise comparativa e sequencial de diferentes fotos.



Elga, por exemplo, compara a foto do pai (acima) em que ele aparece ainda jovem numa fotografia de corpo inteiro tirada em estúdio –uma foto com todo o aparato da produção artística europeia própria desses tempos iniciais da arte fotográfica – com uma segunda fotografia em que o pai é registrado junto a companheiros de armas em 1913, num tosco cenário que procura reproduzir uma cena de bar, no qual o pai de Elga e dois companheiros encenam uma rápida confraternização em torno dessa mesa de bar cenográfico (foto abaixo). Os pormenores da foto são desconhecidos, inclusive as frases que nela aparecem, mas é possível remontar o cenário geral que foi aí então produzido e contextualizar o personagem que é central na composição da história da família.



A seqüência de duas fotos dos irmãos de Elga permite assinalar os detalhes relativos aos brinquedos e peças infantis, registrando sua perda ao longo do tempo (fotos abaixo). Os brinquedos são por assim dizer objetos datados, isto é, estão associados a um determinado período da biografia dos retratados, sua infância, e a não ser que uma situação especial como a de sua transmissão entre parentes (entre irmão, primos, amigos próximos ou mesmo entre pais e filhos), o esperado é que esses objetos de ocasião se percam. As fotos poderão, então, ser recursos de recuperação desses objetos. Há através da foto a possibilidade de relembrar episódios aparentemente esquecidos, como a fala de Elga ilustra: *“Olha a boneca que mamãe trouxe da Alemanha para a Tuta e que eu quebrei. Minha irmã ganhou, que minha mãe trouxe da Alemanha para ela e eu, quando pequena, puxei o gavetão, deixei cair no chão e quebrou.”*



Há, por conseguinte, junto à dimensão objetiva da leitura fotográfica, uma outra, de caráter subjetivo, que compreende o que Moreira Leite designa como a tarefa de ver o que não se encontra fixado na foto: dar visibilidade ao que é invisível.³⁹ É nesta direção que se pode entender sua reflexão sobre a imbricada relação entre objeto fotografado, fotógrafo e observador.⁴⁰

No que tange às fotos de família, a relação que se estabelece entre o ato de fotografar e o de se apropriar da imagem produzida, a princípio, se limita ao âmbito privado: o mundo da casa. Ampliada sua esfera de circulação e recepção (ou seja, no âmbito da esfera pública), profunda mudança de atitude será observada em quem se volta à imagem produzida. Esse foi um dos problemas de requisitar as fotos aos entrevistados, por mais que prevalecesse uma grande relação de mútua confiança.⁴¹ No espaço doméstico, a fotografia expressa valor de culto às imagens. Os fotografados são também os observadores e, por vezes, quando não está presente o trabalho de um profissional, também os fotógrafos. Há o efeito de auto-identificação e de definição de papéis, hierarquias e atitudes que serão tomadas, reproduzidas ou alteradas, em função da gestão interna da vida familiar.⁴² A foto ocupa aí um espaço relevante. Ela foi feita e a ela se recorre com a finalidade de reforçar a integração do grupo; por vezes, reafirmar sua unidade. Comparam-se momentos que compõem as diferentes etapas do ciclo familiar; articulam-se tempos e espaços que fazem parte da existência de parentes, afins,

³⁹ "... É preciso deduzir o que não se vê, em torno daquilo que se está vendo." (Moreira Leite, 1993:44)

⁴⁰ "Cada intérprete fará uma leitura visual, à procura de uma chave, um tópico ou uma estrutura que permita estabelecer a correlação entre o aspecto formal e a estrutura profunda. (...) Há casos em que a imagem é mais definida pelo contexto do que pelos dados de visibilidade." (idem, p.136), ou ainda: "A leitura da imagem é feita a partir de experiências acumuladas anteriores que se desdobram na memória, diante da imagem presente." (Moreira Leite, 1993: 137)

⁴¹ Além do natural medo que as fotos se perdessem, observei também certo temor quanto à perda de controle sobre o material fotográfico por parte de alguns informantes.

⁴² A esse respeito, em outra oportunidade, chamei atenção para tal situação. Conforme Carvalho (2003)

agregados, etc. Há a contemplação do outro - próximo e distante - no âmbito do grupo de referência e, também, de outros grupos que a este se relacionam.

No caso da família Crespi, os exemplos obtidos com a exibição das fotos apresentadas demonstram bastante bem essa idéia de compor grandes fotos de família com o objetivo de preservar a idéia de integração do grupo, por maiores que sejam seus fatores de dissenso (talvez até mesmo por isso). Vale perceber a situação ambígua que tal prática enseja, pois se a sua intenção é exibir e ressaltar a reunião dos integrantes do grupo (quanto maior o número de integrantes, melhor seria), por outro lado, nas grandes fotos “em que estão todos reunidos” (ou quase), as ausências e dissensões são apontadas com veemência por quem viveu a experiência de participar desse momento e se recorda das situações problemáticas que são constantemente lembradas por causa do registro feito para essas ocasiões de pseudo “união total”.



Quando, por motivos diversos, a foto sai de sua esfera original de circulação e passa a circuito mais extenso, o valor de culto às imagens desaparece. É substituído pelo valor de exibição. Aqui se verifica fenômeno particularmente interessante: Moreira

Leite nota o desinteresse de grande parte de seus informantes, quando instados a comentar a respeito de fotos que não as de seu círculo mais próximo, ou seja, as esferas relativas a seus próprios familiares, amigos e conhecidos.

Teatralização e incorporação na fotografia

Seria interessante formular as questões que tal quadro sugere à luz das considerações de Merleau-Ponty (1962) no que diz respeito à idéia de “incorporação”. As poses como atitudes corporais impostas diante de regras definidas em torno do que se espera das posições e papéis assumidos e, inversamente, os resultados decorrentes dessa incorporação como garantia de manutenção de status pré-definidos. Os atores incorporam seus papéis, quase como atores diante de um script de teatro. As fotos como documentos, lembranças e sinais referenciais têm um peso determinante nesse processo de “incorporação”, chegando a situações extremas através de composições e manipulações, as mais variadas, forjando deliberadamente mensagens que podem ir da teatralização à atitude caricatural, passam por diferentes arranjos de realização semântica. As fotos são palcos, poder-se-ia dizer, com a manifestação de muitos recursos cênicos: iluminação, figurino, montagem, etc. As fotos de momentos cerimoniais (festas de casamento e formaturas, por exemplo) parecem ilustrar bastante bem o que aqui está sendo considerado. Cabe avaliar as poses “forçadas” e mesmo o exagerado “naturalismo” das fotos instantâneas. O exemplo da foto em que Bárbara Crespi, ainda criança, é retratada tomando a bênção de seu avô comendador ilustra o caráter alegórico que aqui está sendo levantado (foto abaixo). Trata-se quase de uma brincadeira (evidenciada no riso da mãe da informante que observa a cena). Entretanto,

através da dimensão lúdica, celebra-se a ocasião que tem um quê de ritual e de demarcação de posições sociais bastante rígidas.



Para quem observa o material fotográfico, o interesse é diretamente proporcional à possibilidade de reconhecimento e de identificação. Sem acesso a chaves decodificadoras para as unidades significantes contidas nos espaços ocupados (e não-ocupados) da imagem, Moreira Leite percebe que o observador não é capaz de dar conta da leitura da imagem que lhe é apresentada, a não ser naquilo que ela revela de mais imediato e superficial. Cria-se um efeito homogeneizador que faz com que: “todas as fotos sejam iguais”. Não há como distinguí-las, perceber nuances que só a familiaridade com o que está registrado seria capaz de apreender. Os interesses, desejos, contrariedades e ambigüidades representados por todos aqueles que gravitaram em torno da foto - antes, durante e após sua realização - acham-se sintetizados nela. A fotografia é, antes de mais nada, um catalizador das relações que os atores sociais mantêm. Ela é ainda responsável por uma função de síntese, visto agregar fragmentos espaciais e

temporais. Tais informações só são obtidas por meio de informantes que possam falar a respeito de suas fotos; caso contrário, isso se perde.

Mais uma vez o testemunho de Bárbara Crespi a respeito de seu álbum de 15 anos é ilustrativo. Ela afirma: *“Eu tinha ódio dessas coisas, dessas festas. Ai que raiva que eu tinha. Esse meu aniversário foi o fim para mim, sabia?”* Sem o seu depoimento, restam apenas belas fotos que procuram atestar a “felicidade” dos retratados, inclusive da jovem debutante em seu “momento especial”..



A informação imagética é, portanto, insuficiente para a plena compreensão de seu conteúdo. Para que este seja dotado de inteligibilidade, é necessário a complementação de informações que apenas podem ser obtidas pelos retratados ou por aqueles que a estes possam se reportar. Imprescindível, também, é a remissão à data e ao local em que a foto foi tirada; sua contextualização, assim como a localização de todos os dados que permitam articular uma foto singular com outras que a ela estejam relacionadas, por semelhança ou contraste. A este respeito é sugestiva a citação que Moreira Leite faz de John Berger: *“nunca olhamos apenas uma coisa, estamos sempre olhando para as relações entre as coisas e nós mesmos.”* (Berger apud Leite, 1993:31).

A fotografia como uma crônica familiar

Tais considerações situam-se na linha de reflexão apontada por Susan Sontag (1983), de que podemos aprender com as imagens, posto que seu registro expressa a complexidade da vida social. Retemos, ampliamos e, por vezes, até desconsideramos o que vale a pena olhar; o que merece ser observado, de acordo com os inúmeros critérios que orientam as escolhas e avaliações feitas. O cruzamento de fronteiras que separam o real do representado nos coloca a possibilidade de subverter, por exemplo, a temporalidade que nos liga ao presente. A imagem fotográfica pode ser considerada como “antiguidade instantânea”, segundo Sontag, visto que a realidade fixada deixou de existir, um segundo após sua cristalização. E de forma bastante vigorosa: *“Através da fotografia, acompanhamos de modo mais íntimo e perturbador a realidade do que significa para uma pessoa envelhecer. (...) é um inventário da mortalidade. (...) mostra as pessoas ali, de modo irrefutável, e numa idade específica de suas vidas; congrega pessoas e coisas que, momentos mais tarde, já se terão dispersado, transformado e continuado no curso de seus destinos independentes....”* (idem: 69 e 70, grifos meus). Nesse sentido, é de certa forma desconcertante acompanhar a seqüência fotográfica de um mesmo protagonista, percebendo seu processo de envelhecimento ou mesmo de mudanças, algumas vezes profundas, quando não dramáticas. Parecem-me apropriadas as considerações de Bourdieu (1986) no que respeita ao que ele chama de “ilusões biográficas” e que a análise imagética sequencial põe em evidência.

Assinala a autora: *“toda fotografia testemunha a dissolução inexorável do tempo”* (Sontag, 1983: 15) e *“da mesma forma que parentes e amigos preservados no álbum de família e cujas presenças em fotografias exorcizam parte da ansiedade e do remorso*

que seu desaparecimento causou ... também compensam a ligação precária que temos com o passado. A fotografia não é só pseudopresença, mas também símbolo de ausência. (...) A sensação de intangível que a fotografia é capaz de evocar gratifica de imediato os sentimentos eróticos daqueles para quem o desejo se torna intenso com a distância.” (idem:16). A esse respeito, vale ainda notar, nas palavras da autora: “*A força de uma fotografia está na possibilidade que nos oferece de investigar determinado instante, que o fluxo normal do tempo imediatamente substitui. Esse congelamento do tempo...*” (idem: 107). Esse tempo retido na fotografia, paralisado por meio do artifício de elaboração ótica, química e mecânica, na verdade, é fluxo. O que foi ampliado, enquadrado ou singularizado, a partir de certa tomada do olhar, tem, na sua existência real, outra magnitude e é parte de um todo, do qual foi artificialmente retirado. O que foi desconsiderado pelo fotógrafo existe (ou existiu para alguém), em algum momento, independente do olhar fixador que produziu a fotografia.

Os murais feitos para celebrações comemorativas atestam essa “rigidez temporal”. Ali os personagens como que passeiam por diferentes momentos de suas trajetórias biográficas. Tomando a sugestão de Bourdieu (1986), poderíamos dizer que através do encadeamento das fotos apresentadas, há a tentativa de recriar uma montagem linear de tempo que descreva a trajetória ou dos celebrantes ou de todo o grupo ao qual este pertence, numa espécie de exibição dos momentos, que de acordo com alguns critérios, são especiais. Há ainda a possibilidade de relembrar amigos, conhecidos - com diferentes graus de relacionamento, mas que marcaram alguma ocasião – locais de moradias, férias e situações de confraternização que são oferecidos aos celebrantes. Na festa de 70 anos de Madalena, seus filhos e netos lhe prepararam como um presente surpresa vários painéis que compunham um grande mural que procurava destacar situações importantes da vida da aniversariante que passou bom

tempo percorrendo com o olhar tais fotografias. Nesse caso os painéis eram temáticos (momentos do passado, os ancestrais, filhos, netos e afins, viagens, etc). Os convidados por conta própria ou a partir das considerações e comentários da própria aniversariante também circulavam por tais painéis. A história de boa parte dos convidados também estava registrada nesses painéis, permitindo a auto-contemplação e a caracterização dos vínculos pessoais com a homenageada. O mesmo se dá na festa de casamento de Amanda e Cleber, onde um mural de menores proporções dava conta dos ciclos vividos pelo casal, vinculando-o aos filhos (lembrar que eles se casam mais de dez anos depois de viverem juntos) e aos demais parentes e amigos. Cabe a ressalva de que à entrada do salão de festas é exibida uma grande foto de estúdio da família nuclear do casal e em cada mesa, num pequeno porta-retrato, uma cópia dessa foto-poster também é colocada com uma dupla finalidade: decorativa e servindo de brinde aos convidados.

A bidimensionalidade só existe no papel que seguramos em nossas mãos. O branco e preto um dia foi coloração de coisas, lugares e pessoas reais. A passagem do real ao virtual não se dá assim de modo tão imediato, nem tão inconseqüente. No caso de Madalena, a tentativa de romper a limitação da fotografia acontece pois minha interlocutora utiliza um recurso gráfico que transforma seu retrato de casamento em objeto (como se fosse uma pequena escultura) que ela faz questão de inserir na decoração de sua casa. Ela me conta a respeito da foto do primeiro marido que ela mantém ao lado de sua cama. Ela afirma nutrir com a fotografia uma relação de intenso diálogo, conversando com o falecido marido, chegando a “colocá-lo de castigo” em determinadas situações críticas vividas por ela individualmente ou por algum dos integrantes da parentela.

A insaciabilidade do olhar de quem vê uma foto é também a de quem busca, no registro iconográfico, informações que permitam compreender o que foi retratado.

Busca realizada por ele, através de sua tentativa de interpretar o real; pelo fotógrafo que se propôs a produzir a imagem; e por ambos (se forem atores distintos), por meio do diálogo mútuo que estabelecem ao visitarem realidades alheias. Não esqueçamos aquele que é fotografado e que também se debruça sobre sua própria imagem. Ele se indaga a seu respeito: contemplando, estranhando ou recusando a si mesmo. “*Nossa, nem parece que sou eu!*”

Consideremos as conseqüências das proposições de Sontag, quando, por exemplo, a autora afirma que “*a máquina fotográfica acompanha a vida familiar*” (Sontag, 1983: 8), ou ainda quando enfatiza que “*através da fotografia, cada família constrói uma crônica - retrato de si mesma - uma coleção portátil de imagens que testemunham sua coesão*” (idem:9)⁴³. Nada parece mais instigador do que investigar a lógica de circulação de fotos reunidas em álbuns de família. Trata-se do *locus* privilegiado para a observação da dinâmica familiar, naquilo que ela tem de mais visível e aberta à busca de significados. Seus integrantes se expõem, se deixam ver nos registros imagéticos, especialmente em momentos rituais por excelência: aniversários, casamentos, batismos, férias; enfim, ocasiões destinadas a serem lembradas através do registro. Em síntese: vistas e revistas.

Tanto prof. Hernandez quanto Cleber são unânimes ao comentar a respeito da riqueza dos álbuns feitos pela mãe do primeiro, lembrando a satisfação que os membros do grupo doméstico têm de folheá-los de quando em vez. Cleber comenta a respeito de outros registros imagéticos que dão conta de sua própria história, assim como dos demais irmãos. A mãe, Joana, como artista plástica tem particularmente cuidado com a elaboração estética de tal material.

⁴³ Mais uma vez, o caso dos painéis e murais, fixos ou comemorativos parecem ilustrar o que aqui está sendo afirmado.

A fotografia é uma vitrine. Também quando se ocultam e disfarçam, é possível ver os retratados e tentar interpretar as lacunas, as ausências e as ambigüidades das mensagens produzidas por eles. O vazio e o impreciso mostram-se, por vezes, mais reveladores na interpretação da realidade do que o conteúdo explícito. As inter-relações que os personagens situados na fotos estabelecem entre si, assim como aquelas sugeridas pelas ausências (correspondendo aos silêncios nas falas), se expressam nas fotografias, sendo possível empreender a captação de seus sentidos como suportes de memória.⁴⁴ Em que pese seu caráter estático, os fluxos de ação e as posições ocupadas nos cenários sociais dos retratados podem ser demarcados, por vezes até mesmo a partir de um único registro⁴⁵. O que se pretende alcançar são os sentidos impressos no fragmento da realidade recortada. Tudo se passa como se o universo ali representado estivesse a pedir que o nosso olhar inquiridor decifrasse seus níveis mais complexos de compreensão interpretativa.

O retrato como tratamento interpretativo

Moreira Leite assinala alguns pontos fundamentais a serem considerados. Em primeiro lugar, ao explorar o significado da palavra “retrato” e dos procedimentos associados ao ato de retratar, é preciso refletir sobre o processo de captar a imagem de alguém e sua reação ao se submeter a essa verdadeira “operação”. De certo modo, ocorre uma expropriação imposta a quem foi ou será fotografado daquilo que ele possui de mais caro: sua própria imagem. Esta é extraída de si e passa a se constituir em

⁴⁴ Coincidentemente ou não, Elga não me mostrou foto alguma de seu irmão adotivo.

⁴⁵ São particularmente sugestivas as considerações de Moreira Leite quando ela discorre a respeito daqueles que assumem o papel de “ovelhas negras”, no interior do espaço familiar, ou ainda sobre os que são retratados em suas melhores vestimentas, “os eleitos”, assim como dos que são extirpados das fotos porque deixam de existir, social e afetivamente, para seus pares, não necessariamente aqueles que se encarregam de guardar os acervos ou fotos isoladas em que os fotografados tomam lugar ou são quase que cirurgicamente “extirpados” das fotografias, sendo colocados no “limbo” da memória familiar, isto quando não é decretada sua morte simbólica.

representação que lhe é exterior. Ela lhe foi tirada, subtraída: “Vou tirar um retrato!” – acaba de ocorrer aqui um seqüestro, ocorrido sem que a “vítima”, muitas vezes, se dê conta do que aconteceu.⁴⁶

Sylvain Maresca (2000) coloca em questão o papel do retrato como modalidade de representação individual que tem na Renascença sua origem histórica, em termos de marco fundador para a modernidade européia e para o surgimento da noção de indivíduo como portador de um “eu” que se expressa como sujeito instituído de vontades e desejos. Sua interrogação diz respeito aos mecanismos acionados para instituir e atualizar essa longa tradição artística de produzir retratos, assim como a possibilidade de criar instrumentos reveladores de significado social. Perguntando-se a respeito dessa força misteriosa da figura humana e, especialmente, em relação às expressões faciais e sua precedência sobre as demais partes do corpo, Maresca investe na idéia do retrato como recurso de descrição social. O sociólogo passa, então, a nos descrever a experiência, da qual participaram vários fotógrafos consagrados que se propõem a retratar, num circuito de feiras que se realiza na França, um público heterogêneo e anônimo.⁴⁷ Aquele que se deixa fotografar passa a compor um lugar junto a todos que, como ele, se dispuseram a emprestar sua imagem como contribuição à composição de mosaico elaborado pela soma de todas essas partículas mínimas de representação. O resultado é a neutralização das diferenças, mas que não se reduz ao homem típico ou médio. Ao contrário, poder-se-ia pensar em termos de uma

⁴⁶ O que é que está sendo «tirado», quando se «tira uma foto»? A questão não é em nada ingênua. Valeria pensar no universo jornalístico, publicitário e industrial, o valor monetário, algumas vezes inestimável, do “furo de reportagem”, das campanhas publicitárias e da espionagem industrial que fazem, por exemplo, que em algumas grandes lojas de departamento, museus, casas de espetáculos seja proibido ao cliente fotografar no interior desses espaços.

⁴⁷ Basicamente trata-se de fotografar, gratuita e individualmente, todo aquele que se interessasse por fazê-lo, facultando-lhe a possibilidade de que cada retratado se apresentasse da forma como achasse mais conveniente. Em pequenos estúdios fechados à curiosidade alheia, frente à frente com a lente fotográfica, cada um se revela, se expõe, se descobre do modo como melhor lhe convém, o que permite uma grande gama de jogos corporais e principalmente faciais. Em termos sociológicos a pergunta que Maresca parece fazer é: quais são os padrões que estão por trás de tal diversidade?

neutralização das particularidades que se volta à apreensão do que é essencial, sociotípico ou mesmo caricatural. “*A necessidade imperativa de afirmar sua própria existência - afirma o sociólogo francês - não se opõe à integração social por meio dessa afirmação da auto-imagem do retratado.*” (Maresca, 2000: 18). Ele, como portador de um caráter único, tomado no seu fundamento essencial, expressa e afirma a existência do todo, no qual está inserido. Ele, enquanto parte, afirma e permite compreender o conjunto mais amplo, no qual se localiza.⁴⁸

Molduras para ver

A questão da auto-representação também constitui elemento de análise destacado por Moreira Leite: “*Todos querem sair bem na foto*”, o que significa constatar que as noções de hierarquia, dignidade e estabilidade são centrais na lógica de compreensão do que a foto exprime.⁴⁹ Os conflitos e as hostilidades não aparecem explícitos nas “crônicas familiares”. De modo bastante distinto, o que se manifesta são alguns espaços e tempos específicos, em detrimento de outros. As salas, varandas e jardins, por exemplo, são cenários freqüentes, contrastando com a pouca visibilidade de cômodos que abrigam a intimidade da vida doméstica e que, por isso mesmo, não favorecem sua exibição. As rotinas “desinteressantes” da vida cotidiana, os tempos de carestia, doença e de fragilização do grupo, igualmente, não se prestam ao registro que se pretende eternizador. Moreira Leite afirma ainda que raramente a compreensão da imagem se dá

⁴⁸ Afirma Maresca a respeito dos objetivos pretendidos: “ultrapassar a característica individual na esperança de ascender a um nível de significação superior: aquele relativo à arte do retrato em si ou a Humanidade em todas as suas manifestações” (Maresca, 2000: 19)

⁴⁹ Os retratados alsacianos descritos por Maresca indagam aos fotógrafos que gratuitamente produzem seus retratos: “O que devo fazer?”, ou ainda, “Como me coloco?” Trata-se de atitude distinta daquela verificada no momento de realização da foto tirada em família, em situações ordinárias. Aqui, o anonimato e a gratuidade permitem que ele seja ele mesmo, sem subterfúgios. Ele se encontra isolado do contexto circundante. Cria-se uma situação de neutralidade espaço-temporal que, de certa forma, garante a estetização da foto que, por sua vez, funciona como um instigador da produção do retrato como instrumento de captação da essência geométrica da figura humana.

sem a remissão, quer a depoimentos verbais daqueles que foram retratados (ou que estão diretamente envolvidos com eles), quer de recursos adicionais de informação não-imagética como legendas, dedicatórias, marcas distinguidoras feitas em alguns retratados (setas, cruces, etc), molduras e outros elementos empregados no tratamento dispensado às fotos.

Inúmeras são as restrições quanto à informação imagética, tomada de forma isolada. As aparências não revelam os pensamentos e sentimentos sutis dos retratados, no instante do “clic” fotográfico. Um momento que arbitrariamente é segmentado de um conjunto contínuo. O que sabemos é o que vemos e o que se pode inferir da atmosfera geral que domina o quadro bidimensional que nos chega às mãos (ou aos olhos).⁵⁰ Se nos ativermos à superficialidade desse olhar pouco inquiridor, nada mais será possível obter dessa experiência. É ilustrativo o caso das fotos de 15 anos de Bárbara Crespi. Onde aparentemente só se vê contentamento pela realização da festa, a informante aponta toda a sua insatisfação. O depoimento da retratada nos permite perceber o que se acha “encriptado” nas fotos reunidas para atestar o que supostamente seria um grande momento de sua felicidade juvenil.

⁵⁰ “Uma imagem vale por mil palavras” – é o que muitas vezes ouvimos. Entretanto, uma reação a esta sentença poderia ser: “Diga isso usando apenas a imagem”. Independente da discussão da primazia de um ou de outro desses domínios (o que inclusive me parece ser uma questão mal colocada ou, pelo menos, descontextualizada), penso que a afirmação que se segue ajuda a pensar o que está aqui sendo problematizado:

“Muitas vezes, ..., as palavras são inadequadas ou imprecisas para exprimir aparências visíveis. Muitas palavras não descrevem, apenas abstraem. A fotografia impõe ao pesquisador sua visão do mundo - o enquadramento, a focalização, a escala, os planos, os ângulos, a dispersão, a fixação, a granulação, o contraste e a perspectiva. Como é imóvel estática, representa um tempo presente, um *agora* diante do qual o pesquisador é levado a reconstituir o que levou aquelas personagens a estar ali, assim, daquele jeito, naquele momento, para poder prever o desenlace, os momentos seguintes que podem vir a ser encontrados em outros instantes isolados, em outras fotografias.” (Moreira Leite: 1993; 37e 38)

Contrastivamente, Kurosawa, segundo Moreira Leite, pensa que as palavras são incaArájoes de expressar aquilo que apenas as imagens dão conta. Constitui quase fato anedótico a quantidade de desenhos e esboços produzidos pelo diretor para a composição dos cenários de seus filmes.



Somos alertados, entretanto, para a potencialidade da análise da fotografia em função de sua rentabilidade, no que tange à capacidade de fixação de um tempo que, na realidade, se manifesta em movimento contínuo, mas que o registro mecânico interrompe e fixa. Além de reter o fluxo temporal, a fotografia permite também o recorte espacial, fazendo com que seja possível reconstruir o campo visual obtido por esse recorte, ampliando-o e aprofundando a observação de áreas e aspectos particulares.

Retomemos os velhos álbuns, olhando suas fotos antes de os fechar mais uma vez até a próxima incursão pelo universo que ele guarda. Os olhares se cruzam em muitas direções. É possível decompô-los (ou tentar fazê-lo), segundo as análises que sobre eles incidem. Olhares sobre olhares. Aqueles que já não se acham investidos de vida real mas que, brilhando na sépia eternizadora que os faz ingressar em outros patamares de existência, continuam a demandar de nossa parte a vigilante insistência quanto ao entendimento disso que esses olhos expressam para aqueles que procuram entender as imagens que chegam do passado. Mas isto não é tudo: projetamo-nos no futuro com o que carregamos das experiências pretéritas - perfeitas e imperfeitas - em suas

representações. Simultaneamente, legamos nossas próprias imagens aos que um dia as irão receber e, quem sabe, interpretá-las – espero – com um pouco menos de dificuldade.

Conclusão

Qual é o estatuto das coisas que os homens recebem nas transmissões intra-familiares e inter-geracionais? O que, como e em que momentos a herança se realiza? Quem transmite e quem recebe? Quais são os legados que estão em jogo no processo transmissional que ocorre em todas as famílias? Como entendemos a idéia de família?

Foi em torno de perguntas como estas que este trabalho se desenvolveu. A idéia era a de que seria possível refletir a respeito desse imbricado processo a ligar pessoas e coisas, dando conta dos múltiplos aspectos envolvidos. A família é espaço de socialização e aprendizagem. É lugar de constituição de indivíduos e de individualização onde aparecem os afetos, as disputas, as ambigüidades. É lugar de práticas e de representações. Está-se diante de rupturas e de continuidades ao longo de um tempo que é experimentado também nesse cenário de relações de parentesco e afinidade.

É grande a abrangência daquilo que aqui designei por “coisas de família”. Isto porque propositalmente tomei a expressão em seu sentido mais amplo, sem portanto “objetivá-lo” para bens e dimensões materiais. As “coisas de família” incluíram, por conseguinte, esferas outras que compreendem de segredos à herança genética, passando por um vasto conjunto de bens que se acham ligados à experiência de viver em família. A tônica da tensão prevaleceu sobre a da harmonia e penso que isto se deva às características que se acham presentes no próprio processo de transmissão intergeracional em jogo. Trata-se da troca de bens de distintas ordens e de serviços fundamentais como a guarda e o cuidado das crianças. Pode-se falar, assim, em laços de solidariedade e de afeto entre as gerações, mas sem que se possa pensar num

mecanismo naturalizado que se realiza por força da tradição. Não esqueçamos que o que se observa é um intenso processo de mudança de valores, no qual o papel da mulher e dos mais velhos vêm sofrendo grandes alterações no curso das últimas décadas. Novos valores estão presentes e marcam a tentativa de superação de novos desafios para esta família que chegou a ser considerada como estando em vias de extinção. Padrões até então inexistentes passam a vigorar.

Os bens que circulam são aqueles que fazem com que os integrantes do grupo familiar se relacionem, aqueles que dão visibilidade e cristalizam as relações entretidas. São bens os mais variados, expressão dos sentimentos e causa de disputas, num jogo complexo de aproximações e distanciamentos, amores e ódios. Tais bens devem ser pensados como suporte de memória, visto trazerem aderida a eles a possibilidade de vivenciar uma temporalidade alargada, isto é, encontram-se situados num fluxo histórico que supera aquele dos atores que com eles se defrontam. O passado vem à tona a partir de narrativas que estes bens sugerem ou que eles próprios representam. Não se trata, todavia, apenas de bens materiais, pois se inclui aqui todo o conjunto de imagens, vivências e situações compartilhadas ao longo do tempo, constituindo um patrimônio familiar inestimável. Seja como for, tal patrimônio permite a seus detentores algo de extrema importância: permite-lhes saber quem são. Memória e identidade social caminham lado a lado neste processo de apropriação daquilo que a experiência compartilhada de viver em família proporciona.

Dentre os muitos objetos de família existentes, privilegiei as fotografias. Penso que tal opção não foi aleatória, pois suas características as tornam instrumentos exemplares da discussão tanto da memória quanto da identidade dos grupos familiares. Analisar as fotografias de família revelou-se um meio bastante eficaz de entrar em contato com dimensões particulares e profundas das histórias apreendidas. Por outro

lado, percebo que minha investigação avançou muito mais na análise do discurso dos informantes (todos gravados) do que na análise das fotografias, posto que somente algumas famílias colocaram suas fotografias a minha disposição.

No universo de pesquisa por mim investigado, aquele de famílias de classe média-alta, constituindo uma espécie de elite local, constatei que se o processo de individualização e autonomização de seus membros é cada vez mais intenso, isso não impede que tais famílias mantenham características de um tradicionalismo que se expressa na forma como tais membros se relacionam com os objetos que compreendem o patrimônio transmitido de uma geração a outra, ou seja os bens herdados ao longo do tempo e antes da morte dos ascendentes. São pequenos patrimônios que reintroduzem a desigualdade num cenário onde a igualdade prevalece, até mesmo por força da lei. Sabemos que mesmo o grande patrimônio, juridicamente partilhado, está sujeito a divisões conflitivas, mas os bens herdados ainda durante a vida dos ancestrais não deixam dúvida quanto à diferenciação, à assimetria e à diferença. É nesse espaço que a desigualdade é mais visível, mesmo que mecanismos de ocultação e camuflagem possam ser postos em prática, procurando assinalar que, quanto aos herdeiros, “todos são iguais”. A hierarquia em torno dos sentimentos opera e se contrapõe a igualdade que é ressaltada como única instância em vigor. Os indivíduos não são assim tão autônomos quanto se poderia acreditar. Suas identidades dependem dos vínculos estabelecidos no grupo em razão daquilo que possuem ou não, aquilo que receberam e que marcam aquilo que são como integrantes do grupo e como agentes sociais inseridos em outros circuitos que não apenas aquele do círculo familiar.

Referências Bibliográficas

- Abu-Lughod, L. – 1988. **Veiled Sentiments – honour and poetry in a Bedouin society**. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- _____ – 1993. **Writing Women’s World – Bedouin stories**. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press..
- Apel, K. – 1980. “The a priori of the communication community and the foundations of ethics: the problem of a rational foundation of ethics in the scientific age” In: **Towards a transformation of philosophy**. London: Routledge e Kegan Paul.
- Arensberg & Kimball - 1968. **Family and Community in Ireland**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Ariés, P. - 1978. **História Social da criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Azéma, J. –1993. “Au regard de l’histoire” In: *Informations Sociales* n. 30.
- Baranès, J.J. – 1993. “Devenir soi-même: avatars et status du transgénérationnel.”In: Kaes (org.) **Transmission de la vie psychique entre générations**. Paris: Dunod.
- Barros, M. - 1987. **Autoridade & Afeto: Avós, Filhos e Netos na Família Brasileira**. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Berreman – 1980. “Por Detrás de Muitas Máscaras”. In: **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bourdieu, P. - 1962. “Celibat et Condition Paysanne”. *Étude Rurales*, n. 5-6, avril-sept.
- _____ - 1970. “La Maison Kabile ou le Monde Renvérse”. In: Pouillon & Marand – *Échanges et communications*. The Hague. Mouton.
- _____ - 1972. “Le Sens de L’ honneur”. In: **Esquisse d’une théorie de la pratique**. Geneve: Lib Droz..
- _____ - 1986. “L’Illusion Biographique”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.56
- _____ – 1989. **O Podo Simbólico**. Lisboa: Difel.
- _____ – 1993. “À propos de la famille comme catégorie réalisée”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N. 100. décembre.
- Campbell, J. - 1974. **Honour, Family and Patronage**. New York: Oxford University Press.

- Cardoso de Oliveira, R.-1990. “O saber, a ética e a ação social” In: *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia*, vol XII, n.2.
- Carvalho, C. – 2002. “Um amor de Hiroshima: tempo, memória e esquecimento.” In: *Interseções*, ano 4, número 1.
- _____ – 2003. “Instantaneidade: o que uma fotografia de família pode revelar a partir da leitura antropológica”. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem/ UERJ*, Núcleo de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro: Vol.17, A família em Imagens. UERJ / NAI..
- De Singly, F. – 1993. **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Nathan.
- _____ – 1996 . **Le soi, le couple et la famille**. Paris: Nathan..
- _____ – 2000. “O nascimento do ‘indivíduo individualizado’ e seus efeitos na vida conjugal e familiar.” In: **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV.
- Dilthey, W. – 1976. “An introduction to the human studies – preface” In: **Selected writings**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Donzelot, J. – 1980. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal.
- Duby, G. – 1986. “Le lignage. X – XII siècle. In: Nora, P. (org.) **La Nation**. Paris: Gallimard.
- Dumas, D. – 1985. “L’ange dans ses rapports a l’énfant-mort et au fantôme”, “L’ange et le fantôme...” e “Démon, féminité et travail de l’énfant fou.” In: **L’ange et le fantôme. Introduction a la clinique de l’impensé généalogique**. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Elias, N. – 1990. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Foucault, M. – 1977. **História da Sexualidade I. A Vontade de Saber**. . Rio de Janeiro: Graal.
- Fournier, M. – 1998. “Histoires dès familles” In: *Science Humaine*. No. 89. Décembre.
- Fox, R. – 1993. “The case of reluctant genatrix” In: **Reproduction and sucession studies in Anthropology. Law and society**. New Brunswick: Transaction.
- Freud, S. –1999. **Totem e Tabu**. Rio de Janeiro: Imago.
- Gadamer, H. – 1977. “Editor`s Introduction” In: **Philosophical Hermeneutics**. Berkeley: University of California Press.

- Geertz, C. – 1967 . “Form and variation in Balinese village structure” In: Potter et al: **Peasants and societies: a reader**. Boston: Little Brown.
- _____ - 1978. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. - 1998. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. - 1959 - **The Presentation of self in everyday Life**. Doubleday Anchor. Cambridge Mass.: Harvard University Press.
- Gotman, A. –1988. **Hérítier**. Paris: Presses Universitaire de France.
- Hendry, J. – 1992. “The paradox of friendship in the field: analysis of a long-term Anglo-Japanese relationship”In: Okely e Callaway (orgs) – **Anthropology & Autobiography**. London and New York: Routledge.
- Hua, C. – 1998. “Les différentes modalités de vie sexuelle” e “Conclusion”. **Une société sans père ni mari. Les Na de Chine**. Paris: Presses universitaires de France.
- Ingold, T. – 2000. **The perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. London/ New York: Routledge.
- Kaës, R. – 2001. “Introduction au concept de Transmission psychique dans la pensée de Freud”. In **Transmisión de la vie psychique entre générations**. R. Kaes (org.). Paris: Dunod.
- Kaufmann, J.C., - 2001 – “Construção dos hábitos conjugais e sexualidade.” In: *Interseções*, ano 3, n.2, jul./dez.
- Lévi-Strauss, C. - 1976. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes.
- Pedroso de Lima, M.A. –2003. **Grandes Famílias Grandes Empresas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lins de Barros, M. -1987. **Autoridade e Afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda..
- Lins de Barros e Strazenberg – 1992. **Álbum de família**. Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea,.
- Lomnitz & Perez-Lizaur – 1987. **A Mexican elite family. 1820 – 1980. Kinship, class and culture**. New Jersey: Princeton University press.
- Malinowski, B. – 1984. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Rio de Janeiro: Abril.
- _____ -1997. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record.

- Maresca, S. – 2000. “L'alchimie multiforme du portrait social” In: **L'Alsace en portraits - portraits d' alsaciens**. Strasbourg: Editions Chambre à Part.
- Mauss, M. - 1974. “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU.
- Medick & Sabeau – 1988. “Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology.” In: Medick & Sabeau (orgs) **Interest and emotion. Essay on study of family and kinship**. Cambridge / Paris: Cambridge University press/MSH.
- Merleau-Ponty, M. –1962. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Freitas Bastos.
- Moreira Leite, M. - 1993. **Retratos de Família: Leitura da fotografia histórica**. São Paulo: Edusp.
- Mortain, B. – 2002. “Parenté: des biens et des liens” In: *Sciences Humaines*. N. 36. Mars, avril, mai.
- Muxel, A. – 1993. “Valeurs et idées” In: *Informations Sociales* n. 30
- Peixoto, C. – 2000. “Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais”. In: **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV.
- Peixoto, C. (org.) – 2004. **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Pollak, M. – 1992. “Memória e Identidade Social” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5,n.10.
- _____ - 2000. “L'apport de l'histoire orale” In: **L`experience concentrationnaire..** Paris: Éditions Métailié.
- Polany, K. – 1980. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus.
- Rezende, C. – 2002. **Os significados da Amizade**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Roth, P.- 1989. “Ethnography without tears” In: *Current Anthropology*, vol. 30,n.5
- Sangren, S. – 1988. “Rhetoric and the Authority of Ethnography” In: *Current Anthropology*, vol. 29,n.3.
- Salem, T. –1997. “As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa.” In: *Mana* 3 (1).

- Santos, M. – 1999. “Collector & Curiosities: Paris and Venice, 1500 – 1800, de Krzystof Pomian” In: *Cadernos de Antropologia e Imagem* n. 8. UERJ. Rio de Janeiro.
- Schneider, D. –1968. **American Kinship: a cultural Account.** New Jersey: Prentice-Hall.
- _____ – 1972. **What is kinship all about? Kinship studies in the Morgan centennial year.** Washington: P. Reining.
- Segalen, M. - 1980. “Couple, Menage, Communauté”. In: **Mari et Femme dans la Société Paysanne.** Paris: Flammarion.
- _____ - 1996. **Sociologie de la famille.** Paris: Armand Collin.
- Silva, H. – 1993. **Travesti: a invenção do feminino.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Iser.
- Simmell, G. – 1998. “ El secreto y la sociedad secreta” In: **Sociologia 1 Estudos sobre as formas de socialización.** Madrid: Alianza Editorial.
- Sontag, S. – 1983. **Ensaio sobre a fotografia.** Rio de Janeiro: Arbor.
- Strathern, M. – 1995. “Necessidade de pais, necessidade de mães”. *Estudos feministas* no. 2.
- Thomas & Znaniecki - 1974. “The Peasant Family”. In: **The Polish Peasant in Europe and America.** New York: Octagon Books.
- Vargas, E. – 1999.”A figueira do inferno: os reveses da identidade feminina” In: *Estudos feministas.* 1. e 2. semestres.
- Vernier, B. - 1991. **La Genèse Sociale des Sentiments: Aînes et Cadets dans L Île Grecque de Karpathos.** Paris: Éd. de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Viveiros de Castro, E. – 2000. “Atualização e contra-efetuação do virtual na sociedade amazônica: o processo de parentesco.” *Ilha.* Revista de Antropologia, 2. (1).
- Watts-Jones, D. – 1997. “Toward an african genogram.”In: *Family Process,* 36.
- Zonabend, F. – 1993. “Le territoires de la mémoire”. In: *Informations Sociales* n. 30.